



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA
MESTRADO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

LOURDES LOSANE ROCHA DE SOUSA

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE POLICIAIS MILITARES, SOBRE EDUCAÇÃO A
DISTÂNCIA NO ÂMBITO DA REDE EAD/SENASP**

FORTALEZA - CEARÁ
2012

LOURDES LOSANE ROCHA DE SOUSA

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE POLICIAIS MILITARES, SOBRE EDUCAÇÃO A
DISTÂNCIA NO ÂMBITO DA REDE EAD/SENASP**

Dissertação apresentada a coordenação do Curso de Mestrado em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará – UFC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre. Linha Educação, Currículo e Ensino. Eixo temático: Tecnologias Digitais na Educação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a.Cassandra Ribeiro Joye.

FORTALEZA - CEARÁ
2012

Ficha catalográfica elaborada por
Francisca Danielle Guedes – Bibliotecária
danielleguedes@virtual.ufc.br
UFC Virtual - UFC

M545a

Sousa, Lourdes Losane Rocha de.

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE POLICIAIS MILITARES, SOBRE
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO ÂMBITO DA REDE EAD/SENASP**

Representações sociais de policiais militares, sobre
educação a distância no âmbito da rede EAD/SENASP. / Ofélia
Alencar de Mesquita. – Fortaleza: UFC, 2009.

159 f.: il.; 21 x 29,7 cm.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cassandra Ribeiro Joye
Área de concentração: Educação, Currículo e Ensino.
Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em Educação
Brasileira. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza,.
Inclui bibliografia.

1. Ensino a distancia – Fortaleza (CE) – Metodologia 2.
Material Didático – Fortaleza (CE). Ensino Superior – Tecnologia
Educacional. I. Título.

79/09 CDD (22^aed.) 378.175098131

LOURDES LOSANE ROCHA DE SOUSA

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE POLICIAIS MILITARES, SOBRE EDUCAÇÃO
A DISTÂNCIA NO ÂMBITO DA REDE EAD/SENASP**

Dissertação apresentada a coordenação do Curso de Mestrado em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará – UFC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre. Linha Educação, Currículo e Ensino. Eixo temático: Tecnologias Digitais na Educação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cassandra Ribeiro Joye.

Aprovada em ____ de _____ de 2012, pela banca examinadora constituída pelos professores:

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Cassandra Ribeiro Joye (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Hermínio Borges Neto
Universidade Federal do Ceará – (UFC)

Prof^a. Dr^a. Suzana Maria Capelo Borges
Universidade Estadual do Ceará – (UECE)

Dedico este trabalho à minha MÃE, fonte maior da minha busca, da minha inspiração, do meu sentir, de tudo que sou, tenho, sei e sinto, planejo, projeto. Pra ela, por ela e através dela. O início, o desenvolvimento e o futuro que com a força divina ainda há de vir. Pela sua força incessante em me conduzir nos caminhos mais difíceis da vida de forma tão sábia, por ter me ensinado tanto e ter vivido seus sonhos através dos meus.

AGRADECIMENTOS

"Gratidão é uma sensação tão agradável... Cresce onde sementinhas são lançadas, floresce sob o sol. Quase todos temos motivos para a gratidão, quando pessoas em nossas vidas têm tempo para partilhar e nos fazer saber por bons atos que nós estamos em seus pensamentos e que elas se importam. As coisas que você faz, com tanta compreensão e bondade, me enchem de gratidão por ter a sua amizade. " (Adeni Gomes)

Essa sensação agradável se materializa nesse conjunto tão apertado de palavras, mas tão imenso de emoções. Nos braços de tantos senti os aconchegos necessários, das mais diversas formas e expressões que me conduziram até aqui. Sementinhas que lançadas e regadas culminaram com este momento. Aos corações calorosos preciso agradecer o cuidado que recebi:

A Deus, por ter me proporcionado a oportunidade de viver, de ouvir, de sentir, escutar, sonhar, compartilhar, amar e ter chegado até aqui.

A minha irmã, por ter compreendido a necessidade da minha ausência durante esse percurso; ao meu cunhado pela amizade e apoio nos mais diversos momentos, a minha Tia Eunice e D. Serrate, tão presente e tão amigas.

A minha orientadora, Prof^a Dr^a Cassandra Ribeiro Joye, por ter me conduzido nas trilhas da pesquisa científica, mas acima de tudo por ter sido uma amiga, de sorriso largo, coração aberto, de abraço amável, sempre disposta a me deixar voar e me fazer pousar nos momentos certos na busca das luzes para percorrer e construir esse caminho.

A professora Dr^a Suzana Capelo Borges pelas contribuições relevantes na defesa de projeto e no curso do trabalho.

Ao meu amigo Haroldo, por ter me ajudado incansavelmente tanto na construção da minha trajetória intelectual, quanto pessoal, com sua experiência, sapiência, disciplina, exemplo de dedicação e amizade.

Aos amigos de graduação, Umbelina e Luis que compartilharam seus saberes generosamente comigo no início da jornada.

A Ana Cristina pelo incentivo e pela forma parceira na seleção.

Aos amigos D. Laurinda e Seu Flávio, pelo carinho, a acolhida e alegria de compartilhar da amizade do seu lar nas etapas da seleção.

A Capitã Leucijane, da PMPI e ao Sargento Jorgiel da PMCE pelo encaminhamentos para a minha estada em Fortaleza.

A D. Ilma e Seu Lúcio, pela estadia tão familiar no pensionato Nossa Senhora de Fátima.

As minhas amigas do pensionato: Déborah Sales, Heloísa, Samira Denoá, Cibelle, Gabi, Concinei, Romualdo, Bruno, Ennila com quem fortaleci meus sentimentos de partilha, de conviver junto e da alegria em sorrir das coisas simples da vida.

A minha amiga Mônica em quem encontrei apoio, amizade, carinho, atenção nos momentos mais difíceis, exemplo de simplicidade e sinceridade.

A equipe da UAB/IFCE com quem tive a oportunidade de compartilhar dos conhecimentos construídos por eles cotidianamente sobre Educação a distância, os quais foram imprescindíveis para ampliar meu olhar investigativo;

A Polícia Militar do Piauí, pela oportunidade no desenvolvimento do estudo;

Ao meu Comandante imediato, Capitão Fábio Abreu Costa, por ter sempre, e em todos os momentos apoiado minhas incursões acadêmicas, pela compreensão e pela parceria, com quem aprendi o que é ser um líder;

A minha amiga Edinéia, que em minha ausência se fazia a filha de minha Mãe, cuidando e zelando pela sua vida e bem-estar em casa ou no hospital, pelo apoio, incentivo, ombro amigo, e ações incontestáveis de uma amizade verdadeira.

Ao Prof^o. Messias Dieb por ter compartilhado comigo seus saberes, me orientando nos momentos de angústia teórica e metodológica e por ter ampliado meu olhar para a construção do trabalho dissertativo de forma tão gentil e amiga.

Aos Professores do Programa pelo aprendizado, pela convivência.

Aos funcionários da FACED, por terem favorecido o desenvolvimento des percurso.

As minhas amigas do Eixo Tecnologias digitais na educação, seleção 2010, gentilmente denominado “Cajulolagi” Carla, Juscileide, Lavina e Gisele, pelo inenarrável prazer da trajetória acadêmica, em compartilhar angústias, saberes, momentos felizes, difíceis, mas principalmente pela amizade e pelo apoio.

A Naiola, Alice, Mário, Rosivalda, Socorro, Jackson Braga, e todos os meus colegas do Curso pelas inúmeras representações que construímos juntos nos nossos diálogos cotidianos pelos corredores, salas e na cantina da Gina.

Aos policiais militares, que se disponibilizaram a construir essa trajetória de pesquisa através dos quais ampliamos horizontes de compreensão não só quanto a educação a distância, mas principalmente quanto a formação o profissional de segurança.

“Sempre há necessidade de estarmos informados sobre o mundo à nossa volta. Além de nos ajustar a ele, precisamos saber como nos comportar, dominá-lo física ou intelectualmente, identificar e resolver os problemas que se apresentam: é por isso que criamos representações. Frente a esse mundo de objetos, pessoas acontecimentos ou ideias, não somos (apenas) automatismos, nem estamos isolados num vazio social: partilhamos esse mundo com os outros, que nos servem de apoio, às vezes de forma convergente, outras pelo conflito, para compreendê-lo, administrá-lo ou enfrentá-lo. Eis por que as representações são sociais e tão importantes na vida cotidiana. Elas nos guiam no modo e nomear e definir conjuntamente os diferentes aspectos da realidade diária, no modo de interpretar esses aspectos, tomar decisões e, eventualmente, posicionar-se frente a eles de forma defensiva.” (JODELET, 2001, p. 17)

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE POLICIAIS MILITARES, SOBRE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO ÂMBITO DA REDE EAD/SENASP

A educação a distância tem se ampliado significativamente em vários espaços formativos. No âmbito da educação corporativa dos profissionais de segurança pública a rede de Educação a distância da Secretaria Nacional de Segurança Pública (EAD/SENASP), vem desenvolvendo, a nível nacional a formação continuada, de policiais militares, bombeiros, policiais civis, guardas municipais, através da sala de aula virtual. Quais as representações sociais do agente de segurança pública com relação à formação profissional a distância? A modalidade de educação a distância é um elemento significativo para o processo de formação do profissional de segurança pública? Quais os desdobramentos dos cursos da Rede EAD/SENASP na prática profissional cotidiana e nas relações sociopolíticas do Policial Militar? A partir desse contexto emergiu o estudo investigativo que teve como objetivo identificar as representações sociais dos policiais militares sobre educação a distância no âmbito da rede EAD/SENASP, procurando identificar as contribuições dos cursos oferecidos para execução da atividade policial. A sustentação teórica do estudo se deu a partir da teoria das representações sociais, com Moscovici (1978), Jodelet (2001), Sá (2004), Doise (2002). Como percurso metodológico, realizamos uma pesquisa qualitativa, estudo de caso, com policiais militares, mais especificamente soldados, na cidade de Teresina-PI. Os instrumentos de coleta de dados utilizados foram a entrevista semi-estruturada e questionário de perguntas abertas e fechadas. A amostra foi constituída de 95 soldados, na primeira etapa e 11 na segunda. Os dados coletados foram transcritos, categorizados e analisados a partir da técnica da análise de conteúdo (Bardin, 1979). A partir da análise temática do conteúdo constatou-se que as representações construídas pelo grupo pesquisado em relação a educação a distância está relacionada a 'formação' e 'oportunidade', representações essas que evidenciam os significados e sentidos que a formação tem para o exercício da atividade desses profissionais e os seus desdobramentos no atual cenário institucional e social. Por outro lado, a oportunidade aponta a rede como um espaço de formação, avanço, inovação, evolução; estudo com comodidade, flexibilidade; interação/relacionamento com outras instituições (Polícia civil, Corpo de Bombeiros) e com policiais de outros estados. As contribuições em relação à prática da atividade policial revela contribuições significativas no âmbito profissional, pessoal, institucional. Ao fim, constatou-se que a educação a distância da qual os policiais são alunos, tem um significado formativo prático voltado contribuindo para as ações laborais cotidianas desses agentes estatais, na contramão dos discursos que são veiculados quanto a efetividade da modalidade de educação a distância. Pontos frágeis da rede também foram revelados indicando que precisam ser revistos, discutidos e modificados (sistema de avaliação, seleção de tutores, acompanhamento da frequência virtual do aluno) ao mesmo tempo em que sinalizou para a necessidade de planejamento e implementação de uma política estadual de formação continuada desses profissionais.

Palavras-chave: Educação a distância. representações sociais. policiais militares. formação corporativa profissional.

ABSTRACT

SOCIAL REPRESENTATIONS OF MILITARY POLICE, ON DISTANCE EDUCATION WITHIN THE NETWORK EAD / SENASP

Distance education has expanded significantly in various training areas. Within the corporate education of public safety professionals to network distance education at the National Secretariat of Public Security (EAD / SENASP), has been developing national continuing education of police officers, firefighters, police officers, municipal guards, through the virtual classroom. What are the social representations of the agent of public safety in relation to vocational training at a distance? The mode of distance education is a significant element in the process of professional training of public safety? What are the consequences of courses of Network EAD / SENASP in everyday practice and sociopolitical relations of the Military Police? From this context emerged the research study that aimed to identify the social representations of the military police on distance within the network EAD / SENASP, trying to identify the contributions of the courses offered for the execution of police activity. The theoretical underpinning of the study took place from the theory of social representations, as Moscovici (1978), Jodelet (2001), Sa (2004), Doise (2002). As a methodology, we conducted a qualitative research case study, with military police, soldiers, more specifically, in the city of Teresina-PI. The data collection instruments used were semi-structured questionnaire of open and closed questions. The sample consisted of 95 soldiers in the first stage and 11 in the second. The collected data were transcribed, categorized and analyzed using the technique of content analysis (Bardin, 1979). From the thematic content analysis it was found that the representations constructed by the group studied in relation to distance education is related to 'training' and 'opportunity', these representations that show the significance and meanings that the training has to exercise activity of these professionals and their ramifications in the current institutional setting and social. On the other hand, points to the opportunity to network as a space for training, advancement, innovation, evolution, study with convenience, flexibility, interaction / relationship with other institutions (Civil Police, Fire Brigade) and officers from other states. The contributions to the practice of police activity reveals significant contributions in the professional, personal, institutional. At the end, it was found that the distance from which the officers are students, has a practical meaning of training focused actions contributing to daily work of state agents, against the discourses that are aired on the effectiveness of distance education mode . Weak points in the network also were revealed indicating that need to be reviewed, discussed and modified (system evaluation, selection of tutors, monitoring the frequency of the virtual students) at the same time signaled the need for planning and implementing a state policy continuing education of these professionals.

Keywords: Distance Education. social representations. military police. corporate training professional.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E GRÁFICOS

Figura 1 - Áreas de abrangência de estudo da teoria das Representações Sociais.....	31
Figura 2 - Mobilização das Competências	51
Figura 3 - Eixos articuladores.....	53
Figura 4 - Áreas temáticas da Matriz curricular nacional	53
Figura 5 - Página de identificação de acesso	73
Figura 6 - Página inicial do aluno.....	73
Figura 7 - Sala de aula virtual/ Página do curso de Policiamento Orientado para o problema	75
Figura 8 - Sala de aula virtual/ Página do curso de Direitos Humanos	75

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AVE´S – Ambientes virtuais de aprendizagem

BOPE – Batalhão de Operações Especiais

CEL PM – Coronel da Polícia Militar

CIA RONE – Companhia de Rondas Ostensivas de Natureza Especial

CFB – Constituição Federativa Brasileira

EAD – Educação a distância

EAD/SENASP – Educação a distância da Secretaria Nacional de Segurança Pública

EMBRATEL – Empresa Brasileira de Telecomunicações

NEAD – Núcleo de Educação a distância

OEA – Organização dos Estados Americanos

PMBA – Polícia Militar a Bahia

PMPI – Polícia Militar do Piauí

PMCE – Polícia Militar do Ceará

PRONASCI – Programa Nacional Segurança com Cidadania

TIC´s – Tecnologias da informação e comunicação

UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
2 ÂNCORAS TEÓRICAS DA INVESTIGAÇÃO: EM BUSCA DE EQUILIBRIO E SEGURANÇA	26
2.1 A Teoria das Representações Sociais – conceituação, bases epistemológicas e correntes.....	28
2.2 Orientações curriculares para a formação do profissional de segurança pública no contexto da sociedade brasileira.....	40
2.2.1 Breve percurso histórico da formação policial no Brasil.....	42
2.2.2. Currículo conceitos e teorias e a sua relação com a educação profissional	44
2.2.3 A Matriz Curricular Nacional para a formação dos profissionais de Segurança Pública.....	48
2.3. Educação a distância e educação corporativa: convergências na formação policial ..	57
2.3.1 A educação à distância no processo de formação continuada.....	59
2.4 Educação corporativa: conceito, objetivos e fundamentos	62
2.4.1 Educação a distância e educação corporativa	66
2.4.2 O ambiente virtual de aprendizagem da SENASP para formação dos profissionais de segurança pública, cenário virtual de construção das	72
representações sociais.....	72
3 TRILHAS METODOLÓGICAS DA INVESTIGAÇÃO	77
3.1. Considerações preliminares.....	77
3.2. Lócus da pesquisa:.....	78
3.3. Os Interlocutores da pesquisa	81
3.4. Instrumentos metodológicos	81
3.5. Coleta de dados.....	82
3.6. Análise dos dados	86
4 PERFIL SOCIAL, ECONÔMICO E EDUCACIONAL DOS ALUNOS-POLICIAIS: CENÁRIO DE CONSTRUÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	88
5 COM A PALAVRA OS POLICIAIS-ALUNOS: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A REDE EAD SENASP.....	110
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	130
APÊNDICES	137

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO PARA CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA	137
APÊNDICE B – ROTEIRO PARA ENTREVISTA.....	142
ANEXOS.....	143
ANEXO A – TRANSCRIÇÃO DAS QUESTÕES ABERTAS DO QUESTIONÁRIO.....	143
ANEXO B – TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS	147

1 INTRODUÇÃO

“Arrisco e altero a batida do meu coração. Petisco e aprovo do gozo da mais pura emoção, armadilhas, curvas da trilha, ilhas de amor, fantasias. [...] Viver vegetal tão somente me desanima. Esquinas só servem se a gente dobrar e esbarrar no que a gente ainda não viu [...] (Gonzaguinha – Maravilhas Banais).”

A educação a distância, enquanto modalidade de ensino, tem se expandido consideravelmente ao longo dos anos. Atualmente, essa modalidade abrange os diversos níveis de educação tais como: a educação superior em níveis de graduação e pós-graduação, formação técnica e de nível médio, cursos de extensão e capacitação, a educação corporativa a distância e a educação profissional.

O percurso desta modalidade de ensino, ao contrário do que se pensa não se dá apenas a partir do advento das tecnologias digitais. A sua utilização como modalidade de ensino se inicia no contexto das mídias textuais e da tecnologia do papel e dos livros.

Segundo Nunes (2009) seu surgimento teria se dado em 1728, na Gazette de Boston, EUA, com o envio semanal das lições ministradas por Calleb Phillips, para alunos inscritos. Outro provável contexto de surgimento é apresentado por Moore e Kearsley (2008, p. 25) “em 1878 com o Bispo John H. Vicent, [...] no círculo literário e científico Chatauqua, organização que oferecia um curso por correspondência com duração de quatro anos [...]”.

Nesse contexto a evolução da educação a distância tem sido estruturada no âmbito das tecnologias, especialmente a partir dos avanços realizados com as tecnologias digitais, e o advento da internet, inseridos como recursos para o processo de formação em seus diferentes níveis de ensino. A educação a distância percorre no Brasil e no mundo universos formativos variados, desde cursos de graduação e pós-graduação a capacitações, num movimento que acompanha as transformações da sociedade e as necessidades que vão emergindo a partir desse cenário.

Diante dessa complexidade, na qual a educação a distância faz parte, emerge como outro desafio à formação profissional – dar conta das demandas do mundo do trabalho, marcadas pela rapidez das transformações tecnológicas e sociais que se disseminam com maior efervescência na contemporaneidade.

É com essa preocupação nuclear que as instituições públicas e privadas inserem em suas metas e políticas institucionais a educação corporativa, como estratégia de superar os setores de treinamento e desenvolvimento, objetivando proporcionar ao trabalhador um processo de formação inicial e continuada, dispondo para tal da modalidade de educação a distância, aliada a modalidade presencial, ou de ambas, ao mesmo tempo.

Nesse movimento de expansão da educação corporativa, através da educação a distância, em 2005, no contexto da Segurança Pública brasileira foi criado através da Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça (SENASP/MJ), em parceria com a Academia Nacional de Polícia (ANP), a Rede Nacional de Educação à Distância, (Rede EAD/SENASP), com o seguinte objetivo:

[...] viabilizar a educação continuada, integrada e qualificada de forma gratuita, independentemente das limitações geográficas e sociais existentes dos profissionais de Segurança Pública do Brasil (policiais civis, militares, bombeiros, guardas municipais, agentes penitenciários, policiais federais e rodoviários federais) (MANUAL DO TUTOR MJ-2008, p.9).

A partir disso, a Rede funciona com uma estrutura de múltiplos sistemas: rede física, composta pelos telecentros; rede de tecnologias (parque tecnológico, os telecentros e a combinação das mídias: TV e internet) em nível nacional, em todas as 27 unidades federativas do Estado brasileiro, através de 260 telecentros, instalados nas capitais e principais municípios, que estão estruturados da seguinte forma: a partir de quatro ambientes atrelados a recursos de informática e comunicação de dados, e de apoio educacional.

A previsão organizacional, segundo o documento ‘manual do tutor’ é de: gestor da Rede EAD, que tem por função a administração do telecentro, e pelas ações da Rede no seu Estado/Município; um coordenador de suporte que a atribuição de atendimento técnico aos usuários do telecentro e pela manutenção e guarda dos equipamentos, e manutenção preventiva; coordenador de operação cuja responsabilidade é a operação e controle de uso dos diferentes ambientes existentes no telecentro e, pela conservação e consumo dos materiais do telecentro;

um coordenador de ensino que tem como responsabilidade a supervisão da elaboração dos conteúdos locais e a supervisão dos tutores, e sua região.

A dinâmica de oferta dos cursos ocorre anualmente através de ciclos: são ofertados 3 ciclos de cursos, que envolvem para sua realização uma quantidade significativa de sujeitos: alunos, tutores, gestores e administradores, cada ciclo é composto pelas seguintes etapas: fase preparatória, matrícula automática dos inscritos, período das aulas, conclusão de atividades relativas aos alunos, emissão do relatório do tutor, fechamento do ciclo. Ao todo são 57 cursos ofertados pela Rede.

Na perspectiva da formação corporativa desse público alvo, procurou-se na literatura corrente, mais especificamente sobre educação a distância no contexto da segurança pública, fazer um breve levantamento de referências na área, de onde podemos inferir que não há uma grande produção de material sobre o tema e, por outras, os materiais encontrados não são extensos, e com graus medianos de profundidade. Entretanto, destaca-se a seguir, três trabalhos relacionados ao tema deste projeto, sendo dois deles, de forma indireta.

O primeiro trabalho, dissertação de mestrado - “Evasão no ensino à distância: Formação continuada dos Agentes de Segurança Pública” (2007), Universidade Tecnológica Intercontinental, no Paraguai, autor; Válter Joaquim dos Santos, cujo objetivo foi discutir o ensino à distância, avaliar seus benefícios para o aprimoramento profissional dos indivíduos e, ao mesmo tempo, analisar os índices de evasão dos agentes de segurança pública. Os ‘achados’ apontaram: a evasão dos cursos à distância tem diversas causas, como a falta de tempo dos agentes/alunos; a falta de computadores com acesso a internet e de monitoramento regional, sendo que outras limitações também foram apresentadas, as quais devem ser sanadas pelos órgãos responsáveis pelo EAD (Ensino à Distância) como forma de oportunizar melhor aproveitamento dos alunos no processo da aprendizagem.

O segundo trabalho, dissertação - “Análise da prática de tutores em cursos de educação a distância para adultos: identificando requisitos para ambientes virtuais de ensino” (2009), Universidade Federal de Pernambuco, departamento de ciências da computação, autor; com o objetivo de descrever a estrutura da prática dos tutores em cursos de educação a distância para adultos. Os ‘achados’ apontaram: que os ambientes virtuais de ensino (AVE) estão parcialmente preparados para fornecer suporte ao tutor na EAD para adulto; os AVE´s estudados,

entre eles o a EAD/SENASP não foram projetados para atender as necessidades do tutor.

O terceiro estudo, monografia em curso de especialização - “Impactos dos cursos da EAD da SENASP no Batalhão de Polícia de Choque da Polícia Militar da Bahia” (2009), Universidade Federal a Bahia, dos autores; Fábio Gonçalves Campos; Jeane Nascimento Ferreira da Silva; e Jorge Ramos e Lima Filho, teve como objetivo; “Analisar os impactos dos cursos da EAD no Batalhão de Choque da Polícia Militar da Bahia”. Os ‘achados’ indicaram que há a necessidade de mudança na cultura organizacional da PMBA, através da ação policial mais consciente, no sentido de buscarem capacitação e atualização profissional constante, além da necessidade de prestarem melhores serviços à população, em geral.

Em relação a representação social da educação a distância no processo de formação do profissional de segurança pública nenhum estudo foi encontrado. Por outro lado, no que diz respeito a educação a distância e representações sociais foi possível identificarmos até o momento duas pesquisas, ambas concluídas e fundamentadas a partir dessas duas temáticas.

A primeira trata-se de uma tese de doutorado, do Programa de pós-graduação interdisciplinar em Ciências Humanas, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, “As representações sociais da educação a distância: uma investigação junto a alunos do ensino superior a distância e a alunos do ensino superior presencial” (SANTOS, 2006), com o objetivo de identificar e analisar as Representações sociais da educação a distância no Brasil junto a dois grupos taxonomicamente distintos e alunos da educação superior, ao nível de graduação, e que apontou como resultado a ocorrência de representações sociais comuns e diferenciadas entre os dois grupos e quanto ao grupo de alunos do ensino presencial emergiram representações relativas a dúvidas com relação a formação obtida por EAD.

O segundo estudo, dissertação de mestrado, “A representação do mestre na educação a distância: um estudo de caso baiano”, (NEVES, 2003) desenvolvida com o objetivo central de obter informações que possibilitassem delinear a representação da figura do mestre na educação a distância e levantar parâmetros de comparação com a representação de professor no mesmo ambiente. Da mesma instituição, e do Programa de pós-graduação em Engenharia de Produção, os achados apontaram, segundo o autor, que se mantém uma dicotomia entre as

representações de mestre e professor que correspondem ao formador na educação havendo possíveis interveniências da mídia na elaboração dessa relação entre o discípulo e o formador.

Vale ressaltar, que os estudos e pesquisas sobre a formação policial, inicial ou continuada são bastante tímidos ainda, pouco ou quase nada existe, e os poucos que se encontra centram a temática mais no âmbito dos aspectos sociológicos e filosóficos da violência, da criminalidade, e formação de cunho militar que permeia a história da formação desses profissionais, em especial dos policiais militares e bombeiros militares havendo uma lacuna no que diz respeito aos aspectos pedagógicos e sua repercussão no conjunto da educação policial.

O desafio é, pois lançar um olhar sob outro ângulo, trazer à tona aspectos centrais do processo de formação desse policial. Assim vale ressaltar que a atividade policial qualitativa exige um processo de formação permanente em razão das especificidades e peculiaridades que caracterizam essa profissão e suas complexidades que extrapolam o âmbito institucional e fomentam a necessidade dum constante investimento na formação permanente desse agente.

A partir desses estudos e, retomando a discussão, agora, na dimensão da educação a distância corporativa, enquanto modalidade de formação dos profissionais de segurança pública, justifico o meu envolvimento com o tema, a partir da minha própria trajetória formativa e profissional, e o percurso que me conduziu até aqui se coaduna com o que nos afirma a poeta Clarice Lispector: “Existe a trajetória, e a trajetória não é apenas um modo de ir. A trajetória somos nós mesmos.” Foi indo e vindo nas trilhas da formação acadêmica, profissional e social que construí anseios, perspectivas e instigações quanto a educação a distância enquanto modalidade de formação.

Em 1996 participei de um curso de português instrumental, por correspondência do SENAC, via correio, no qual a aprendizagem era mediada por um professor, com o apoio de material didático impresso.

A educação mediada pelas tecnologias sempre esteve presente na minha trajetória acadêmica e profissional. Sou graduada em pedagogia (1999), e exerço minha profissão como policial militar (1994...). Neste sentido, a partir de uma geração mais avançada da educação a distância, via tecnologias digitais, especialmente por meio da internet, fiz dois cursos de especialização; Docência do

Ensino Superior, a distância, realizado pela Universidade Castelo Branco – RJ (2007); e Polícia Comunitária, também a distância, pela Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL (2010).

Na Rede EAD/SENASP, a distância, participei de 14 cursos (a partir de 2008) dos 57 oferecidos pela Rede. Além da experiência como Tutora (2009) nos cursos de formação policial da Rede EAD/SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública), como por exemplo: curso de Polícia Comunitária para o Estado do Piauí (2010 - 60h). Essas experiências foram significativas, ao despertar em mim o interesse pelas questões da aprendizagem mediadas pelas tecnologias.

Nesse contexto, o interesse emergiu, em muitas circunstâncias, através das falas que ecoavam no interior das viaturas policiais a partir das manifestações de nossos colegas de trabalho: “fiz um curso da SENASP muito bom nesse ciclo”; “Vi no curso de abordagem policial, sobre as transformações que estão ocorrendo na legislação”, ou o curso “x” ou o curso “y” é difícil”, “Meu tutor é muito ativo no ambiente”; “Meu tutor ligou para incentivar-me a terminar o curso”.

Foram manifestações espontâneas, no cotidiano desses profissionais que no espectro da minha experiência docente e discente em EaD, me impulsionaram a investigar cientificamente sobre as representações sociais, construídas por policiais militares, no universo da educação a distância, e os impactos no processo de formação desses agentes., compreendidas no curso desse trabalho a partir das ideias de Moscovici (1981, p. 181), para o qual as representações sociais são:

Um conjunto de conceitos, proposições e explicações originado na vida cotidiana no curso de comunicação interpessoais. Elas são o equivalente, em nossa sociedade, dos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais; podem também ser vistas como a versão contemporânea do senso comum (MOSCOVICI, 1981, p. 181).

No que se refere à teoria das representações, por ocasião do meu curso de graduação em pedagogia (presencial), nos fins dos anos 90, tive contato com a teoria, através da disciplina psicologia social, apesar deste contato ter sido superficial e sem muita profundidade.

Na formação, nível de especialização, na área de segurança pública, realizada pela Universidade Federal do Piauí, onde apresentei uma monografia – “A inserção da mulher na PMPI: história e representações sociais”, o contato com a teoria das representações foi aprofundado, através de novos conhecimentos. E assim, entendida de forma mais refinada, como “uma forma de conhecimento,

socialmente elaborada e partilhada, tendo uma visão prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (JODELET, 1989, p. 36).

Portanto, no centro dessa teoria, observa-se à necessidade de estudos mais aprofundados e de maior amplitude, no que diz respeito a modalidade de Educação a Distância, por se tratar de uma temática relevante, porém permeada por controvérsias e questionamento no universo da literatura específica.

Na outra ponta desta discussão, mediada pela teoria das representações sociais, encontra-se a formação policial, sofre das mesmas carências em termos de trabalhos científicos, principalmente no âmbito das pesquisas relacionadas à formação profissional dos policiais militares, que historicamente apresentam um descompasso no quesito ‘formação’, se comparados com outros profissionais, de áreas como educação, saúde, e outras.

Do ponto de vista institucional, compreender a educação a distância como política pública que está sendo ofertada para a formação policial, com o objetivo de contribuir para a melhoria da segurança da sociedade, suscita questionamentos e, a necessidade premente de novos estudos e pesquisas.

Na perspectiva profissional, mais especificamente ligada ao seio da classe dos policiais militares de Teresina-PI, são evidentes e necessárias as contribuições que estudos como este, podem trazer aos atores envolvidos, a partir do aperfeiçoamento do programa de educação a distância da SENASP, pois para além da implantação de projetos e/ou experiências de Educação policial, como etapa subsequente, é pertinente e processual avaliá-las, buscar compreender os resultados obtidos, e assim, construir indicadores de qualidade, visando melhorias às demandas sociais.

No âmbito científico, como não existe numa pesquisa tratando da experiência de educação à distância no contexto da formação policial, em Teresina-PI, e no Estado em geral, entende-se que esta pesquisa pode iniciar uma nova etapa, naquela região, de expansão do conhecimento sistematizado, alicerçado na teoria das representações sociais dos sujeitos pesquisados.

Destaca-se ainda, a utilidade pública da pesquisa, enquanto contributo ao conhecimento sistematizado, fundamentado a partir de um método científico, no sentido de trazer contribuições para o desenvolvimento da sociedade em geral em todas as suas dimensões; social, política, econômica, cultural no cenário da educação em geral e suas interfaces com a modalidade de EAD.

Depois dessas justificativas, torna-se necessário, de forma mais aproximada, problematizar o objeto de pesquisa deste projeto – a educação a distância e a representação social dos policiais militares, para em seguida apresentar o problema de pesquisa deste estudo e sua delimitação.

No universo da educação em geral, a modalidade de educação a distância encontra-se no centro do debate contemporâneo, aonde se chocam posições divergentes e convergentes, no que tange a sua importância e o seu papel como uma forma de aprendizagem mediada pelas tecnologias.

Nessa confluência, torna-se fundamental antes de interpretar, dar a voz aos sujeitos da educação a distância, tutores e discentes, pois, acredita-se que são professores e alunos os elementos centrais, mais diretamente envolvidos nessa convivência com a EAD; os mais bem situados e com propriedade para falar, embasados na vivência com o objeto; para delinear as fronteiras e perspectivas da EAD.

É nesse cenário que emerge a teoria das representações sociais como aporte teórico, que numa via fronteira entre o cognitivo e o social, nos proporciona em suas bases teórico-metodológicas a aproximação com a representação social que os alunos possuem da educação a distância. Não basta apenas as críticas, é preciso buscar fundamentá-las para além do discurso, é preciso investigar no cenário concreto, vivido, experimentado, seus desdobramentos, peculiaridades, validade ou limitações.

Esse olhar mais abrangente, precisa situar-se num contexto específico, dada a amplitude de cursos nos mais diferentes níveis de ensino que são ofertados via educação a distância.

No que diz respeito aos aportes metodológicos da teoria das representações sociais, que foram tratados para além de uma abordagem descritiva, assim, para realizar este estudo, o objetivo, não foi apenas descrever as representações que os policiais militares construíram sobre a educação a distância, oferecida como formação continuada pela SENASP, mas, a partir das representações, analisamos os desdobramentos dessa modalidade de ensino na formação do profissional de segurança pública, especificamente na cidade de Teresina-PI.

Nessa linha de raciocínio, algumas reflexões foram inadiáveis e irrecusáveis, na periferia de nosso objeto de estudo – educação a distância, e as

representações sociais dos policiais militares, da Rede de Educação a distância, através dos cursos ofertada para os profissionais de segurança pública:

- A educação a distância dá conta das necessidades sócio-formativas do profissional da segurança pública na estrutura do Estado?
- A modalidade de educação a distância é um elemento significativo para o processo de formação do profissional de segurança pública?
- Quais as representações sociais do agente de segurança pública com relação a formação profissional a distância?
- Quais os desdobramentos dos cursos da Rede EAD/SENASP na prática profissional cotidiana e nas relações sociopolíticas do Policial Militar?

Nessas circunstâncias, o problema nuclear que nos instigou foi - Quais os impactos da educação a distância, através dos cursos da SENASP, a partir das representações sociais dos policiais militares da cidade de Teresina-PI?

Nessa direção, para consecução do estudo proposto desenvolvemos investigamos as representações sociais dos policiais militares, sobre os cursos de educação a distância no âmbito da Rede EAD/SENASP.

Para a consecução do escopo maior deste trabalho quanto aos objetivos específicos, Identificamos as representações de EAD dos policiais militares; Interpretamos os 'sentidos e significados' subjacentes às representações sociais, dos sujeitos a pesquisa e analisamos as representações sociais dos sujeitos da pesquisa e seus impactos na formação profissional desses sujeitos.

Assim, o estudo esta organizado em 5 capítulos que se interligam e complementam. No primeiro capítulo, Âncoras teóricas da investigação procuramos fundamentar os aportes teóricos do estudo a partir de três eixos teóricos que estão diretamente relacionados aos objetivos e ao objeto do estudo: a teoria das representações sociais, as orientações curriculares nacionais para formação do profissional de segurança pública no Brasil e a educação corporativa na perspectiva da educação a distância.

No segundo, Trilhas metodológicas da investigação, apresentamos o percurso metodológico do estudo, seus fundamentos, na perspectiva da pesquisa qualitativa. O terceiro traz como resultado o perfil social, econômico e educacional

dos alunos-policiais: cenário de construção das representações sociais. Nele procuramos identificar o perfil desses profissionais no que diz respeito a idade, gênero, renda, nível e área de formação, idade, acesso às tecnologias, tempo de acesso aos cursos da rede entre outros. Por fim, o quarto e último capítulo aborda a partir dos dados coletados e analisados as representações sociais construídas pelos policiais quanto a rede EAD/SENASP e as suas contribuições para o exercício da atividade de segurança pública.

2 ÂNCORAS TEÓRICAS DA INVESTIGAÇÃO: EM BUSCA DE EQUILÍBRIO E SEGURANÇA

*“As palavras formam os fios com os quais tecemos
nossas experiências.”
Aldous Huxley*

A partir do objetivo central que delineamos para o desenvolvimento da pesquisa “investigar as representações sociais dos policiais militares sobre educação a distância, no âmbito da Rede EAD/SENASP, tomou-se como aporte teórico a Teoria das Representações Sociais.

Segundo Triviños (2010, p. 99) “[...] Os fatos sociais e educacionais não só precisam como exigem um suporte e princípios que permitam atingir níveis da verdadeira importância do que se estuda”. Assim, uma das preocupações centrais na construção desse estudo investigativo foi em apoiá-lo, ancorando-o em um suporte teórico que nos permitisse transitar com equilíbrio e segurança em torno do objeto de estudo e do objetivo ao qual nos propomos, sem desconsiderar as necessidades metodológicas como trilhas a percorrer na consecução do ponto de “chegada”.

A teoria das representações mostrou-se num espectro teórico e metodológico como via central no caminho investigativo percorrido. Optamos em apresentar o “estado da questão” (THERRIEN-NÓBREGA e THIRRIEN, 2004,p.8) quanto a teoria das representações sociais em duas etapas distintas: na primeira apresentamos o viés teórico, conceituação, elementos constitutivos, bases epistemológicas e correntes, a partir das ideias de Moscovi, dos seus colaboradores e estudiosos do campo teórico.

Num segundo momento, discutimos as dimensões metodológicas como campo de investigação científica, indicando entre as correntes teóricas e metodológicas existentes aquelas que tomamos como fundamento para o estudo investigativo e as razões que nos conduziram a essa delimitação.

Portanto, o fundamento epistemológico tomado como guia para o desenvolvimento do estudo investigativo centrado na Teoria das Representações Sociais, deu-se em razão das possibilidades de articulações teóricas e

metodológicas de investigação desse aporte, situando o objeto de estudo na confluência do vivido, da relação prática do sujeito com o objeto e das comunicações, crenças, exteriorizações, conceitos e opiniões construídos, elaborados e reelaborados individual e coletivamente em torno da experiência social vivida e partilhada, quanto a rede EAD/SENASP, para apreender num plano macro o universo simbólico do objeto de estudo.

Por outro lado, ancorar nossa investigação á luz da teoria se configurou como uma extensão de pesquisa e produção acadêmica anterior por nós realizada, a partir da qual foi possível, compreender as contribuições, dimensões e significados que ela assume no âmbito social a partir da pesquisa científica.

Nesse sentido, estudar as RS que os policiais-alunos elaboram sobre educação à distância a partir da rede EAD/SENASP se configurou como instrumento de avaliação dessa modalidade de educação, bem como para num segundo plano, identificar as contribuições desse processo formativo para o exercício da atividade de segurança pública, além de apontar seus limites e os desafios a enfrentar na perspectiva dos sujeitos que trafegam virtualmente em seu espaço físico e social.

Assim sendo, o quadro teórico, da nossa pesquisa, compôs uma espécie de teia, pois, além de abranger à teoria das representações sociais, centrou-se na educação a distância e na educação corporativa policial, em razão do objeto de estudo e sua contextualização no âmbito da segurança pública, mais especificamente da polícia militar.

Ao se propor uma breve discussão quanto a formação do profissional teve-se como objetivo central caracterizar quais as orientações curriculares oficiais para a formação do profissional de segurança pública no Brasil e suas diretrizes em relação a formação mediada via educação a distância a fim de situarmos qual os aportes, teóricos, metodológicos e pedagógicos nos quais se situam a educação a distância no âmbito das orientações curriculares para formação policial brasileira.

Por fim, a discussão em torno da educação corporativa, e mais especificamente na convergência desta com a educação a distância soma-se as demais na tentativa de ampliar a compreensão teórica em torno do processo de formação que ocorre na corporação policial, planejada e executada no âmbito da própria instituição seja num plano macro, através da Secretaria Nacional de Segurança pública, abrangendo a política nacional para formação dos profissionais de segurança pública, incluídos ai a categoria policial militar, lócus da pesquisa, ou

num plano micro, através das diretrizes estaduais para formação dos policiais militares no Estado do Piauí.

Nessa direção, optamos em apresentar esses aportes teóricos a partir de três etapas delineando suas interfaces em relação ao objeto de estudo, indicando os pilares de sustentação para a compreensão da investigação proposta como objeto de estudo.

2.1 A Teoria das Representações Sociais – conceituação, bases epistemológicas e correntes

A teoria das representações surgiu em meados da década de 1960 com a publicação da obra *La psychanalyse: son image et son public* (A psicanálise, sua imagem e seu público) do psicólogo social romeno naturalizado francês Serge Moscovici.

Na obra Moscovici lança as bases de uma teoria que pudesse fornecer a psicologia social elementos teóricos e práticos, que desde um estudo centrado não apenas numa abordagem de natureza individualista, mas uma abordagem que favorecesse analisar os aspectos individuais e sociais no contexto real da vida social.

O empreendimento investigativo de Moscovici, que culminou com a produção da teoria deu-se a partir de um contexto histórico e social marcado, pela ascensão a partir da década de 60 de interesses pelo domínio simbólico, onde a psicologia então, se centrava nos preceitos do behaviorismo e sua lógica experimental e a sociologia por sua vez, segundo o que nos aponta ARRUDA (2001, p.129) no paradigma marxista onde a tendência dominante era de [...] “ atrelar o desenvolvimento superestrutural à infraestrutura” [...].

A importância dessa obra no contexto da estruturação da teoria, é explicitada por Jodelet (2001, p. 28):

O estudo de Moscovici sobre as representações da psicanálise foi uma contribuição para a sociologia do conhecimento. Ele estava interessado em observar o que acontece quando um novo corpo de conhecimento como a psicanálise, se espalha dentro de uma população humana. [...] Foi o estudo do choque entre uma teoria e os modos de pensamentos próprios a diferentes grupos sociais delimitava como se opera a transformação de um saber (científico) num outro (senso comum e vice-versa).

Nela Moscovici não se lança apenas no desafio da tentativa de fazer uma crítica à teoria das Representações Coletivas de Emile Durkheim, ou conceituar a

psicologia social em oposição a vertente individualista Norte- americana, dominante até então, mais que isso, segundo nos explica Sá (2004, p. 24), situa as Representações sociais no “território limítrofe” onde se desenvolvem os fenômenos cuja dupla natureza (psicológica e social) tem sido reiteradamente admitidas.

Segundo Duveen (2003, p.15), enquanto Durkheim “vê as representações coletivas como formas estáveis de compreensão coletiva, com o poder de obrigar que pode servir para integrar a sociedade como um todo, Moscovici esteve mais interessado em explorar a variação e a diversidade das idéias coletivas nas sociedades modernas.” Situando a teoria das representações sociais no eixo das contradições sociais emergentes, na “heterogeneidade” das mudanças e transformações contínuas de onde emergem o não-familiar.

Com isso surgiu no contexto da psicologia social uma teoria de natureza psicossociológica que seja adequada ao contexto social de uma sociedade que se caracteriza então por sua pluralidade e complexidade, exigindo assim, teoria de conhecimento que a estudasse e compreendesse a partir de uma vertente mais ampla. Daí o seu caráter interdisciplinar¹ situando-se a mesma no eixo das Ciências Humanas, mas numa interface entre a psicologia e a sociologia.

A concepção de Jovchelovich (1995, p. 63) quanto ao surgimento da teoria nos dá uma noção do contexto em que se deu sua gênese: “[...] a teoria nasceu – e cresceu – sob a égide de interrogações radicais, que repõe contradições e dilemas que ainda hoje precisamos responder. Talvez a principal dessas contradições seja a relação indivíduo-sociedade”.

Até então os estudos não consideravam essa dupla relação, e é justamente nesse limite constitutivo que o francês vai estruturar a teoria das Representações sociais. Para Moscovici a sociedade se caracteriza não só pelos seus aspectos econômicos e políticos, mas ele aponta a dimensão psicológica da sociedade centrada, segundo ele, em dois universos, os universos consensuais e os universos reificados. Guareschi (1995, p. 212) nos esclarece como se caracterizam esses dois universos:

Nos universos reificados, que são mundos restritos, circulam as ciências, que procuram trabalhar com o mais possível de objetividade, dentro de

¹ A interdisciplinaridade compreendida como característica da teoria da Representações Sociais esta em conformidade com a definição de MORAES (2005, p. 39) Definimos interdisciplinaridade como uma abordagem epistemológica que nos permite ultrapassar as fronteiras disciplinares e nos possibilita tratar, de maneira integrada, os tópicos comuns às diversas áreas.

teorizações abstratas, chegando a criar até mesmo certa hierarquia. Nos universos consensuais estão as práticas interativas do dia-a-dia, que produzem as RS, que são as teorias do senso comum, isto é, conhecimentos produzidos espontaneamente dentro de um grupo, fundados na tradição e no consenso, dentro de uma lógica, metodologia e comprovações diferentes.

As representações sociais se encontram no limite intermediário entre esses dois universos. Mas enfatiza em especial e contrariando a lógica racionalista, o questionamento acerca do conhecimento que é construído a partir do senso comum, nas experiências vividas, construídas e reconstruídas a partir da diversidade de inter-relações comunicativas que são tecidas no cotidiano.

Em relação a sua recorrência na América Latina BANCHS (2004, p. 8), ressalta que os estudos envolvendo as representações sociais:

revelam a potência das representações sociais como ferramenta teórico-metodológica que permite realizar análises sobre objetos específicos inseridos num contexto social determinado, com um caráter histórico particular e enraizados num sistema cultural.”

No que diz respeito ao contexto brasileiro, a teoria surgiu no início da década de 80, como consequência dos alunos brasileiros que na década de 70 realizaram seus cursos de doutorado na França mais especificamente na École de Hautes Études em Sciences Sociales (EHESS) e mantiveram contato com a vertente teórica através de Serge Moscovici e Denise Jodelet. (ALMEIDA, 2009).

A autora argumenta ainda, que no princípio, assim como na Europa a teoria sofreu um período da “latência” no Brasil, convergindo para isso vários fatores. Na mesma direção, ARRUDA (2002, p. 129), afirma que a teoria, a princípio, parecia não ter galgado espaços consideráveis, ressurgindo “como força total no início dos anos 80.

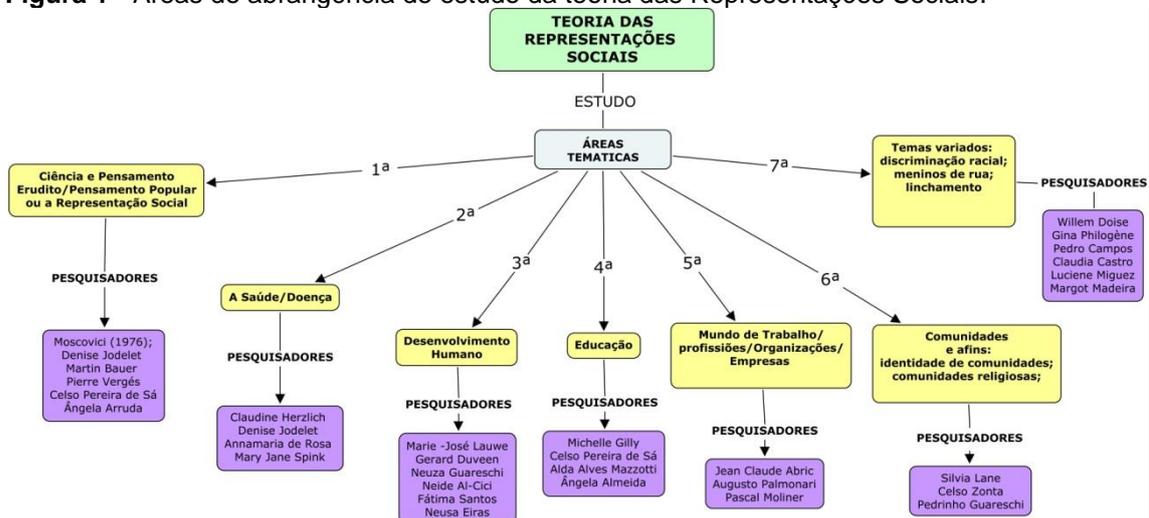
Hoje a teoria se encontra “[...] em plena expansão e se observa uma clara ampliação das áreas que têm aderido a este referencial, incluindo, em um primeiro momento, Educação, saúde e Serviço Social, seguidos pela História, Sociologia, Antropologia, Geografia, Comunicação e Meio ambiente.” (ALMEIDA, 2009, p. 715).

Os estudos da teoria entre os latino-americanos tem produzido contribuições, portanto, a nível de pesquisa. Nos últimos 40 anos os estudos

estiveram centrados da seguinte forma: durante a década de 70, foram desenvolvidos estudos com a finalidade de testagem do conceito, os dez anos seguintes à atenção dos estudiosos, pesquisadores e teóricos esteve voltada para a sistematização teórica e atualmente, segundo nos explica Lane (2004).

Para Banchs (2004, p. 19), [...] “se não estamos na dianteira das contribuições teóricas, nos adiantamos no que concerne aos vínculos entre teoria, cultura e sociedade.” Nessa confluência devido a quantidade de estudos que são desenvolvidos segundo Sá (2004, p. 34-41) torna “proibitiva” descrever todos eles, o autor elenca sete áreas temáticas, nas quais tem se centrado as pesquisas:

Figura 1 - Áreas de abrangência de estudo da teoria das Representações Sociais.



Fonte: Celso Pereira de Sá (2004, p. 100).

No que diz respeito a área da educação como campo de estudos da teoria das representações sociais Gilly (2001, p. 322) aponta as vantagens ou as contribuições que ela pode trazer enfatizando que:

[...] “o interesse essencial da noção de representação social para a compreensão dos fatos de Educação consiste no fato de que orienta a atenção para o papel de conjuntos organizados de significações sociais no processo educativo. [...] oferece um novo caminho para explicação de mecanismos pelos quais fatores propriamente sociais agem sobre o processo educativo e influenciam seus resultados; Área educacional aparece como um campo privilegiado para se observar como as representações sociais se constroem, evoluem e se transformam no interior

de grupos sociais, e para elucidar o papel dessas construções nas relações desses grupos com o objeto de sua representação.”

Compreender a importância da teoria para o desenvolvimento do seu estudo quer na área da educação ou nas demais temáticas (conforme figura 1) requer que compreendamos seus aspectos centrais, nesse sentido um dos primeiros e mais relevantes seria nos apropriarmos do que vem a ser representação social, a partir das ideias apresentadas por Moscovici.

O aspecto conceitual da teoria, é evitado por ele, há certa resistência, declarada e justificada de sua parte em apresentar um conceito ou definição formal, ele prefere destacar o objetivo a que se destina as Representações Sociais, “uma modalidade de conhecimento particular, que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos”, pois segundo ele: “a demanda por exatidão de significado e por definição precisa de termos, que pode ter um efeito pernicioso, como eu acredito ter tido frequentemente nas ciências do comportamento” (MOSCOVICI *apud* SÁ, 2004, p. 30, 31).

Os conceitos que encontramos na literatura são iniciativas de seus colaboradores, e estudiosos num esforço que visa facilitar o processo didático de compreensão da mesma uma vez que ao invés de apresentar um conceito para Representações sociais ele preferiu apontar seus objetivos, pondo em relevo sua finalidade e seus aspectos práticos. A seguir citamos alguns dos conceitos de RS:

[...] É uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Igualmente designada como saber do senso comum ou ainda saber ingênuo, natural, esta forma de conhecimento é diferenciada, entre outras, do conhecimento científico. É tida como objeto de estudo tão legítimo quanto este, devido à sua importância na vida social e à elucidação possibilitadora dos processos cognitivos e das interações sociais. (JODELET, 2001, p. 22).

[...] é um comportamento observável e registrável, e como produto, simultaneamente individual e social, estabelecendo um forte elo conceitual entre a psicologia social e a sociologia. (LANE, 2004, p. 59).

Analisando os conceitos a cima observa-se que as Representações sociais é o conjunto de explicações, crenças e ideias que nos permitem evocar um dado acontecimento, pessoa ou objeto. Sendo elas, portanto, resultantes de um processo de interação social, mediado pelas relações de comunicação. O contexto

em que são encontradas as RS, não poderia ser outro senão o contexto dos espaços sociais como nos descreve Sá (2004, p. 26):

[...] em todas as ocasiões e lugares onde as pessoas se encontram informalmente e se comunicam: no café da manhã, no almoço e no jantar; nas filas do ônibus, do banco e do supermercado; no trabalho, na escola e nas salas de espera; nos saguões, nos corredores, nas praças e nos bares; talvez principalmente nos bares e botequins, em pé ou sentado, para um cafezinho, uma happy hour ou uma noitada “jogando conversa fora”. Faz simplesmente parte da vida em sociedade. [...] Terminam por construir o pensamento em um verdadeiro ambiente onde se desenvolve a vida cotidiana.

As representações emergem a partir da relação comunicativa que os sujeitos estabelecem nos mais diferentes espaços sociais, estão relacionadas com a vivência cotidiana do indivíduo, com as experiências aí delineadas, com a efervescência e dinamicidade das ações, reações e posturas que assumimos no dia-a-dia, caminha portanto no sentido contrário ao estático ou como afirma Duveen (2003, p. 25) [...] “na psicologia social de Moscovici, é através dos intercâmbios comunicativos que as representações sociais são estruturadas e transformadas”.

Esse movimento dinâmico de construção e reconstrução das representações sociais, não ocorre por acaso, tem um sentido e uma função social, Jodelet (2001, p. 17), afirma que nós necessitamos nos adaptar ao mundo, suas ideias, “dominá-lo física ou intelectualmente, identificar e resolver os problemas que se apresentam: é por isso que criamos representações”.

Nesta mesma linha de pensamento, segundo Lefevre e Lefevre (2010, p. 23), as representações são “reelaboraões, metabolizaões de conhecimentos e informações geradas em certo número de espaços sociais onde, modernamente, tais conhecimentos são produzidos e/ou difundidos”. Nas mídias, internet, espaços escolares, profissionais, familiares, religiosos de lazer e cultura.

É inserida nesse campo do agir cotidiano, nos mais diferentes espaços, que a teoria caracteriza-se por três aspetos centrais: a vitalidade, transversalidade e a complexidade. A vitalidade em razão da reativação do conceito de representações coletivas realizado por Moscovici com a ampliação desta para a teoria das representações sociais e pela crescente produção da teoria desde então nos cenários de diversos países bem como pela quantidade de publicações. (JODELET, 2001, p. 23)

Além do caráter interdisciplinar por sua própria natureza centrada entre a psicologia social e as ciências sociais, a transversalidade, por sua vez é uma de suas características, resultado dos interesses das demais ciências humanas pela teoria das RS tais como: a sociologia, a antropologia e história. A psicologia evolutiva e a linguagem.

Uma das principais colaboradoras de Moscovici destaca as contribuições dessa multiplicidade de relações com disciplinas próximas: “[...] confere tratamento psicossociológico da representação um estatuto transversal que interpela e articula diversos campos de pesquisa, reclamando não uma justaposição, mas uma real coordenação de seus pontos de vista (JODELET, 2001, p. 25)”.

As dimensões ou os diversos assuntos que ela abrange, que vão desde o domínio científico, cultural, social e institucional, da produção, ambiental do biológico e médico, pontuando a variedade de temas e subtemas que perpassam esses domínios como, por exemplo, na área médica o estudo que Jodelet (2001, p. 18) desenvolveu no início dos anos 80, sobre o surgimento da AIDS, o qual revelou como a sociedade da época se apropriava no contexto de poucas explicações científicas e desconhecimento as representações sociais sobre a Síndrome, que estavam organizadas, segundo ela em torno de duas concepções: “uma de tipo moral e social, outra de tipo biológico”.

As representações sociais para Moscovici apresentam uma tipologia, que esta diretamente relacionada com os movimentos sociais, ideológicos, valorativos que caracterizam a sociedade, Banchs (2004, p. 15) apresenta os diferentes tipos de representações sociais, segundo ela:

[...] Partindo da tipologia de representações que Moscovici (1988) formula. [...] *representações hegemônicas*, já que estas são as mais resistentes à mudança, e, como disse, fazem parte da cultura societal numa época determinada. Ao contrário, as representações *emancipadas*, produto da circulação permanente de conhecimentos e ideias e, mais especificamente, as representações *polêmicas*, que se produzem de maneira polarizada em momentos de conflitos sociais, parecem estar estreitamente vinculadas a processos de influência social minoritária. [...]

Essa variedade tipológica se dá na direção da própria complexidade, que caracteriza as RS, no entanto, isto se dá em virtude da sua definição e do seu tratamento, uma vez que, por um lado deve-se “levar em consideração o

funcionamento cognitivo e o do aparelho psíquico, por outro, o funcionamento do sistema social, dos grupos, das interações [...]” (JODELET, 2001 p. 26).

Com toda sua vitalidade, transversalidade e complexidade as RS, desempenham um papel relevante como nos esclarece HERZLICH (1972, p. 306-307 *apud* SÁ, 2004, p. 32) “[...] desempenha um papel na formação das comunicações e das condutas sociais”. Elas, segundo Minayo (1995, p. 108), “se manifestam em palavras, sentimentos e condutas e se institucionalizam, portanto, podem e devem ser analisadas a partir da compreensão das estruturas e dos comportamentos sociais”.

A elaboração das representações ocorre por meio de dois processos: “a objetivação e a ancoragem”. Vale ressaltar, que a teoria possui uma dupla natureza: conceitual e figurativa. Na objetivação, conforme nos aponta Sá (2004), as ideias abstratas transformam-se em imagens concretas, através do reagrupamento de ideias e imagens focadas no mesmo assunto, consiste, portanto na ação de transformar conceitos abstratos em imagens, dar-lhes um sentido prático ou como afirma Moscovici (2003, p. 71) torná-la algo “tangível”, perceptível para o sujeito.

A objetivação ocorre através de duas fases: a *transformação icônica* que realiza-se quando associamos um conceito a uma imagem e a *naturalização*, através da qual as imagens se transformam em algo concreto. Da transformação icônica, segundo Moscovici (2003, p. 73) origina-se o núcleo figurativo, um “um complexo de imagens que produzem um complexo de ideias.” Sua função seria naturalizar a representação, tornando os conceitos abstratos em realidade objetiva. (ÁLVARO e GARRIDO, 2006, p. p.289).

Já a ancoragem prende-se com assimilação das imagens criadas pela objetivação, sendo que estas novas imagens se juntam às anteriores, nascendo assim novos conceitos, ancorar é classificar e denominar. As duas fases constituintes são justamente a classificação e a denominação através das quais transformamos algo estranho, incomum e não-familiar em algo próximo e familiar, incluindo-o ao nosso sistema de categorias. Segundo Álvaro e Garrido (2006, p.288) [...] “ao classificar e dar nomes às pessoas ou objetos do meio, lhes conferimos alguns atributos ou características com relação ao quais nos comportamos de determinada maneira.”

Para Moscovici (1981, p.193) a ancoragem é um processo que nos permite “que algo pouco familiar e problemático, que desperta nossa curiosidade,

seja incorporado em nosso sistema de categorias e seja comparado com o que consideramos um membro típico dessa categoria.” O objetivo de ambas é tornar o “não familiar em familiar”.

Para Jodelet (2001, p. 26) as representações sociais, devem ser estudadas, considerando a amplitude de elementos que convergem em sua constituição, afetivos, mentais, sociais: [...] “integrando - ao lado da cognição, da linguagem e da comunicação – a consideração das relações sociais que afetam as representações e a realidade material, social e ideativa sobre a qual elas têm de intervir.”

Nesse sentido, observação de Jodelet revela a natureza psicossiológica da teoria. Uma das vantagens em se desenvolver um estudo, a partir do referencial teórico das representações sociais, reside justamente no fato de:

Definir um fato empírico inequívoco, que traz no seu bojo valores, afetos e concepções, tornando o conceito de atitude dispensável, pois este é sempre uma inferência a partir de verbalizações, de predisposições internas que mantêm relações tênues com comportamentos observados. é um conceito que vem confirmando o falar e o fazer como comportamentos muito diferentes (LANE, 2004, p. 63).

É nessa confluência de dinâmicas entre sujeito e objeto que são construídas, a partir da vivência social, dos sentidos e os significados construídos na vivência do cotidiano, que compreendemos ser relevante trazer como fio condutor a teoria das RS.

Assim, como todo e qualquer campo do conhecimento a teoria das Representações Sociais foi motivo de apreciação e julgamento da comunidade científica em geral, fato que resultou na apresentação de algumas críticas que segundo Sá (2004, p. 42) centram-se em especial em:

[...] desacordo acerca de questões relevantes para a sistemática da produção de conhecimento nos universos reificados: pressupostos ontológicos e epistemológicos, consistência lógica na construção de teorias, validade e fidedignidade metodológica etc.

Segundo Álvaro e Garrido (2006, p.291) a que se destacar entre as várias críticas de que foi alvo a teoria duas como sendo as mais recorrentes: primeiro, a imprecisão quanto a definição de representação social e a conseqüente melhor delimitação do seu campo de estudo; em segundo, a fragilidade da diferenciação entre a teoria e o conceito de atitude. Para os dois autores, essa crítica tem um provável fundamento na [...] polêmica entre os psicólogos partidários de utilizar o conceito de atitude ou o de representação social em suas pesquisas depende mais

da perspectiva psicológica ou sociológica da qual abordamos seu estudo.” (ÁLVARO E GARRIDO 2006, p. 292)

Em que pesem as críticas; e elas ajudam no aperfeiçoamento e crescimento da teoria, alguns estudiosos em contrapartida vêm buscando inovar a teoria trazendo à tona elementos de complementação que possam explicar e aperfeiçoá-la ainda mais.

As pesquisas desenvolvidas e os estudos dos colaboradores de Moscovici, como Denise Jodelet, Jean Claude Abric, Flament, (e as noções de núcleo central e periféricos), Gerard Duveen (), Willem Doise (psicologia societal), a interpretação epidemiológica da difusão das representações sociais propostas por Sperber (1989), entre outros, foram delineando correntes teóricas, que de forma complementar auxiliam pesquisadores e estudiosos nos encaminhamentos teórico-metodológicos para o estudo das Representações Sociais. Segundo Sá (2001, p. 60) as correntes são três que não se excluem, mas complementam-se:

Alguns desses autores são historicamente responsáveis pelo desdobramento da teoria original de Moscovici em **três correntes teóricas complementares**, que se têm mostrado, por suas proposições e desenvolvimentos metodológicos, excepcionalmente úteis à operacionalização da noção de representações sociais para os fins a pesquisa empírica e da intervenção sobre as práticas sociais. A **primeira** dessas correntes, mais fiel à teoria original e associada a uma pesquisa etnográfica deve-se à influência de Denise Jodelet, em Paris. A **segunda** se propõe a articular a teoria das representações sociais com uma perspectiva mais sociológica e é liderada por Willem Doise, em Genebra. A **terceira**, que enfatiza a dimensão cognitivo-estrutural das representações, tem em Jean-Claude Abric seu principal representante, mas está também ligada aos nomes de dois autores de Aix-em-Provence incluídos no livro: Claude Flament e Pierre Vergès. (SÁ, 2001, p. 8-9).

Em relação ao presente estudo, e considerando suas peculiaridades, que gravitam em torno do próprio objetivo do estudo, identificar as representações sociais que um grupo de policiais constroem quanto a educação à distância no âmbito da rede EAD/SENASP, a partir do qual fica evidente que as representações que procuramos investigar se situam no contexto de um grupo específico a partir de suas vivências próprias, os policiais e policiais militares, implicando aí, portanto o cenário de suas tradições, culturas, hierarquias, símbolos, costumes e características situadas etc, assim essas representações se instalam a partir de um campus social delimitado, de um grupo específico.

As representações aí identificadas, não serão necessariamente as mesmas de um grupo de professores alunos de um curso de educação a distância, ou de uma turma de alunos do curso de administração na mesma modalidade, são grupos diferentes, com características culturais, econômicas, profissionais, políticas, educacionais, entre outros, próprias.

Em razão das especificidades do estudo proposto e considerando as orientações de Sá (1998, p. 19), quanto a determinação na escolha do referencial teórico:

[...] se o objetivo do estudo é dar conta da gênese histórica de uma representação, há que se buscar a perspectiva original de Moscovici ou de Jodelet; se o que se quer é comparar as representações de diferentes grupos ou de um mesmo grupo em diferentes ocasiões, torna-se indicada a perspectiva estrutural do grupo *Midi* (ver Sá, 1996); **se, ainda, importa mais saber como as inserções sociais concretas dos sujeitos condicionam suas representações, o recurso teórico à perspectiva de Doise pode se mostrar proveitoso.** [...] (grifo nosso).

As três abordagens mais recorrentes nos estudos desenvolvidos no Brasil centralizam-se em torno de três vertentes da teoria, segundo Almeida (2009, p. 716): [...]” a abordagem processual, liderada por Denise Jodelet, a abordagem estrutural, liderada por Jean-Claude Abric (Escola do *Midi*); a abordagem societal, liderada por Willem Doise (Escola de Genebra)”

Nessa direção, tomamos como ponto de apoio teórico para o referido estudo a 2ª corrente teórica, liderada por Willem Doise, considerando sua centralização numa perspectiva mais sociológica no estudo das representações. Para Doise (2002, p. 30) as representações sociais “são como princípios organizadores das relações simbólicas entre indivíduos e grupos”, definido-a na convergência ente a Teoria das Representações Sociais de Moscovici , com a teoria de Pierre Bourdieu.

Suas posições teóricas se fundam na perspectiva da oposição à dicotomia ente a Psicologia social e as demais ciências, como a antropologia e a sociologia. Enfatiza que: “A realidade das relações entre o individual e o social necessita de modelos ternários fazendo intervir o outro na construção desta realidade.” Nas palavras de Almeida (2009, p. 719) esta abordagem enfatiza que [...] “a inserção social os indivíduos atua como fonte de variação das representações.”.

Assim as dinâmicas sociais (interacionais, posicionais ou de valores e de crenças gerais) nas quais o indivíduo interage atuam como molas, dispositivos para

sua atuação em sociedade. Doise defende a integração em quatro níveis de análise para a abordagem societal no estudo das representações sociais: (1) os processos intraindividuais; (2) os processos interindividuais e situacionais; (3) os intergrupais e (4) o societal. Segundo ele, o estudo das representações sociais enseja três hipóteses:

Uma primeira hipótese é a de que os diferentes membros de uma população estudada partilham efetivamente certas crenças comuns concernentes a uma dada relação social. As representações sociais (RS) se constroem nas relações de comunicação que supõe referentes ou pontos de referência comuns aos indivíduos ou grupos implicados nessas trocas simbólicas.

Uma segunda hipótese refere-se à natureza das tomadas de posições individuais em relação a um campo de representação social (RS). [...]

Uma terceira hipótese considera a ancoragem das tomadas de posição em outras realidades simbólicas coletivas como hierarquias de valores, as percepções que os indivíduos constroem das relações entre grupos e categorias e as experiências sociais que partilham com o outro. (DOISE, 2002, p. 30)

A proposta de uma “Psicologia Societal” tem assim como hipótese mostrar as relações de influência entre o individual e o social, como o indivíduo possui um sistema de crenças, valores, de situações posicionais e de interação social que acabam influenciando em suas ações frente ao mundo.

Por outro lado, como ressalta Sá (1998, p. 19), as correntes não são divergentes entre si, mas complementares, se interpenetram e colaboram entre si no desenvolvimento dos estudos, que devem ser encaminhados uma vez que ampliam o espectro de análise e estudos das representações sociais.

Assim, em decorrência do percurso metodológico trilhado ancoramos nossos instrumentos numa perspectiva próxima ao direcionamento de Denise Jodelet no que diz respeito aos instrumentos de coleta de dados, já que a corrente liderada por ela enfoca as representações sociais em seu processo, e já que delineamos como objetivos identificar as representações sociais dos policiais militares sobre a rede EAD/SENASP, buscando identificar seus sentidos e significados e os desdobramentos dessa modalidade de educação para a formação

continuada, julgamos relevante e oportuno tomar como balizadores do estudo desenvolvido as orientações dessas duas correntes teóricas.

Nosso estudo trafega na direção de um movimento no qual o campo de atuação das representações sociais só vem crescendo nas últimas décadas em especial no contexto brasileiro, mostrando-se cada vez mais produtivo na congruência do seu modo particular de analisar os fatos e acontecimentos do cotidiano a partir de uma análise psicossociológica.

Investigar as representações sociais, no contexto da segurança pública brasileira, em relação a rede EAD/SENASP exige de forma preliminar, que situemos as diretrizes de formação do profissional de segurança pública, que educação norteia o processo de formação desses agentes públicos.

2.2 Orientações curriculares para a formação do profissional de segurança pública no contexto da sociedade brasileira

A discussão em torno das políticas públicas no contexto da sociedade brasileira traz para o centro do debate a questão da segurança pública, face às necessidades cada dia mais prementes dos agentes do estado garantir direitos básicos do cidadão como o direito a vida, a liberdade de ir e vir, ao patrimônio entre outros, que ecoam pelas vias da imprensa falada, escrita, televisionada ou veiculada na rede mundial de computadores através da divulgação das ações de violência e criminalidade que se repetem cotidianamente nos mais diferentes cantos do país.

Como atores desse processo encontram-se homens e mulheres, profissionais aos quais cabe o dever constitucional de manutenção da ordem pública, conforme os preceitos constitucionais em vigor. A qualificação do profissional de segurança pública torna-se assim um desafio, no bojo das políticas de formação policial no Brasil, assim Poncioni (2007, p. 27) afirma que:

É indispensável pensar estratégias amplas, que permitam realização de pesquisas, incluindo dados empíricos em abas as organizações de polícia, para que se possa lançar um “olhar” mais acurado sobre a formação policial e as práticas profissionais. [...] uma tarefa urgente e necessária para que se implemente um projeto educacional que busque alcançar o aprimoramento da atividade profissional da polícia a fim de responder e maneira satisfatória às crescentes e complexas demandas da sociedade e enfrentar os desafios relacionados à eficácia de suas ações num contexto democrático.

A partir desse cenário, ampliam-se os questionamentos e debates sobre as instituições policiais em todas as suas vertentes: ética, de recursos, materiais bélicos, humanos, suas ações, resultados apresentados e os investimentos realizados, bem como o aumento de efetivo das instituições.

Nesse emaranhado de denúncias, críticas, sugestões etc, observa-se que pouco ou quase nada se instiga quanto ao processo de formação inicial e continuada desses profissionais.

A cada dia o requinte e as inovações tecnológicas e humanas etc, são adicionadas as ações criminosas de cidadãos infratores nos mais diferentes espaços sociais e geográficos brasileiros. Ações pensadas, planejadas e estruturadas a partir de estudos, investigação, uso de equipamentos e uma rede de pessoas que operacionalizam a criminalidade e a violência nas ruas desse país, exigindo um aparato policial com preparo técnico, humano e psicológico que dê conta de encaminhar ações de segurança para o cidadão.

O Estado através das suas instituições de segurança pública tem por missão precípua e fundamental formar o cidadão policial para atuar na manutenção da ordem pública, das pessoas e do patrimônio, para as ações de defesa civil no caso dos bombeiros e para as ações de polícia investigativa no caso da polícia civil². Missões diferenciadas, mas que exigem uma formação que dê conta de estruturar um profissional que possa corresponder às funções específicas e complexas em face dos desafios sociais com os quais nos deparamos no exercício das atividades de segurança pública; drogas, violência doméstica, violência infantil, crime organizado, violência escolar, homofobia etc.

Os Centros de formação e academias de polícia espalhadas ao longo dos 27 estados da nação tem um desafio significativo e de enorme relevância social - desenvolver ações educativas, tanto na modalidade presencial quanto a distância no início e ao longo da trajetória profissional desses agentes que lhes dê condições de conhecer, treinar, pesquisar, discutir e preparar-se para as ações de defesa social com as quais estão ou ainda vão se deparar em sua atuação profissional nas ruas.

² O artigo 144 da Constituição Federal preceitua as funções que cabem a cada um desses órgãos na manutenção da ordem pública.

2.2.1 Breve percurso histórico da formação policial no Brasil

A formação policial no Brasil apresenta uma lacuna. Quase não se encontra pesquisas e produções sobre esse tipo de formação profissional. A trajetória da formação policial no Brasil nos foi possível traçar com auxílio da educação brasileira que está diretamente associada à política e as ações de formação da educação geral que caracterizaram nossa sociedade ao longo dos seus quinhentos anos de história. As origens dessa formação geral podemos inferir a partir da história geral.

Se remontarmos a história antiga encontraremos na Grécia mais precisamente na sociedade espartense um modelo de formação onde o que se privilegiava era a formação do guerreiro, essencial para a defesa da sociedade da época.

No contexto da guerra entre as cidades, o guerreiro de modelo homérico, que vai ao campo de batalha no seu carro de guerra e escolhe contra quem combater, é substituído pela formação da falange de hoplitas, um batalhão de soldados de infantaria pesadamente armado, com capacete, escudo, caneleiras, uma lança longa e uma espada curta. Essa falange que se move e combate unida, obedece ao comando central dos seus oficiais e generais e entende que a vitória na batalha e, em última instância, a segurança individual de cada um dos seus membros depende da solidariedade do companheiro que está imediatamente ao lado. Todos os exercícios e todas as práticas educacionais estavam voltados para a formação do guerreiro e uma parte importante dessa educação era a interiorização dos valores sociais espartanos. (Blog Espartano. Disponível em: . Acesso em 15/12/2009 18:40:03)

Em consonância com o modelo espartano da sociedade Grega e mais especificamente no contexto brasileiro vamos encontrar no período colonial nos relatos dos historiadores da educação brasileira um panorama que denuncia o descaso da metrópole para com a formação dos policiais tanto para a colônia, quanto para a sociedade portuguesa.

No período colonial, não havia nenhuma preocupação com a formação policial nem em Portugal, que dirá na colônia de exploração que era o Brasil na época, quem nos revela tamanho descaso é Almeida (1989, p. 28): “[...] a própria metrópole não ministrava qualquer instrução aos soldados e muito menos ainda a faria nas colônias. [...]”. Se havia alguma preocupação para Portugal nesse período

era com os lucros e vantagens que suas colônias poderiam fornecer nos mercados de além mar (PRADO, 1992, p. 28).

Vai haver uma certa preocupação quando começam a ocorrer as invasões flamencas, inglesas e francesas nas terras brasileiras e Portugal se vê ameaçada, mas ainda assim as operações visavam mais a defesa bélica, portanto não havia preocupação com formação qualitativa e sim quantitativa que desse conta de operar um arsenal para defender o território sob a posse dos domínios lusitanos.

O cenário acima se modifica a partir de 1822 quando a família real portuguesa se transfere para o Brasil e precisa garantir entre outras coisas sua segurança e de toda a realeza que os acompanhara para cá. Almeida destaca que “[...] quando o príncipe D. João se transferiu para o Brasil com toda a corte, os altos funcionários, etc, transferiu também a Academia de ensino da Marinha” (ALMEIDA, 1989, p. 46), nelas ensinavam-se: “[...] matemática, física, artilharia, navegação e desenho”, eram exigidos conhecimentos de francês, posteriormente esta fora substituída pela Escola de marinha e colégio naval, segundo o autor.

A partir daí os investimentos em uma força policial começam a ganhar novos rumos especialmente com a criação das academias da marinha e do exército que eram responsáveis pela formação dos engenheiros no país, já que não haviam universidades e quando vieram a serem criadas a formação continuou por um longo período a cargo dessas instituições. Almeida (1989, p. 20) nos esclarece que “[...] a escola militar reorganizada em 1870, forma excelentes oficiais de todas as armas para um exército de duzentos mil homens [...]” A formação visava portanto a formação de um exército para defesa da pátria.

Os períodos subsequentes da história brasileira marcam a criação das instituições de segurança pública que culminaram com a estrutura policial brasileira que possuímos hoje influenciada pelo modelo europeu em especial o francês, militarizado. Que vai deixar um enorme legado de formação voltada para a guerra, onde o fim precípua era formar o policial guerreiro para combater o inimigo.

Esse viés formativo veio a perdurar nossa ideologia de formação até meados da década de 80 quando é promulgada a Constituição cidadã de 1988 e inaugura um novo cenário democrático social no Brasil exigindo um redirecionamento das instituições de segurança pública que não eram mais condizentes com uma ação voltada para a repressão e a guerra. Essas mudanças vão imprimir novas

políticas públicas na segurança pública que respondam as novas exigências emergentes.

Nesse compasso, no caso do Brasil, nas duas últimas décadas, a política nacional de segurança pública implementada a partir dos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva, tem redirecionado a política de formação policial dos agentes de segurança pública notadamente a partir dos trabalhos realizados pela SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública)³ no ano de 2003 quando foi apresentado em um amplo Seminário Nacional de Segurança Pública o embrião da matriz curricular nacional para a formação policial, diretrizes essas que passavam a direcionar a teoria e a prática da formação policial.

2.2.2. Currículo conceitos e teorias e a sua relação com a educação profissional

As discussões em torno do currículo suas dimensões, importância, peculiaridades e repercussões para educação são discutidas por vários Autores, tanto no âmbito do cenário nacional como no contexto internacional. Assim optamos em selecionar alguns, dos quais tomaremos como referencial para discutir a questão do currículo, tais como Young (2010), Moreira (2009), Silva (2007), em razão do viés teórico com o qual fundamentam suas concepções curriculares na dimensão dos trabalhos teóricos pesquisados.

O currículo pode ser entendido conforme nos esclarece Silva (2007, p. 15-16) “[...] talvez possamos dizer que, além de uma questão de conhecimento o currículo é também uma questão de identidade”. A noção de currículo nesta concepção não se restringe a procedimentos técnicos e mecânicos inerentes as atividades escolares desenvolvidas no âmbito escolar, mas estão para além, pois segundo o Autor “o conhecimento que constitui o currículo esta inextricavelmente, centralmente, vitalmente envolvido naquilo que somos, naquilo que nos tornamos na nossa identidade, na nossa subjetividade” (SILVA, 2005, p. 15).

Porém essa noção de currículo sofreu várias alterações no decorrer do tempo, como resultado das mudanças sociais, políticas, econômicas, dos debates e

³ Secretaria Nacional de Segurança Pública, órgão específico singular do Ministério da Justiça que tem entre outras as competências de: assessorar o Ministro de Estado na definição, implementação e acompanhamento da Política Nacional de Segurança Pública e dos Programas Federais de Prevenção Social e Controle da Violência e Criminalidade; realizar e fomentar estudos e pesquisas voltados para a redução da criminalidade e da violência.

discussões que veem sendo implementadas em torno dessa questão. Segundo Silva (2007, p. 12) o currículo surge pela primeira vez na década de 20, como resultado de objetivos centrados em pesquisas e estudos nos Estados Unidos, desde então várias teorias foram desenvolvidas agregando em cada uma delas aspectos e peculiaridades próprias.

Podemos destacar mais especificamente as *Teorias Tradicionais* (ensino, aprendizagem, avaliação, metodologia, didática, organização, planejamento, eficiência, objetivos), as *Teorias Críticas* (ideologia, reprodução cultural e social, poder, classe social, capitalismo, relações sociais de produção, conscientização, emancipação e libertação, currículo oculto e resistência) e as *Teorias Pós-Críticas* (identidade, alteridade, diferença, subjetividade, significação e discurso, saber-poder, representação, cultura, gênero, raça, etnia, sexualidade, multiculturalismo).

As teorias tradicionais emergem a partir da necessidade de elaboração da teoria sobre currículo e tem como concepção curricular a preocupação recorrente com o corpo de disciplinas, os objetivos para a educação, o principal teórico dessa corrente é Bobitt, que influenciado pelas ideias economicistas da época, advindas da teoria de Frederic Taylor centrada nos princípios da administração, que acaba por desenvolver uma concepção de currículo mecânica, voltada para organização, conforme Silva (2007, p. 24).

Por volta da década de 60 a teoria do currículo passa por uma nova reorganização teórica, influenciada no âmbito internacional pelas ideias do sociólogo inglês Michael Young, e os franceses Althusser, Bourdieu e Passeron, Baudelot e Establet.

No Brasil, foram recorrentes as ideias de Paulo Freire, todas elas influenciadas pela teoria de Karl Marx. Com as teorias críticas as ideias defendidas na perspectiva tradicional mudam do eixo técnico, onde as questões recorrentes estavam voltadas para o quê e como fazer, para uma teoria que privilegiava a análise crítica do currículo, buscando discutir questões mais profundas tais como a relação entre “educação e produção, a contribuição da escola para a reprodução capitalista”.

As *teorias Pós-Críticas* trazem para o cenário do debate sobre currículo uma série de elementos da diversidade cultural que tem marcado as formas culturais no mundo contemporâneo. Nesta perspectiva teórica os debates encerram diálogos diversos acerca do multiculturalismo, das relações de gênero, de etnia, etc. O pós-

modernismo, por sua vez é marcado segundo Silva (2007, p. 115), por uma concepção que “empurra a perspectiva crítica do currículo para os seus limites”.

No contexto atual a área do currículo vem sofrendo o que Moreira (2009, p. 368) chama de um processo de *internacionalização*, que segundo ele se caracteriza por um debate internacional entre países através de encontros, painéis colóquios e outras atividades em que tem emergido com recorrências as temáticas da inclusão, identidade, diferença, desigualdade, políticas curriculares entre outras, temáticas estas que se repetem em ambos os contextos nacional e internacional. Esse novo processo é explicitado por Moreira (2009, p. 368):

Alguns novos espaços evidenciam a intensidade do processo de internacionalização. Em 2001, organizou-se a Associação Internacional para o Avanço os Estudos Curriculares. [...] Os colóquios luso-brasileiros sobre questões curriculares, entre nós, constituem uma das iniciativas que podem ser associadas à internacionalização do campo. Além da presença de estudiosos de Portugal e do Brasil, os colóquios têm propiciado a participação de pesquisadores dos Estados Unidos, da Argentina, Espanha, Finlândia, França e do Canadá. Aproximam-se, assim, especialistas de distintos países, contribuindo para que se socializem questões e teorizações tanto de interesse geral quanto local. Os temas centrais dos colóquios [...] expressam determinadas tendências nos rumos dos elos que têm aproximado investigadores brasileiros e portugueses. As temáticas dos quatro colóquios foram, respectivamente, Currículo e Produção de identidades; Currículo: Pensar, Inventar, Diferir; Globalização e Educação: os desafios para políticas e práticas; e Currículo, teorias, métodos.

A análise das categorias de debates nesses encontros confirmam segundo o Autor (MOREIRA, 2009, p. 369) “o ponto de vista de Silva (1999), para quem toda teoria de currículo tem como pano de fundo a discussão do conhecimento a ser ensinado aos estudantes”. Nesse percurso de análise da teoria do currículo encontramos lacunas consideráveis sobre a formação policial. O qual no permitiu navegar na tentativa de fazer algumas pontes em busca de elementos que suscitem um debate na construção desse conhecimento já que o currículo é um elemento de extrema relevância na condução dos rumos teóricos e praticados do processo de formação humana.

As pesquisas bibliográficas que realizamos não nos permitiram encontrar nenhum estudioso ou teórico que tenha se debruçado em analisar, discutir, apresentar, etc, o currículo e suas relações e influências no âmbito da formação do profissional de segurança pública. Nesse sentido tomamos como referencial para discutir a relação currículo e formação profissional as ideias de Michael Young

(2010), para esse estudioso as mudanças curriculares emergem das transformações sociais e ele aponta claramente a diversidade de currículos que caracterizam o cenário atual da educação:

Esses desenvolvimentos, junto com as relacionadas mudanças sociais e políticas associadas com a globalização contribuem para a crise na teoria curricular. Em termos das políticas educacionais, há um currículo nacional, um currículo pós-obrigatório, um currículo profissional e mesmo um currículo da educação superior. Todos dão por certo as suposições nas quais são baseadas. Por outro lado, há uma teoria curricular marginalizada fazendo críticas dos interesses implícitos nos currículos atuais, mas não oferecendo alternativas.

Para esse Autor em contraposição ao pensamento de Moreira as teorias do currículo não dão conta de apontar alternativas efetivas para os dilemas contemporâneos curriculares que se manifestam. As críticas são vazias desprovidas de solução. Ele propõe um currículo para o futuro “[...] onde o conhecimento seja tratado como um elemento distinto e não reduzível às mudanças dos recursos exigidos pelos indivíduos para fazer sentido do mundo” (MOREIRA, 2009, p. 32).

As transformações evidenciadas as longo do tempo pelas teorias do currículo são resultantes das transformações que se foram desenhando no contexto da sociedade de cada época, no que diz respeito ao currículo para a formação profissional é preciso destacar as contribuições desse mesmo Autor quando enfatizam que existem duas correntes de pensamento quanto à estruturação de dois posicionamentos que segundo ele são inaceitáveis.

A primeira composta pelos direitistas, que pensam o conhecimento como um dado e que as tentativas para alterar a estrutura disciplinar estão destinadas a conduzir a um processo de idiotização. A segunda opinião (“modernista”) afirma que estamos obrigados a permitir que o currículo aceite exigências do mercado para receber mais possibilidades e mais opções em relação ao emprego, independente das consequências para os aprendizes. Na minha opinião, se é uma armadilha, nós seríamos em parte responsáveis, pois seria um produto provocado pela falta de reflexão teórica. (YOUNG, 2010, p. 25).

A superação dessas concepções curriculares no contexto da formação profissional suscita a necessidade de um redimensionamento da concepção de conhecimento no processo de formação do profissional. A necessidade se faz, portanto no sentido de orientar as pesquisas e práticas em teoria do currículo para além das necessidades do mercado, transportando essa análise para a formação do profissional de segurança pública se faz necessário não só basear o currículo a

partir da experiência, mas dar uma dinâmica a ele a partir da introdução de novos conteúdos e formas.

2.2.3 A Matriz Curricular Nacional para a formação dos profissionais de Segurança Pública

No contexto da formação policial no Brasil não tínhamos uma matriz curricular nacional que orientasse a formação policial. Só recentemente, em meados da década de 2000 surgiu o primeiro documento de nível nacional, através do qual as instituições policiais dos estados da nação puderam utilizar para fundamentar as ações de formação policial nos mais diferentes cursos de formação inicial e continuada.

Segundo a matriz curricular nacional para as ações formativas dos profissionais da área de segurança pública, publicada em 2009 na sua introdução, a matriz curricular foi apresentada, no ano de 2003 num Seminário Nacional sobre Segurança Pública, a primeira versão sofreu suas primeiras alterações dois anos depois (2005) quando foram acrescentados a mesma outros dois documentos pela SENASP: as *Diretrizes Pedagógicas para as atividades formativas os Profissionais de Segurança Pública*.

Um conjunto de orientações para o planejamento, acompanhamento e avaliação das ações formativas, e a *Malha em movimento Curricular*, um núcleo comum composto por disciplinas que congregam conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais, o que segundo o documento tem por objetivo “garantir a unidade de pensamento e ação dos profissionais da área de segurança pública”.

Entre os anos de 2005 e 2007 foram realizados seis seminários regionais *Matriz Curricular*. A versão que se encontra atualmente em vigor e que será analisada no corpo deste trabalho sofreu sua última alteração no ano de 2009. Conforme consta no documento em análise.

Vale ressaltar que no processo de elaboração e nas revisões da matriz a equipe contou além dos profissionais policiais da área de ensino com o apoio de consultoras pedagógicas⁴, profissionais da educação que auxiliavam na condução

⁴ Consultoras Pedagógicas: 1ª versão (2003) – Profa. Dra. Valdemarina Bidone; 2ª versão com a Malha Curricular (2005) – Profa. MSc. Bernadete M. Pessanha Cordeiro; Versão Modificada e Ampliada (2008) – Profa. MSc. Bernadete M. Pessanha Cordeiro.

das atividades didático-pedagógicas de discussão, planejamento e elaboração do documento.

A par desse processo colaborativo o documento curricular que se encontra hoje em uso se estrutura em partes que se interligam a partir de um objetivo central que é por objetivo ser “um referencial teórico-metodológico que orienta as Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública – Polícia Militar, Polícia Civil e Bombeiros Militares – independentemente da instituição, nível ou modalidade de ensino que se espera atender” (MATRIZ CURRICULAR NACIONAL, 2009, p. 14).

A denominação de matriz é explicitada logo no início do documento palavra “*matriz*” remete-nos às ideias de “criação” e “geração”, que norteiam uma concepção mais abrangente de currículo. A matriz traz além do objetivo geral seus princípios de fundamentação, os objetivos específicos e a dinâmica curricular, composta pelos eixos articuladores e as áreas temáticas, num outro polo as orientações teórico-metodológicas quanto ao processo ensino e aprendizagem e o desenvolvimento de competências, a interdisciplinaridade e a transversalidade, as metodologias e técnicas de ensino e o sistema de avaliação da aprendizagem e o processo de educação continuada, além da malha curricular.

A fundamentação teórica observa-se que a matriz traz como fundamentação teórica alguns dos autores atuais quanto à formação de competências Phillipe Perrenoud, o profissional reflexivo de Donald Shon, A teoria da aprendizagem significativa de David Ausubel, a teoria da complexidade de Egard Morin, e quanto à interdisciplinaridade Cordeiro e Silva.

Uma análise a partir dos referenciais teóricos que fundamentam a matriz nos encaminha a compreensão de que diferente de outros contextos sociais e históricos, hoje se faz de fundamental importância um projeto de formação inicial e continuada que propicie condições efetivas desse profissional atuar a partir de uma ação reflexiva na sociedade complexa que vivenciamos atualmente.

Não seriam suficientes apenas habilidades motoras e o conhecimento dos procedimentos formais inerentes às instituições, ser policial no fazer cotidiano das ruas exige muito mais, equilíbrio emocional, conhecimentos técnicos, operacionais, jurídicos e a ética para fundamentar seu agir, esses são apenas alguns. Portanto, uma prática pedagógica desprovida de significação, meramente técnica e sem

nenhum significado com a prática profissional não se encaixa na formação atual do policial que a sociedade precisa e reclama.

A margem das necessidades que se evidenciam e considerando as transformações que são necessárias nessas instituições a matriz curricular traz três princípios que a fundamenta, formando o fio condutor ou a estrutura do processo de formação policial no Brasil.

Assim os *Princípios* são: o *ético* (que enfatizam a compatibilidade entre direitos humanos e habilidade policial e eficiência policial; compreensão e valorização das diferenças); o *educacional* (Flexibilidade, diversificação e transformação; Abrangência e capilaridade; Qualidade e atualização permanente, Articulação, continuidade e regularidade) e os princípios didáticos pedagógicos (valorização do conhecimento anterior, universalidade; Interdisciplinaridade, Transversalidade e Reconstrução Democrática de Saberes. E os *princípios didático-pedagógicos* (valorização do conhecimento anterior, universalidade, interdisciplinaridade, transversalidade e reconstrução democrática de saberes. Princípios estes que priorizam uma prática pedagógica reflexiva e crítica, planejada e articulada com um projeto de formação mais amplo.

Na matriz parece que há uma preocupação com essas necessidades, a partir dos componentes teóricos, didático, e metodológicos que encontramos. A formação do profissional de segurança pública deve conduzir o policial que ingressa ou que já se encontra nas instituições a desenvolver competências que lhe dê condições para o exercício da profissão. Essas competências são expostas a partir do gráfico abaixo extraído da matriz curricular.

A figura a seguir explicita o conjunto de competências que devem ser desenvolvidas pelos agentes de segurança pública, fundamentado a partir das ideias de Perrenoud (2002), constantes na matriz, quanto às competências requeridas para a atuação desse profissional, que no bojo das teorias curriculares insere-se na Teoria de currículo por competência.

Figura 2 - Mobilização das Competências

FONTE: Matriz curricular nacional de formação em segurança/2009

Há pouco tempo eram priorizados os aspectos técnicos, através das competências operativas que os habilitassem a operacionalizar armas, munições e procedimentos técnicos descontextualizados ou a margem de uma reflexão jurídico e social. As transformações ocorridas ao longo do tempo culminaram com o atual estado democrático de direito onde a sociedade passa a ter garantias constitucionais que impossibilitam um modelo de atuação institucional incompatível com ações autoritárias e antidemocráticas contrárias a lei e a justiça.

O eixo social que se forma a partir dessas transformações afeta todas as vertentes estatais e as instituições de segurança pública também não poderiam ficar de fora, já não é mais suficiente para o contexto social atual um policial formado apenas para ações de caráter repressivo, o guerreiro, habilidoso em armas e técnicas de força. É preciso que esse profissional seja capaz de articular um conjunto de competências que se somem e interajam na consecução de um agir cotidiano eficaz, eficiente ético e legal.

Competência é entendida como a capacidade de mobilizar saberes para agir em diferentes situações da prática profissional, em que as reflexões antes, durante e após a ação estimulem a autonomia intelectual. *Competências Cognitivas:* são competências que requerem o desenvolvimento do pensamento por meio da investigação e da organização do conhecimento. Elas habilitam o indivíduo a pensar de forma crítica e criativa, posicionar-se, comunicar-se e estar consciente de suas ações. (MATRIZ CURRICULAR NACIONAL SENASP/2009, p. 7).

Os tempos são outros. É inconcebível, apesar de ainda existir uma ação policial desprovida de uma reflexão equilibrada, consciente dos riscos e das técnicas

necessárias para enfrentá-lo e de seus fundamentos jurídicos a partir da legislação nacional.

Na própria matriz encontramos alguns exemplos dessas competências como, por exemplo, quanto às competências cognitivas poderíamos citar: relacionar a utilização da força e da arma de fogo aos princípios de legalidade, necessidade e proporcionalidade. As operativas: relacionar-se com a comunidade, dominar técnicas de negociação, resolução de conflitos e incidentes. Já as atitudinais demonstrar resistência à fadiga física, demonstrar controle emocional.

A importância da previsão dessas competências se situa na orientação que a matriz dá a elas no processo de formação desses profissionais uma vez que as mesmas deverão perpassar todas as disciplinas através do planejamento e da prática pedagógica docente, ou seja, nas mais diferentes disciplinas e ou vivências formativas deverão constar e serem desenvolvidos nos componentes curriculares, objetivos que englobem competências, cognitivas, operativas e atitudinais.

O trabalho formativo em torno dessas competências, segundo a matriz não será desenvolvido de forma isolada, mas por meio de um processo ensino e aprendizagem interligado por dois elementos: os eixos articuladores e as áreas temáticas. Segundo a própria Matriz curricular Os *eixos articuladores* podem ser compreendidos como estruturam o conjunto dos conteúdos de caráter transversal definidos por sua pertinência nas discussões sobre segurança pública e por envolverem problemáticas sociais de abrangência nacional.

Eles devem permear as diferentes disciplinas, seus objetivos, conteúdos, bem como as orientações didático-pedagógicas. São chamados de eixos articuladores na medida em que conduzem para a reflexão sobre os papéis individuais, sociais, históricos e político do profissional e das instituições de Segurança Pública.

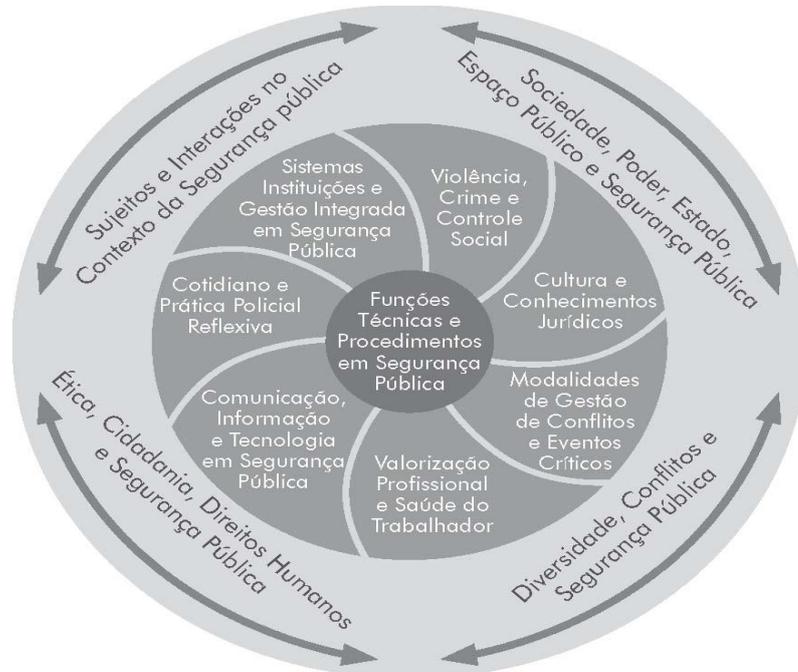
Já as áreas *temáticas* devem contemplar os conteúdos indispensáveis à formação do profissional da área de Segurança Pública e sua capacitação para o exercício da função. Na elaboração da Matriz foram elencadas oito áreas temáticas destinadas a acolher um conjunto de áreas de conhecimentos que serão tratados nos currículos dos cursos de formação policial. Nas figuras 2 e 3 encontramos dois esquemas que apresentam tanto os eixos articuladores como as áreas temáticas a serem consideradas no processo de formação policial pelas academias e centros de formação das polícias civil militar e corpo de bombeiros militar.

Figura 3 - Eixos articuladores



Fonte: Matriz curricular nacional de formação em segurança pública/2009

Figura 4 - Áreas temáticas da Matriz curricular nacional



Fonte: Matriz curricular nacional de formação em segurança pública/2009

O desafio, pois se encontra na perspectiva de que cada estado, a partir de sua organização, planejamento e elaboração de calendários de cursos de formação inicial e continuada abranger a partir das ações docentes, ações formativas que migrem para as orientações aqui elencadas dando uma dinamicidade ao círculo dialógico que se pressupõe deva ocorrer conectando os eixos articuladores com as áreas temáticas, trazendo um processo de vital de transversalidade e interdisciplinaridade que sinalizam ainda outros aspectos relevantes nesse processo formativo.

Nesse sentido, vale lembrar que o documento em análise direciona ainda as instituições policiais e os profissionais responsáveis pela formação policial quanto às orientações teórico-metodológicas que devem permear as práticas pedagógicas dos instrutores, professores nos cursos, explicando que sua fundamentação apoia-se:

Em um paradigma que concebe a formação e a capacitação como um processo complexo e contínuo de desenvolvimento de competências. Ele busca estimular os profissionais da área de Segurança Pública a buscarem atualização profissional, relacionada à área de atuação e ao desempenho das funções, necessária para acompanhar as exigências da sociedade contemporânea, tornando-se profissionais competentes e comprometidos com aquilo que está no campo de ação de suas práticas profissionais (SCHÖN, 2000, Apud Matriz curricular nacional para formação em segurança pública, p. 25)

O objetivo maior dessas orientações é dar condições para que se processe o planejamento e acompanhamento das ações de formação policial, por meio de um processo ensino aprendizagem voltado para o desenvolvimento e competências, atitudinais, operativas e cognitivas, onde a construção e reconstrução do conhecimento sejam possíveis e o conhecimento prévio e contínuo sejam elementos norteadores da prática docente e discente.

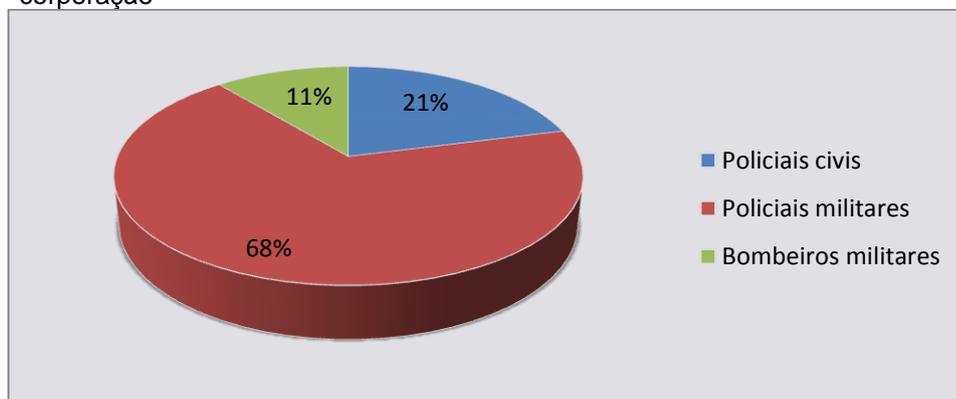
A proposta contida no documento quanto as Metodologias e técnicas de ensino é no sentido de romper com as práticas conservadoras de ensino que não integralizam um amplo processo de debates, discussões e reflexões em torno do conhecimento. Segundo a Matriz curricular a metodologia esta fundamenta a partir do pensamento de Perrenoud (2002), que enfatiza uma metodologia estruturada a partir da mobilização para aprendizagem, da desconstrução/reconstrução do conhecimento e da avaliação e produção (pelo discente).

Nesse viés, e em consonância com o projeto da matriz curricular que se propõe integrada e dialogal o sistema de avaliação da aprendizagem e do processo de formação continuada segundo ela tem por objetivo “fornecer informações que possibilitem a reorganização permanente dos processos de ensino e de aprendizagem” (MATRIZ CURRICULAR NACIONAL, 2009, p. 33), voltada não para um sistema classificatório de aprovação ou reprovação, mas que dê condições de acompanhar continuamente os avanços e dificuldades visando ações formativas qualitativas. Para tanto o aluno deverá vivenciar as mais diferentes experiências avaliativas onde lhe seja, segundo a matriz possível desenvolver esquemas de percepção pensamento, avaliação, decisão e ação que possam conduzir o discente a formação pretendida.

Além de todos os aspectos até aqui apresentados o documento traz também uma Malha curricular para as ações formativas de segurança pública, em oposição ao termo “grade curricular”, em razão da noção de flexibilidade e se “constitui de um núcleo comum de disciplinas, agrupadas por áreas temáticas, que congregam conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais, com o objetivo de garantir a unidade de pensamento e ação dos profissionais da área de Segurança Pública” (MATRIZ CURRICULAR NACIONAL, 2009, p. 35). É importante frisar que a malha apresentada é apenas um norte para as instituições estaduais terem como ponto de referência. Na sequência, como fora explicitado apresentamos um pequeno recorte do quadro da Malha curricular proposta (Figura 4).

Gráfico 1: Distribuição Percentual dos Profissionais de Segurança Pública por

corporação



Fonte: Relatório elaborado pela Coordenação Geral de Pesquisa / SENASP / MJ/2010

Ele revela o percentual de policias por instituições de segurança pública no Brasil. A Polícia Militar, responsável constitucionalmente pela polícia ostensiva e a preservação da ordem pública cabe, grosso modo 68% da formação continuada, seguida da polícia civil, que tem como missão as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares com 21% e 11% ao Corpo de Bombeiros a quem cabe as ações de defesa civil entre outras.

O desafio não é simples e cada uma das instituições o tem em maior ou menor proporção considerando suas funções, total de efetivo etc, o relatório da SENASP, referente ao ano de 2010, encontramos um dado significativo que aponta os percentuais para onde migra o trabalho de operacionalização que venha a se dar a matriz curricular o gráfico nos dá uma noção dos efetivos que compõe as instituições estaduais de segurança pública (Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar), estes percentuais correspondem apenas aos policiais que já atuam nessas instituições evidenciando o desafio do processo de formação continuada que deve ser propiciado a esses agentes, sem contar com os policiais que iniciam já que nos dados apresentados só constam informações sobre o efetivo incluso nos quadros ficando ausentes os policiais em formação inicial.

Assim, no próprio documento já há previsão para oferta da formação policial na modalidade de educação a distância quando este reconhece que “[...] a necessidade de repensar o currículo, organização curricular, os espaços e os tempos das ações formativas para que elas possam privilegiar: [...] as diversas modalidades de ensino.[...]” (MATRIZ CURRICULAR NACIONAL/SENASP, 2009, p. 6) e justifica sua inclusão como no bojo das ações de formação do profissional de segurança pública a partir da orientação da legislação nacional para educação a distância do Ministério da Educação (MEC), destacando que:

É inegável as contribuições da tecnologia da comunicação e da informação para o processo educacional e, principalmente para a educação a distância. O crescimento da modalidade tem possibilitado as instituições o investimento em soluções que ofereçam ao estudante a oportunidade de gerenciar o seu tempo e escolher o local dedicado à aprendizagem (2009, p. 38).

Como materialização da modalidade em questão na matriz segue uma rápida apresentação da Rede Nacional de Educação a Distância da SENASP, implementada em 2005 com a finalidade de “[...] ofertar cursos de formação continuada aos profissionais da área e segurança pública (2009, p. 38).” E amplia

seu campo de abrangência reconhecendo sua utilização nas ações formativas policiais em cursos presenciais desde que respeitada a legislação em vigor que recomenda no §2º do artigo 1º da Portaria o Mec nº 4.059/04 que “poderão ser ofertadas as disciplinas referidas no caput, integral ou parcialmente, desde que esta oferta não ultrapasse 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso.”

A matriz curricular orienta e direciona a nível nacional as bases teórico-metodológicas e pedagógicas para a formação dos profissionais de segurança pública no âmbito de suas instituições, ressalvadas as suas peculiaridades e especificidades institucionais e locais na consecução da formação desses agentes públicos, seja no contexto do ensino presencial ou a distância ou de ambos simultaneamente, com vistas a formação desse corpus profissional, ou seja, da educação corporativa que agregue conhecimentos, habilidades e competências para a execução do serviço complexo e desafiador da segurança pública.

2.3. Educação a distância e educação corporativa: convergências na formação policial

As transformações sociais políticas, econômicas e tecnológicas imprimidas nos últimos dois séculos tem favorecido mudanças significativas em todos os setores da sociedade, na educação essas transformações suscitam uma série de mudanças que vão desde os questionamentos do paradigma da pedagogia tradicional, ao surgimento de novos espaços de formação educativa e modalidades de ensino com apoio no desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação.

É nesse contexto que vão surgir praticamente num mesmo período a educação a distância e a educação corporativa, como recursos educacionais. O que as duas possuem em comum entre outros aspectos é o fato de despertarem posicionamentos dos mais variados, críticas, rejeições, questionamentos, dúvidas, incertezas, proposições.

A educação corporativa pode ser entendida como um “sistema de desenvolvimento de pessoas por competências”, (EBOLI, 2004, p. 48), o objetivo dessa educação é segundo a autora “que a empresa aprenda a trabalhar com novos processos e novas soluções e compreenda a importância da aprendizagem permanente, superando a concepção de treinamento”. Esse processo de

aprendizagem permanente a partir do desenvolvimento da educação corporativa passa a ser uma preocupação da própria empresa ou instituição, que passa a própria a estruturar, planejar e executar os processos de formação dos seus profissionais.

Nesse sentido, no que diz respeito às instituições de segurança pública, mas especificamente as Polícias militares, a educação corporativa, aplica-se antes mesmo que viesse a surgir como categoria ou modelo formativo, uma vez que desde o surgimento dessas instituições seus profissionais sempre foram formados através de processos educativos planejados e executados pela própria corporação, através de seus integrantes. Ou seja, as instituições formais ou informais do sistema escolar brasileiro (Escolas técnicas, Universidades, Escolas, entre outras) não ofereciam cursos para formação desses profissionais.

Atualmente no que diz respeito ao objeto de estudo desta investigação, a educação a distância, no âmbito da educação corporativa, estudos recentes na área da educação e das tecnologias digitais (CASTELLS, 1999; KENSKI, 2007) entre outros, têm apontado uma ampliação cada vez maior da modalidade de educação à distância no processo de formação inicial e continuada dos profissionais das mais diversas áreas em todo o país.

Nessa direção, a educação dispõe das tecnologias digitais e de seus vários recursos para viabilizar o processo ensino e aprendizagem nos seus mais diferentes níveis (médio, superior, técnico, entre outros.), incluída nesse contexto, a formação continuada, que de acordo com Gadotti (2000, p. 226), necessita integrar “os espaços sociais (domiciliar, escolar, empresarial, etc.) visando a equipar o aluno para viver melhor na sociedade do conhecimento”.

Nesse contexto surgem no cenário nacional e internacional vários programas e projetos de educação objetivando democratizar o processo de formação inicial e continuada tendo como viabilizador a educação à distância. Podemos destacar, por exemplo, segundo Valente (2009) o projeto Telemática para a formação de professores, de 1998 financiado pela Organização dos Estados Americanos (OEA), envolvendo vários países da América Latina e Caribe. No Brasil, as iniciativas de projetos de cursos de pós-graduação, formação de professores para educação especial, aperfeiçoamento de professores em nível de graduação entre outros.

No desenrolar desse processo, no âmbito da segurança pública, a educação a distância desponta como modalidade de ensino a ser utilizada no processo de formação de seus profissionais, considerando a necessidade da formação continuada superando as restrições de aplicabilidade dos métodos de educação presencial, em relação ao tempo disponível, aos elevados custos, com deslocamentos e hospedagens dos profissionais, além dos afastamentos dos locais de trabalho.

A previsão para a formação policial a partir da educação à distância já se encontra prevista na Matriz Curricular Nacional, referencial nacional para as atividades de formação em Segurança Pública que prevê dentre os seus objetivos a formação policial em todas as modalidades de ensino (BRASIL, 2010).

No curso de toda a estrutura da rede, o objetivo central conforme a orientação da Matriz Curricular Nacional é construir um processo ensino aprendizagem voltado para a construção de competências profissionais, conceito que tem sido tema de debates e discussões entre vários teóricos dentre eles o francês Perrenoud (2002, p. 23), que conceitua competência como:

A capacidade de mobilizar saberes para agir na mais diferentes situações da prática profissional, em que as reflexões antes durante e após a ação estimulem a autonomia intelectual, capacidade de agir em situações diferentes, de gerir incertezas e poder enfrentar as mudanças no exercício de sua profissão.

Os saberes descritos por Perrenoud, segundo Delors (2005) dizem respeito à capacidade de “saber”, “saber fazer” e “saber ser” e para isto a pessoa necessitará mobilizar conhecimentos (saber), habilidade (saber fazer) e atitudes (saber ser). Eis o eixo central do objetivo da rede EAD para os profissionais de segurança pública: configurar-se como um eixo articulador do processo de formação continua dos profissionais de segurança por meio da modalidade de educação à distância.

2.3.1 A educação à distância no processo de formação continuada

A expressão “educação a distância” objeto deste estudo segundo Tori (2010, p. 26) “[...] soa como um paradoxo [...]” e justifica seu posicionamento afirmando que a “[...] aproximação (do aluno com o professor ou o aluno com os colegas de aprendizagem)” é que deve ser o princípio basilar do ensino. Num outro

sentido o conceito de educação a distância é apresentado por Moore e Kearsley (2008, p. 2):

Educação a distância é o aprendizado planejado que ocorre normalmente em um lugar diferente do local do ensino, exigindo técnicas especiais de criação do curso e de instrução, comunicação por meio de várias tecnologias e disposições organizacionais e administrativas especiais.

Essa definição explicita que a EAD é um “espaço” de aprendizagem que assim como na modalidade tradicional exige planejamento, local, técnicas de criação e interação além de explicitar as necessidades quanto aos aspectos administrativos inerentes ao ensino tradicional aprendizado, planejamento.

Segundo Alves (2009, p. 2), já existem estudos que apontam que essa modalidade de ensino foi introduzida no Brasil em meados de 1900 no contexto da educação profissional com a oferta de cursos profissionalizantes privados anunciados através de publicação em jornais da época.

Com a expansão das tecnologias da informação e da comunicação, a educação a distância foi avançando em gerações que se delineiam a partir da tecnologia de cada momento histórico: correspondência, transmissão por rádio e televisão, universidades abertas, teleconferência e internet/web. Formiga (2009, p. 38) afirma que: “[...] A EAD esta intrinsecamente ligada as TICs”.

As tecnologias como veículos de expansão da educação a distância na concepção de Kenski (2007) já acompanha o homem desde os primórdios, tecnológico seria, portanto desde a pedra, passando pela caneta às tecnologias digitais, web, TV digital entre outros. Por outro lado num viés crítico as tecnologias são apontadas como forma de dominação ideológica:

[...] Hoje a dominação eterniza-se e amplia-se não só mediante a tecnologia, mas com a tecnologia: e esta proporciona a grande legitimação do poder político expansivo, que assume em todas as esferas da cultura. Neste universo, a tecnologia proporciona igualmente a grande racionalização da falta de liberdade do homem e demonstra a impossibilidade ‘técnica’ de ser autônomo, de determinar pessoalmente a sua vida. Com efeito, essa falta de liberdade não surge nem irracional, nem como política, mas antes como sujeição ao aparelho técnico que amplia a comodidade da vida e intensifica a produtividade do trabalho. A racionalidade tecnológica protege assim antes a legitimidade da dominação em vez de a eliminar e o horizonte instrumentalista da razão abre-se a uma sociedade totalitária e de base racional (HABERMAS, 2006, p.49).

Em relação a EAD a reflexão acima pode ser compreendida a partir das ideias de que a tecnologia é apenas um meio e não um fim. Ela deve estar a favor

do homem como suporte para o seu desenvolvimento e não o contrário. O que se compreende aqui é que como bem nos ensinou Paulo Freire (1987, p.157):

[...] não há antagonismos entre à formação humanista dos homens e a formação técnico-científica desde que ciência e tecnologia na sociedade revolucionária, devem estar a serviço de sua libertação permanente, de sua humanização.

As diretrizes nacionais em nível de legislação educacional brasileira, conforme Kenski (2007) incorporou pela primeira vez a modalidade “à distância” como espaço oficial para se fazer educação em 1996, com a LDB (Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional) nº 9.394/96, posteriormente definida como uma “forma de ensino que possibilitou a autoaprendizagem com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados.” [...], através do Decreto nº 2.494, de 10 e fevereiro de 1988, que regulamenta o art. 8 da LDB citada.

Embora inicialmente houvesse posicionamentos contra ou a favor em relação à educação mediada pelo uso das tecnologias digitais seus avanços, apontam que não há como negar sua relevância e aplicabilidade no contexto educacional atual. Para Kenski (2007, p. 28) as “formas de educação à distância ainda hoje são vistas com as mesmas desconfianças e os mesmos preconceitos”. Em que pesem as desconfianças ainda permanentes em relação à EAD, os projetos de iniciativa pública e privada crescem consideravelmente no contexto educacional brasileiro. Nessa direção, Prado e Almeida (2009, p. 23) apontam a:

[...] formação contextualizada, desenvolvida em cursos on-line, ou seja, na modalidade à distância, é que por meio das interações que se estabelecem entre professor e os educadores-alunos e vice-versa, no ambiente virtual ocorrem trocas de experiências, favorecendo o desenvolvimento do aprender fazendo na interlocução com o outro voltado para a busca de novas possibilidades de atuação na realidade.

A educação a distância pode favorecer a inter-relação reflexiva e contextualizada de seus sujeitos interativos em relação à experiência de suas práticas cotidianas. O espaço on-line se configura neste sentido, como um espaço de construção colaborativa do saber profissional de compartilhamento e construção de um saber que para Tardif (2002, p. 13): “O saber não é uma coisa que flutua no espaço: o saber dos professores é o saber deles e está relacionado com a pessoa e a identidade deles, com a sua experiência de vida e com a sua história profissional”.

Nessa percepção, o espaço virtual de aprendizagem permite o envolvimento de um significativo número de pessoas que interagem em rede nos

mais diferentes espaços geográficos e temporais, ampliando ainda mais a diversidade de trocas que se configuram a partir das vivências diárias individuais e coletivas. O espaço on-line confirma-se dessa forma como um espaço de construção colaborativa do saber.

A educação a distância com suporte nas tecnologias digitais ou não tem expandindo-se significativamente tanto no contexto internacional quanto no âmbito da educação brasileira. Relevante ressaltar também a emergência de modelos de formação profissional para além dos oferecidos pelas instituições formais de ensino e da ascensão de uma proposta educativa centralizada na formação do trabalhador, no contexto da própria empresa, a educação corporativa.

Em que pesem as críticas e os debates que giram em torno da educação corporativa, no âmbito das instituições de segurança ela sempre fora uma constante já que o processo de formação desses agentes profissionais sempre se deu ao longo da história brasileira através de ações formativas planejadas e executadas por seus setores de ensino em suas academias e centros de formação policial em razão das suas especificidades e peculiaridades, fato este que tem mudado nos últimos anos e que será discutido a seguir.

2.4 Educação corporativa: conceito, objetivos e fundamentos

A expressão educação corporativa num primeiro momento pode causar um impacto no leitor como mais um modismo na área da educação lançado no mercado educacional brasileiro. Conhecer suas origens e fundamentos e as discussões, debates e usabilidades que vem sendo realizadas em torno da mesma nos auxiliam, assim pensamos, a ampliar esse debate.

O conceito de educação corporativa nos remete ao conceito de educação profissional, caracterizada pela formação voltada para os trabalhadores, considerando suas necessidades formativas para o desempenho de suas funções no mercado de trabalho, num contexto da sociedade da informação e do conhecimento. Assim, a educação corporativa na concepção da norte americana Meister (1999, p. 8), considerada uma das fundadoras do tema:

é um guarda-chuva estratégico para o desenvolvimento e a educação de funcionários, clientes e fornecedores, buscando otimizar as estratégias organizacionais, além de um laboratório de aprendizagem para a organização e um polo de educação permanente.

A estratégia, portanto pelas empresas e instituições face aos desafios na formação do trabalhador para o mercado de trabalho foi a de assumir a vanguarda no processo de formação desses profissionais tendo em vista as especificidades e a efervescência de transformações que ocorrem numa velocidade sem precedentes em todos os ramos do agir humano exigindo do trabalhador um processo de aprendizagem constante.

Segundo Quartiero e Bianchetti, (2005, p. 10-11) para compreendermos a emergência da educação corporativa nos espaços públicos e privados como educação para o mundo do trabalho é preciso nos situar em três setores do cenário nacional: o poder público, o empresariado e a academia.

De um modelo de formação profissional caracterizado como algo pronto e acabado, em que o mercado exigia do trabalhador um curso de formação inicial, sendo este suficiente para o desenvolvimento de sua ação profissional ao longo de toda sua atuação profissional, evoluímos para o paradigma atual, em que as transformações políticas, sociais econômicas e principalmente tecnológicas desafiam a necessidade de uma formação contínua do profissional em qualquer área.

É com essa finalidade que a educação corporativa se insere no âmbito das instituições públicas e privadas. Em que pesem as divergências e polaridades em torno da educação corporativa é importante situarmos os desafios que nossos estudantes universitários ou dos demais níveis de ensino são submetidos quando conseguem se inserir no mercado de trabalho, em especial pelo caráter da competitividade e dos desafios tecnológicos e do conhecimento que se transformam numa velocidade sem precedentes, os próprios consumidores de serviços e produtos seja no ramo do setor público ou privado acompanham e vivenciam essas transformações e demandam suas aplicabilidades e resultados.

As exigências a que são submetidos os trabalhadores convergem para a necessidade de um processo de formação contínua, conforme Quartiero e Bianchetti (2005, p. 10):

[...] trabalho e aprendizagem sobrepõem-se nas empresas. Tendo como ponto de partida uma formação básica, o indivíduo é estimulado ou compelido, pelas atuais transformações do mundo do trabalho, a complementar seus estudos, dentro e fora da empresa, o que recebe diferentes denominações (formação continuada, educação permanente, formação ao longo a vida), mas todas com o mesmo sentido: a necessidade de aprendizagem constante.

Nesse sentido, atualmente o paradigma centralizador da escola como produtora do saber e espaço de construção dessa aprendizagem constante e as empresas ou setores de trabalho como o local de sua aplicação tem sido questionado e desafiado com a implementação de ações educativas em ambientes de atividades profissionais, conforme nos esclarece Quartiero e Bianchetti (2005, p. 9).

Em relação às críticas a educação corporativa podemos elencar em especial o posicionamento das academias quanto a competência das empresas para assumirem o papel que seria da educação formal para a formação do trabalhador. As próprias empresas hoje estão recebendo uma qualificação como “organizações de aprendizagem”, ou “organizações qualificantes” (SENGE, 1996), tal qualificação segundo Quartiero e Cerny (2005, p. 25) tem sido compreendida como um desvio de atribuições de funções e competência em relação à academia.

As empresas e instituições passam a ser compreendidas como espaços de ensino e aprendizagem que outrora ocorriam através do setor de Recursos Humanos mais especificamente no sub-setor de treinamento e desenvolvimento na própria empresa ou através de cursos oferecidos pelas instituições públicas de formação profissional e nas academias fora substituído pela criação das universidades corporativas no âmbito das empresas como uma reação a insuficiências dos currículos oficiais dos sistemas de ensino em relação a formação inicial e continuada de trabalhadores para o mundo o trabalho.

Segundo Cerny e Quartiero (2005, p. 25), a ideia de universidade corporativa não é algo novo no cenário mundial:

[...] esse processo inicia-se em 1955 quando a empresa General Eletric criou a primeira universidade corporativa, a Controville, desenvolvendo um conceito de educação que só nos anos 90 do século passado alcança toda a sua concretude.

O conhecimento no mundo contemporâneo assume proporções gigantescas de uma rapidez impressionante, segundo Bayma (2004, p. 22), o conhecimento antes era dobrado a cada 18 meses; mais recentemente afirma-se dobrar a cada nove. Esse processo de aceleração repercute no cenário de trabalho e as instituições acabam tendo que acompanhar essas mudanças e transformações.

Para lidar com esse quadro os trabalhadores precisam estar preparados, vale destacar a importância do processo de formação continuada, permanente,

contínua que possa favorecer o desenvolvimento educativo desses profissionais com habilidades e competências para enfrentar os desafios do cotidiano.

O enfrentamento desses desafios nos remetem a aquisição de competências e habilidades que favoreçam ao trabalhador condições de uma ação profissional crítica e reflexiva dos aspectos éticos, técnicos, sociais e tecnológicos. Não há como enfrentar o turbilhão de mudanças que se intensificam constantemente, especialmente nos setores de trabalho sem que o profissional tenha essas dimensões formativas.

A contramão desse processo é a exclusão do mercado de trabalho. Segundo Barato (2004 p. 229) “a maioria das instituições de ensino não trabalha sistematicamente com a questão das competências essenciais”. O mesmo autor nos explica que competências são saberes que compreendem um conhecimento capaz de produzir determinados desempenhos, assim como e assimilar e produzir informações pertinentes.

Em face desse cenário é que surgem no contexto da educação corporativa, as Universidades Corporativas, com o objetivo de favorecer a formação do trabalhador no âmbito da empresa em consonância com o projeto estratégico da instituição.

Desde que surgiu a primeira Universidade Corporativa em 1955, com a iniciativa da criação da primeira UC a Controville da General Eletric, de lá para cá tem crescido nas últimas três décadas de forma significativa as universidades corporativas, em especial na década de 80, para compreendermos a dimensão desse crescimento basta refletirmos nos dados apresentado por Bayma (2004, p. 25): “nos últimos dez anos, foi registrado um crescimento e 400 para 2 mil universidades corporativas nos Estados Unidos. No Brasil, estima-se que existam mais de cem universidades corporativas”.

As empresas e instituições como centros de ensino e aprendizagem do trabalhador em larga expansão precisam estar envolvidas por um projeto pedagógico que lhes dê um fundamento e orientação teórica, filosófica, metodológica. Assim cabe uma indagação quais os objetivos que norteiam um programa de Educação corporativa? Seria um questionamento para visualizarmos seus horizontes e direção nesse processo de formação.

No tocante a este ponto Bayama (2004, p. 25), firma que os objetivos de um programa de educação corporativa podem ser descritos como: aumentar o

capital intelectual e são amparados a partir de quatro dimensões, que são as bases de um projeto de universidade Corporativa: dimensão estrutural, dimensão institucional, dimensão tecnológica e a dimensão pedagógica.

Esse capital intelectual voltado para a formação do homem com vistas ao mundo do trabalho tem sido submetido a questionamentos, oposições e críticas que giram em torno da educação corporativa em especial das universidades corporativas, principal

mente no que diz respeito a dicotomia universidade acadêmica x universidade corporativa, num amplo debate de fronteiras de competências e da mercantilização da educação. Enquanto se vai criando um espaço de discussão em torno do tema, elas seguem se desenvolvendo num processo contínuo.

No Brasil, assim como ocorre no cenário internacional, as instituições públicas e privadas já possuem e oferecem formação inicial e continuada a seus funcionários em cursos presenciais e na modalidade a distância, estruturados nas próprias instituições a nível de capacitação, graduação e pós-graduação, através de parcerias e com apoio em alguns casos de Universidades públicas Estaduais e Federais que ocorrem tanto no âmbito da educação presencial quanto da educação a distância.

2.4.1 Educação a distância e educação corporativa

A Educação a distância enquanto modalidade de ensino pode ser pensada como um elemento formativo que agrega a formação educativa para além dos limites das nossas salas de aula físicas e assume como lócus do ensino, um espaço que extrapola o aqui e agora do presencial, no espaço virtual ou pelo uso das Tecnologias da informação e da comunicação em cursos que podem ocorrer de forma semipresencial ou totalmente a distância.

Segundo o Anuário Estatístico de Educação Aberta a Distância de 2007⁵, a EAD (2007), tem propiciado a ampliação do espaço do mundo corporativo. Dados apontam que a cada quatro reais gastos com educação corporativa no Brasil um é

⁵ Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância 2008/Abra EAD/2008 é uma espécie de mapa demonstrativo de dados da EAD no Brasil, produzido desde 2004, onde são veiculadas pesquisas sobre cursos, metodologia, estrutura das instituições, como as empresas praticam educação corporativa a distância, estudos de como as universidades vem a educação a distância, os referenciais de qualidade para a EAD no Brasil.

gasto com essa modalidade de ensino. O grande foco da EAD no âmbito a da formação corporativa continua sendo a formação de funcionários.

As críticas destinadas a essa modalidade de educação assim como as que são lançadas a educação corporativa, tem sido debatidas em variados contextos. Elas dizem respeito desde a suposta substituição do professor pela tecnologia, como aponta Voltolini (2009, p. 125), “[...] trata-se do risco de substituição da figura do professor por um aparelho que cumpriria a função e a consequente perda de qualidade do processo educativo.”, a uma autoeducação, utilitarista, com ausência da vivência social, voltada para as demandas do sistema capitalista, entre tantos outros.

Os desdobramentos quanto a essas críticas não são objetivo deste estudo, mas cabe situarmos o que a educação a distância não é, para compreendermos o que ela vem a ser. Kesnki (2007, p. 82) afirma que “[...] ela não é apenas um processo exclusivo de autoaprendizagem nem uma forma massiva de oferecer treinamento superficial e supostamente com menor custo operacional. A educação a distância com qualidade é cara e trabalhosa.”

Aprender e ensinar em educação a distância exigem uma presencialidade dos sujeitos interativos desse processo educativos, alunos e tutores precisam se fazer presentes em suas leituras, discussões em fóruns, ou chats, nas web ou nas videoconferências, nas provas e trabalhos presenciais ou a distância.

Em que pesem as discussões tanto no âmbito nacional quanto internacional cresce o número de programas de educação que tem como suporte de modalidade a educação a distância, cursos de extensão, formação continuada, graduação, pós-graduação amparados na legislação educacional brasileira⁶.

Segundo Litto (2009, p. 112) “a EAD é bastante utilizada, também, pelos universos empresarial e governamental, já existem no Brasil mais de 200 universidades corporativas fazendo uso da EAD.” “[...] Vinte e cinco por cento do investimento em educação corporativa no Brasil concentra-se em atividades de EAD, sendo mais comuns nas áreas de Tecnologia, Finanças, Vendas e Gestão de Negócios”. Porém apesar de toda essa abrangência o autor alerta que essa

⁶ Lei 9.394/96, que em seu artigo prevê a modalidade de educação a distância; que regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional; Entre outras.

modalidade de ensino “[...] enfrenta uma série de obstáculos, de várias ordens de grandeza, quanto ao conservadorismo mental e a ignorância” (LITTO, 2009, p. 113).

A educação corporativa em convergência com a educação a distância, surge como oportunidade de formar o profissional a partir da própria empresa o que é uma iniciativa inovadora, segundo Bayma (2004, p. 55):

o foco da educação a distância reside na organização que aprende, que estimula o aprendizado, principalmente no que tem ocorrido no âmbito brasileiro mais tem se tornado uma tendência internacional que nos dá uma noção da abrangência e ampliação da educação corporativa com apoio na educação a distância.

Como exemplo de instituições públicas que desenvolvem educação corporativa em EAD podem ser citadas a experiência que vem sendo desenvolvida pelas Organizações Militares e pela Secretaria Nacional Anti-Drogas, entre outras. A Marinha do Brasil criou em 2002, um Núcleo de Ensino a Distância (NEAD) que logo depois se transformou em Departamento de Educação a Distância (DEAD), com apoio da Universidade de Campinas (UNICAMP) e que tem por objetivo, segundo Azevedo, Biagiotti, e Cruz (2005, p. 193), “a implementação de metodologias de ensino alternativas, com maior flexibilidade, visando a qualificação/atualização do militar em concomitância com o trabalho”.

O Exército Brasileiro também é uma das instituições que segue esse processo de educação corporativa via educação a distância através de parcerias com universidades públicas e privadas, através das quais oferece cursos de graduação e pós-graduação ao seu efetivo em todo território nacional e cursos de capacitação em línguas estrangeiras.

Seguindo essa mesma direção a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), criou em 2005, a Rede Nacional de Educação a Distância em parceria com a Agência Nacional de Polícia (ANP) com o objetivo de favorecer o processo de formação continuada dos profissionais de segurança pública⁷ nos diferentes estados da nação⁸, através de cursos de capacitação oferecidos

⁷ Os cursos de capacitação são oferecidos em educação on line em três ciclos anuais, para policiais civis, militares, bombeiros militares, guardas municipais, agentes penitenciários com opção de 57 cursos.

⁸ Maiores informações, sobre a EAD na SENASP acessar o endereço eletrônico <http://portal.mj.gov.br>.

Educação on-line. Além de experiências em outros setores como os da EMBRATEL, PETROBRAS, e CORREIOS.

Quanto às empresas privadas, podemos elencar a empresa Xerox, que utilizou a educação a distância para capacitar seus funcionários para o uso de novas tecnologias num projeto de cooperação com o Grupo de Engenharia integrado do NUMA – EESC da Universidade de São Paulo. (MUNDIM, 2005, p. 183) e a SECOVI empresa do setor imobiliário com integração nacional e internacional.

Uma questão relevante nessa discussão é visualizar que benefícios podem ser elencados em se formar profissionais no contexto da modalidade de educação a distância? Litto (2009, p. 111) aponta que, “Quem estuda a distância desenvolve auto-estima, senso de responsabilidade e de pro-atividade, e capacidade de aprender com autonomia e com autodisciplina, qualidades apropriadas para um profissional no mercado atual”.

O perfil do aluno da educação a distância coaduna-se com o que se espera de um profissional para atuar no mercado de trabalho, além de outros benefícios. Daí a convergência entre outros motivos da educação a distância como modalidade de ensino no âmbito da educação corporativa.

De forma complementar Ricardo (2005, p.34), elenca as vantagens, segundo ela da educação corporativa optar pela educação a distância

[...] redução de custos com deslocamentos e estadias desnecessárias de seus colaboradores; composição de seu próprio banco de conteúdos; desenvolvimento tecnológico; melhor performance mercadológica; colaboradores mais reflexivos e adaptados ao meio ambiente.

As convergências da educação a distância no âmbito da educação corporativa alargam as possibilidades de formação do profissional para além das escolas e universidades com apoio das inovações tecnológicas das ferramentas da informação e da comunicação esse processo se amplia cada vez mais e exige uma reflexão crítica, do papel das tecnologias na formação desses profissionais.

Vale lembrar que o aparato tecnológico não dispensa a formação crítica e reflexiva desses profissionais como possibilidade de formação do sujeito e de reelaboração do conhecimento, o eixo central não se encontra na informação, mas no conhecimento. Uma revolução tecnológica, onde os conhecimentos não sejam aplicáveis perde seu sentido e a possibilidade de transformação. (CASTELLS, 1999, p. 69).

O equívoco e o erro parecem residir na má utilização dessas ferramentas tecnológicas, ou poderíamos dizer na falta, assim como nas demais modalidades e níveis de educação, do planejamento e estruturação do trabalho educativo considerando um projeto de formação do homem inserido num contexto social mais amplo.

Apoiados no pensamento de Paulo Freire, anteriormente citado, não pensamos a educação corporativa e a educação acadêmico-escolar como processos formativos isolados, dicotômicos ou antagônicos, mas, contextualizados e complementares.

Nesse sentido, comungamos da ideia de Eboli (2004, p. 63) de que é preciso somar esforços entre as instituições que desenvolvem educação corporativa tanto na modalidade a distância ou presencial e as instituições formais de ensino, em especial as Universidades Acadêmicas, pois para além da formação de profissionais competentes para atuarem no mundo do trabalho e responderem a complexidade das demandas dele emergente é preciso pensarmos também no aspecto reflexivo, criativo e crítico desse profissional imprescindível para o seu desenvolvimento enquanto cidadão e sua boa atuação profissional nos dias atuais.

Como comentado anteriormente as ações para formação do profissional de segurança pública tem se manifestado através das políticas de governo a partir de parcerias estabelecidas com as universidades, os cursos de Formação de Oficial CFO, reconhecido como cursos superiores, a exemplo do que ocorre na Academia de Polícia Militar do Piauí e na Academia de Polícia Militar do Maranhão onde o projeto pedagógico prevê que as disciplinas específicas de formação em segurança pública sejam ministradas por policiais e as disciplinas de direito e demais áreas por professores das universidades e no caso do Maranhão na própria Universidade, onde alunos policiais e discentes universitários cursam disciplinas no mesmo espaço acadêmico.

Esse processo de colaboração para formação policial a nível de graduação e pós-graduação floresce a partir do reconhecimento das limitações das instituições para as ações formativas, principalmente no que diz respeito a formação profissional para atuação no campo complexo e efervescente da segurança pública. De acordo com o Vade Mecum de Segurança Pública esse movimento é:

[...] fruto o entendimento, no Brasil, de que o tema da segurança pública deixa de ser monopólio conceitual das instituições policiais e passa a ser objeto de investigação no campo das ciências humanas, sociais e

aplicadas, exatas e inclusive biomédicas. É fundamental pontuar que segurança pública inclui obviamente os saberes e práticas policiais, porém para sua compreensão aprofundada é preciso recorrer a um amplo arcabouço teórico-metodológico que as ciências em geral podem aportar.

Recentemente foi anunciado no site do Ministério da Justiça o edital para credenciamento de instituições públicas e privadas de ensino superior para oferta de cursos de Tecnólogo em Segurança Pública com 40 vagas para a modalidade presencial e 300 vagas na modalidade a distância por estado⁹. O apoio das instituições públicas de ensino nesse redirecionamento da formação policial nos faz convergir para o mesmo pensamento de Eboli (2004) de que a educação corporativa não deve isolar-se em instituições públicas e privadas enquanto formação para as necessidades profissionais para o mundo o trabalho ao contrário esse profissional necessita dessa dupla formação que dê conta de formação crítica, reflexiva humana e técnica.

A educação para a vida, incluída a educação para o trabalho é imprescindível como requisito para a sobrevivência do homem. Se no contexto corporativo de nossas instituições públicas e privadas ou nos espaços formais de ensino (escolas, universidades acadêmica), na modalidade a distância ou presencial seus rumos e fins devem ter como fio condutor a formação do cidadão para viver e atuar no mundo, com o mundo e para o mundo, esse é o desafio para o qual devemos direcionar nossos esforços.

Somado a esse contexto teórico, veremos como este aspecto da EAD esta fixado, organizado e refletido nas representações sociais construídas e vivenciadas no cotidiano profissional dos profissionais de segurança pública, mais especificamente dos policiais militares investigá-las a partir dos cursos de educação a distância no âmbito da Rede EAD/SENASP exige, além de uma fundamentação teórica um percurso metodológico, o qual apresentamos a seguir.

⁹ Senasp analisa contratação de Instituições de Ensino Superior Brasília, 19/11/10 (MJ) - A Coordenação-Geral de Análise e Desenvolvimento de Pessoal da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça analisa a contratação de Instituições de Ensino Superior (IES) para ministrar Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública país. Oferta específica para profissionais de carreira de segurança pública, de acordo com as diretrizes previstas no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia do Ministério da Educação e com a Portaria Interministerial nº 158-A, e 09/02/2010, publicada no D.O.U. 01/03/10 e retificada no D.O.U. em 22/06/2010. Disponível em <http://portal.mj.gov.br/data/pages/MJ1C5BF609PTBRIE.htm>. Acessado em: 22/10/10 às 12:36h.

2.4.2 O ambiente virtual de aprendizagem da SENASP para formação dos profissionais de segurança pública, cenário virtual de construção das representações sociais

As representações que buscamos identificar sobre educação a distância estão situadas, como já esboçado no âmbito da rede EAD/SENASP. Nesse sentido conforme, nos esclarece Sá (1988, p. 21):

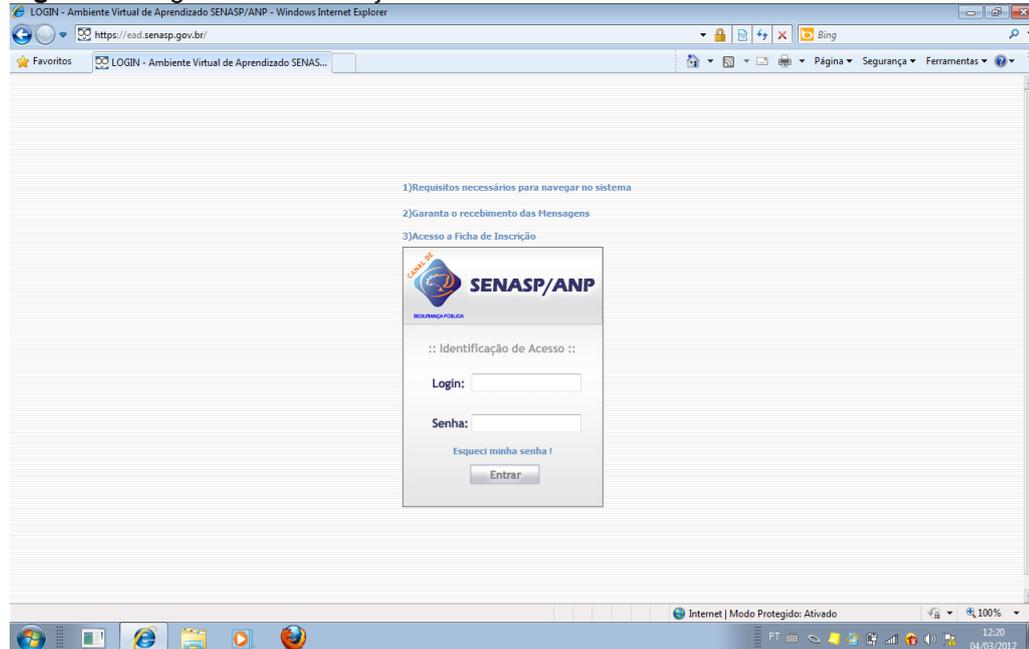
Os fenômenos de representação social estão “espalhados por aí”, na cultura, nas instituições, nas práticas sociais, nas comunicações interpessoais e de massa e nos pensamentos individuais. Eles são, por natureza, difusos, fugidios, multifacetados, em constante movimento e presentes em inúmeras instâncias da interação social.

O fenômeno que instigou nossa curiosidade investigativa se consolida no âmbito institucional, mais especificamente num ambiente virtual de aprendizagem, que julgamos ser de significativa relevância ser apresentado e descrito, uma vez que as comunicações interpessoais que presenciamos sobre os cursos oferecidos em seu ambiente é que foi o ponto de partida para a elaboração do nosso projeto investigativo.

Por outro lado, é preciso situar o objeto das representações construídas pelos policiais-alunos que apresentaremos. Indicar de onde elas emergem, qual o espaço onde são construídas, quais os processos de construção dessas representações e os seus resultados e ou desdobramentos.

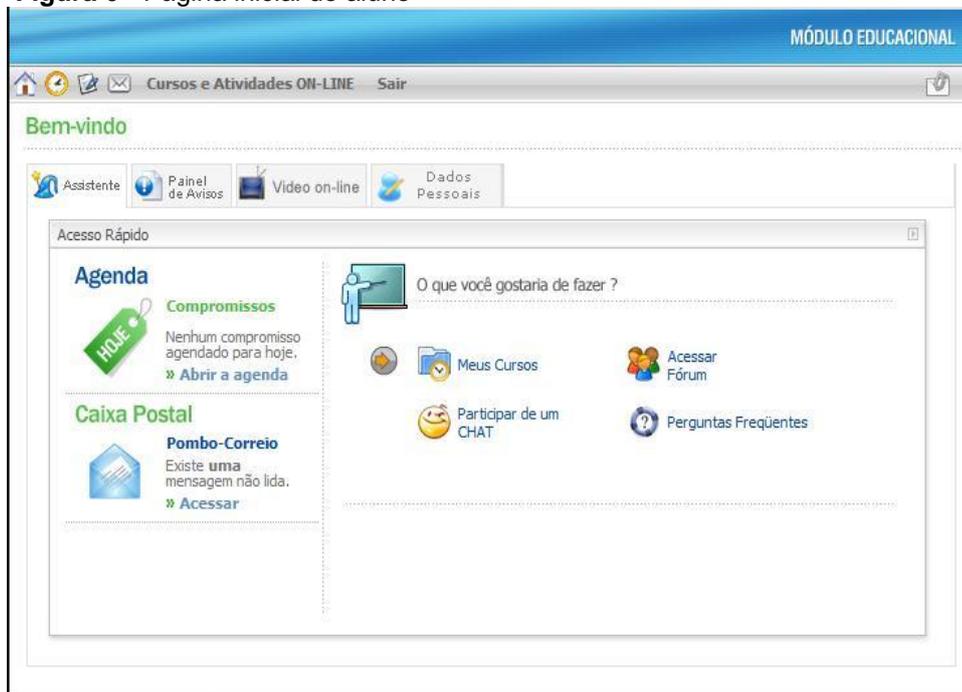
O ambiente virtual de aprendizagem da rede, é: [...] “um conjunto de ferramentas que viabilizam o funcionamento da Rede EAD e a realização dos cursos.” [...] (MANUAL DO ALUNO Rede EAD, 2012, p. 10).

O acesso à rede pelo aluno se dá através de dois endereços eletrônicos, diretamente pelo <http://ead.senasp.gov.br/> ou pelo site www.mj.gov.br/ead clicando no link “**Acesso aos cursos**”. A página de acesso com a identificação do aluno que aparecerá em ambos os endereços é a apresentada a seguir.

Figura 5 - Página de identificação de acesso

Fonte: Rede Nacional de Educação a distância da Secretaria Nacional de Segurança Pública

Ao lançar login e senha o aluno terá acesso ao módulo educacional, acessando a página inicial do aluno conforme figura nº 6:

Figura 6 - Página inicial do aluno

Fonte: Rede de educação a distância da Secretaria Nacional de Segurança pública

Os requisitos para navegar no sistema são constam na página <http://ead.senasp.gov.br/>, são basicamente dois: o navegador (*browser*) precisa

estar atualizado e habilitado a executar JavaScript, e o Flash pois, segundo o manual consta no manual do aluno [...] “ele é utilizado na interface de alguns cursos, seu *plug-in* (específico para cada navegador) também precisa ser atualizado”. [...].

Outra ação importante é preparar o provedor de e-mails para receber mensagens do sistema e acessar a ficha de inscrição para os cursos. Os critérios para inscrição nos cursos também constam no manual do aluno e na página de inscrições.

A cada ciclo de cursos abrem-se novas inscrições, que obedecem as seguintes regras:

- Os alunos que nunca participaram de cursos da Rede EAD podem se inscrever para **um único curso** neste primeiro ciclo.
- Os alunos que participaram de cursos em ciclos anteriores podem fazer **até dois cursos** por ciclo.
- O aluno que não concluir um determinado curso no ciclo anterior, sendo considerado evadido, não poderá se inscrever em nenhum curso no ciclo seguinte. A evasão é uma falta grave além de representar a ocupação indevida de uma vaga que poderia ser ocupada por outro aluno interessado pelo curso. A evasão é punida, na primeira vez, com o impedimento de inscrição no ciclo seguinte. **Ao cumprir a penalidade da perda de um ciclo e não concluir novamente outro curso, a penalidade será crescente e o aluno ficará dois ciclos consecutivos sem poder se inscrever. Ao cumprir novamente a penalidade e evadir novamente, serão três ciclos consecutivos. Ocorrendo nova evasão após esses três ciclos, o registro ficará suspenso.**
- Ao fazer inscrição, o aluno deve verificar os cursos que possuem pré-requisitos. Veja a lista de cursos e quais os cursos que exigem pré-requisitos na página do MJ (www.mj.gov.br/ead).

Preenchidos esses requisitos e critérios o aluno poderá, caso se inscreva, participar de três ciclos anuais através dos quais a rede oferece sessenta e sete cursos aos profissionais de segurança pública. Os cursos de 40h têm 5 semanas de duração e os de 60h têm 7 semanas de duração. A 1ª semana é destinada à familiarização dos alunos com o AVA. Os cursos da rede disponibilizam: vídeo-aulas, módulos de leitura e exercícios de fixação do conteúdo, Avaliações e, em alguns cursos, material complementar.

As figuras nº 7 e nº 8, são salas de aula virtual, com conteúdos de curso em andamento.

Figura 7 - Sala de aula virtual/ Página do curso de Policiamento Orientado para o problema

The screenshot shows a web browser window displaying a virtual classroom page. The page title is "Policiamento Orientado para o Problema" and the module is "Módulo 2 – As metodologias de planejamento". The current lesson is "Aula 1 - O que é planejamento". The page content includes a paragraph about the importance of planning, a question prompt "Agora responda, o que é planejamento?", and a cartoon illustration of a nurse in a hospital. Below the illustration is a list of five questions related to planning. At the bottom of the page, there are navigation buttons for "Tutorial", "Impressão", "Página 2 de 7", "Aula 1 2 3 4", "Anterior", and "Próxima".

SENASP/EAD :: - Windows Internet Explorer
 http://ead.senasp.gov.br/modulos/_compartilhado/scorm/edu_curso_inicio.asp?sii=374&usu='255860'

Módulos: As metodologias de planejamento Minhas Anotações Fechar

Policiamento Orientado para o Problema

Módulo 2 – As metodologias de planejamento
 Aula 1 - O que é planejamento

© Fábrica de Cursos
 SENASP/ANP

Ao responder a essas perguntas, você refletiu sobre a importância do planejamento, envolvendo principalmente o nível operacional (atividade linha). Assim como sobre a necessidade de desenvolver formas de gerenciar diariamente as tarefas, com o estabelecimento de metas, para cada setor do Sistema de Defesa Social/Segurança Pública.

Agora responda, o que é planejamento?
 Observe atentamente a charge abaixo e responda:

Enfermeira, acesse a internet, vá até www.cirurgia.com e clique no ícone "Você está totalmente perdido".

Figura 2.1: Ilustração sobre planejamento

1. Na figura 2.1, qual o "assunto" ilustrado: produção, finanças, marketing ou saúde?
2. Quais são os "elementos" necessários para prestar esse serviço?
3. Qual é o "tempo" para sua realização?
4. Quais "unidades organizacionais" precisam ser envolvidas para prestar esse serviço: departamentos, grupos de pessoas ou divisões de serviço?
5. Quais são as "características" que envolvem esse processo: simples ou complexo; ênfase na qualidade ou quantidade; estratégico ou tático; confidencial ou público; formal ou informal; econômico ou oneroso?

Utilize o caderno de anotações para guardar as suas respostas **resposta**

Tutorial Impressão Página 2 de 7 Aula 1 2 3 4 Anterior Próxima

Internet | Modo Protegido: Ativado 100%

Fonte: Rede de Educação a Distância da Secretaria Nacional de Segurança Pública

Figura 8 - Sala de aula virtual/ Página do curso de Direitos Humanos

The screenshot shows a web browser window displaying a virtual classroom page. The page title is "Correção Cidadania" and the module is "Módulo 1". The page content includes a paragraph about the importance of police work and a cartoon illustration of a person sitting on a bench in a park. Below the illustration is a navigation bar with buttons for "Avançar" and "Tópico 8 - Pág. 2".

SENASP/EAD :: - Windows Internet Explorer
 http://ead.senasp.gov.br/modulos/_compartilhado/scorm/edu_curso_inicio.asp?sii=152

Módulos: Módulo 1 Minhas Anotações Fechar

Correção Cidadania

Desenvolvido pela Dicom - Direct Company, 2005 - Direitos Autorais Reservados.

Curiosamente, um significativo número de policiais não consegue perceber com clareza a enorme importância que têm para a sociedade, talvez por não haverem refletido suficientemente a respeito dessa peculiaridade do impacto emocional do seu agir sobre a clientela. Justamente aí reside a maior força pedagógica da polícia, a grande chave para a redescoberta de seu valor e o resgate de sua auto-estima.

Clique em "avançar" para continuar

Tópico 8 - Pág. 2

Internet | Modo Protegido: Ativado 100%

Fonte: Rede de Educação a Distância da Secretaria Nacional de Segurança Pública

Além das páginas de acesso apresentadas o aluno dispõe de links em que pode fazer alterações de senha e dados cadastrais, acesso ao conteúdo dos cursos (o aluno pode realizar mais de um curso no mesmo ciclo de estudos), atalho para enviar mensagem diretamente para caixa postal do tutor, ambiente “online”, onde os alunos que estejam acessando o AVA naquele momento podem falar entre si em tempo real, acesso as avaliações.

Consta ainda de espaço para módulos de leitura e exercícios, a ferramenta minhas anotações, uma espécie de caderno de anotações, através do qual o aluno pode fazer o registro de suas reflexões, dúvidas, críticas entre outros, que consta, nos módulos de leitura dos cursos, permanecendo as mesmas disponíveis para visualização futura pelo discente, mesmo após o término o curso, com exceção dos alunos evadidos e desistentes para os quais as anotações não são guardadas, espaço para acesso a vídeo-aulas, material complementar de estudos, avaliação final e pesquisa de satisfação.

O ambiente virtual de aprendizagem apresentado, constitui a escola virtual, assim designada nos documentos da rede para formação dos profissionais da área de segurança pública, acessível pelos profissionais os 27 estados brasileiros. Investigar as representações sociais dessa escola virtual para os policiais militares da Companhia RONE/PMPI, seus significados e sentidos nesse contexto assim como suas contribuições para o exercício da atividade policial exigiu que se delineasse uma trilha metodológica que iluminasse o caminho investigativo a ser percorrido, na busca da consecução dos objetivos norteadores do trabalho.

3 TRILHAS METODOLÓGICAS DA INVESTIGAÇÃO

“O importante é que o pesquisador tenha coragem de redefinir seu projeto inicial sempre que necessário, sem abandoná-lo, mas sempre voltado a ele para perceber com clareza porquê dos desvios pretendidos e em que direção pretende avançar. (FAZENDA, 2004, p. 17).”

3.1. Considerações preliminares

O percurso metodológico investigativo, que orientou o desenvolvimento da pesquisa tomou como ponto de partida as especificidades em torno do tema, do objeto de estudo, do problema e dos objetivos, as etapas metodológicas percorridas foram selecionadas e delineadas a partir desse cenário.

Como objetivo maior deste estudo foi investigar as representações sociais dos policiais militares, sobre os cursos de educação a distância no âmbito da Rede EAD/SENASP, considerando o plano ontológico do nosso objeto de estudo tomamos como paradigma epistemológico de análise dialético, que compreende o sujeito como um ser histórico e social, visto que permite o estudo da realidade em seu movimento, analisando as partes em constante relação com a totalidade.

Nesse sentido, como pressuposto metodológico a abordagem adotada foi a qualitativa, pois Segundo Menga e Ludke (1986) e Triviños (1987) a abordagem qualitativa se propõe a interpretar as informações de uma forma ampla, dentro do contexto no qual o problema de pesquisa está inserido, envolvendo a obtenção de dados predominantemente descritivos, enfatizando mais o processo do que o produto e se preocupando em retratar a perspectiva dos interlocutores da situação investigada.

Mais especificamente a da pesquisa qualitativa/interpretativa que segundo Anádon (2005, p.11):

É considerada como aquela onde os pesquisadores interessaram-se por compreender os significados que os indivíduos dão à sua própria vida e as suas experiências. Os pontos de vista, os sentidos que os atores dão aos seus comportamentos ou as suas vidas são matérias de observação e investigação. Aqui se põe em valor a subjetividade na compreensão e interpretação dos comportamentos humanos e sociais. Mas estes significados e estas interpretações são elaborados nas interações sociais onde os aspectos políticos e sociais afetam os pontos de vista dos atores.

Por outro lado, vale ressaltar que a pesquisa realizada, apesar de ser de natureza qualitativa, não desconsiderou os aspectos quantitativos, construídos no

decorrer da pesquisa, como suporte auxiliar na compreensão do fenômeno estudado.

Adicionalmente, considerando o que nos explica Sá (1993, p.80) “a teoria das representações sociais não privilegia nenhum método de pesquisa em especial”. A pesquisa teve como estratégia de investigação um estudo de caso único, compreendido pelo que nos aponta Yin (2010, p. 39), “[...] é uma investigação empírica que investiga o fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real”, descritivo, já que segundo Gil (2006, p. 44) “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Realizou-se um estudo indutivo uma vez que:

os investigadores qualitativos não recolhem dados ou provas com o objetivo de confirmar ou informar hipóteses construídas previamente; ao invés disso as abstrações são construídas à medida que os dados particulares que foram recolhidos se vão agrupando (BODGAN; BIKLEN, 1994, p. 50).

A escolha por este tipo de investigação se deu em razão da direção do estudo no sentido de conhecer como o policial vê a formação a distância no âmbito da rede EAD/SENASP, e a partir daí identificar as contribuições que essa modalidade de educação tem no seu processo de formação e atuação profissional.

3.2. Lócus da pesquisa:

Quanto ao lócus da pesquisa, a mesma foi realizada na Polícia Militar do Piauí, instituição estadual cuja finalidade, constitucionalmente delegada, cabe conforme o art 144 CFB, o efetivo atual é de 6.146 policiais, 207 dos quais compõe o efetivo da 2ª Companhia do Batalhão de Operações Especiais BOPE, local onde realizamos o estudo.

A Companhia de Rondas ostensivas de Natureza Especial (CIA RONE), localizada na zona norte da cidade de Teresina-PI, na Avenida Alameda Parnaíba S/N, bairro Matinha, possui uma estrutura física composta de: uma área administrativa, com 5 salas, uma área de alojamentos, sendo 11 masculinos e um feminino, um ginásio coberto, duas quadras externas, um campo de areia, um pátio com dimensões significativas, estacionamento coberto e uma piscina semi-olímpica.

Implantada no ano de 2004, conforme publicação no Boletim do Comando Geral nº 183 de 29.09.04. Passou a funcionar no referido prédio em 2006, após algumas reformas no prédio que era o antigo setor de esportes do Instituto de Educação Antonino Freire.

Em 2005, deu-se legalmente a criação do BOPE (Batalhão de Operações Especiais) da PMPI, através da Lei nº 5.468 de 18 julho de 2005 e publicado no Diário Oficial do Estado nº 135 de 19 de julho de 2005, com quatro Companhias de Policiamento Especial, sendo a RONE, a 2ª CIA.

Com a missão de fazer o recobrimento do Policiamento Ostensivo Geral executando ações de Policiamento motorizado na região metropolitana em locais de homizios de cidadãos infratores; ocorrências de grandes proporções e alto risco; captura de delinquentes; apreensão de produtos utilizados na prática de delitos; saturação em áreas de incidência de criminalidade ou eventos sociais que tenham a expectativa de grande número de pessoas; além de apoiar o policiamento de futebol; executar escoltas especiais, isolando e congelando áreas de cinismo de grande vulto deslocando-se em apoio às unidades do interior do Estado em situações de grande perturbação da ordem pública.

Essas atribuições funcionais são desenvolvidas em duas vertentes: a administrativa para qual converge às funções de: PM1 – responsável pela confecção das escalas de serviço, férias, licença do efetivo entre outros; PM2 – função denominada de reservado, que desenvolve o serviço de inteligência, investigação; PM3 – função específica que trata das instruções e todas as ações e planejamentos relativos ao ensino; PM4 – cuja responsabilidade é administrar todo o material da unidade (armas, equipamentos, móveis, viaturas, entre outros) e PM5 – setor de relações públicas – responsável pelo assessoramento ao Comandante quanto à relação com a imprensa, planejamento e execução das festividades, aniversários, entre outros. Cada uma das funções acima é coordenada por um oficial com apoio de auxiliares soldados, cabos, sargentos.

Quanto a segunda vertente, a operacional, ou o policiamento ostensivo, o serviço é desenvolvido por duas modalidades de policiamento: o policiamento de viaturas, em 4 turnos de serviço diários de 6 horas, e o policiamento de motos denominado moto-rone, realizado em três turnos de serviço também com carga horária igual, além destes, a guarda do quartel e o serviço de armeiro, com escala de 24 horas e folga de 72 horas.

Os policiais que compõem o efetivo e executam essas atividades laborais atualmente perfazem um total de duzentos e sete¹⁰ distribuídos, conforme tabela abaixo especificada:

Quadro 1: Distribuição do efetivo da Companhia RONE entre postos e graduações da corporação

Nº	POSTO OU GRADUAÇÃO NA CORPORACÃO	QUANTIDADE	% EM RELAÇÃO AO EFETIVO
01	Capitão PM	01	0,48 %
02	1º Tenente	06	2,86 %
03	2º Tenente	02	0,95 %
04	Subtenente	01	0,48 %
05	1º Sargento	01	0,48 %
06	2º Sargento	00	0,00 %
06	3º Sargento	07	3,33 %
07	Cabos	12	5,71 %
08	Soldados	180	85,71 %
TOTAL: 210 POLICIAIS			

Fonte: PMPI, mapa de efetivo da ajudância da CIA RONE, janeiro de 2012.

A escolha pela instituição se deu em virtude de seu contingente ser um dos segmentos da área de segurança pública ao qual se destinam os cursos da Rede EAD/SENASP, o que pressupõe uma relação de proximidade com a mesma, outro fator por ter presenciado neste quartel as primeiras manifestações que nos conduziram a este estudo e por seu efetivo ser composto em sua maioria por policiais que passaram a integrar as fileiras¹¹ da corporação a partir do ano de 2000, policiais em sua maioria com curso superior ou cursando.

Além disso, dados fornecidos pelo Gestor Estadual do EAD/SENASP o Piauí apontam que dos 4.302 profissionais inscritos no 1º ciclo de cursos deste ano (março a maio) 3.997 são policiais militares, indicando que os agentes dessa instituição representam a maioria dos policiais-alunos realizando cursos na rede. Enquanto 207 são bombeiros militares e 98 são policiais civis. Hoje se encontra em

¹⁰ Dados obtidos na ajudância da Companhia RONE, através do Relatório mensal de Efetivo encaminhado ao Comando de Policiamento da Capital (CPC) do dia 05/01/2012 referente ao mês de janeiro.

¹¹ Quadro de funcionários, efetivo da Polícia Militar do Piauí.

andamento o 1º ciclo de 2012, 24º do total de ciclos da rede que iniciou as aulas no dia 28 de fevereiro e terminará o ciclo no dia 17 de abril.

3.3. Os Interlocutores da pesquisa

Os interlocutores da pesquisa, portanto, foram 95 policiais militares. Optamos por trabalhar com a categoria policial soldados, pois representam no quadro de postos e graduações¹² da instituição a base da corporação, que conta atualmente em todo o Estado com um efetivo total de 6.146 homens e mulheres, sendo 4.169 soldados¹³, que representam também o maior número na realização dos cursos na Rede EAD/SENASP, pela atribuição funcional como elemento de execução no exercício da atividade de segurança pública estabelecendo um contato maior com a sociedade. A seleção dos sujeitos foi realizada a partir dos seguintes critérios básicos: policial militar, soldado, lotado na CIA RONE, maior tempo de realização de cursos na Rede EAD/SENASP.

3.4. Instrumentos metodológicos

Como instrumentos metodológicos para coleta de dados, que dessem conta dos objetivos específicos considerados como passos para consecução do objetivo final deste estudo, foi utilizado o questionário de perguntas abertas e fechadas aplicado diretamente pelo pesquisador, pois segundo Richardson (2000) esse instrumental é o mais apropriado para informações referentes a gênero, idade, formação, dentre outros, com o objetivo de: identificar o perfil característico dos sujeitos e a partir dele selecionar a amostra com base no critério de maior tempo de interação na Rede através da realização de cursos.

Os questionários foram aplicados, após comunicação e devida autorização da Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa da PMPI, do Comandante da Subunidade e somente foram aplicados quando os sujeitos foram informados da

¹² Postos e graduações nas instituições militares estaduais correspondem aos níveis hierárquicos organizacionais da instituição. Postos para Oficiais (Coronel, Tenente Coronel, major, Capitão, 1º Tenente, 2º Tenente) e graduações para as praças (Aspirante a oficial, Subtenente, 1º, 2º e 3º Sargentos, Cabo e Soldados).

¹³ O efetivo da PMPI se encontra atualmente assim distribuído em seus postos e graduações: Coronel: 13, Tenente Coronel: 49, Major: 69, Capitão: 184, 1º Tenente 178, 2º Tenente 155, Subtenente 128, 1º Sargento 193, 2º Sargento 427, 3º Sargento 141, Cabo, 440, Soldado, 4.169 policiais. Fonte de dados Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí ATI/PI/Acesso: Diretoria de Finanças da PMPI Maio 2010.

finalidade da pesquisa e da preservação de suas identidades, e terem aceitado participar voluntariamente do estudo. Os dados obtidos a partir do instrumento foram analisados na forma qualitativa e quantitativa e organizados com representação gráfica.

Na 2ª etapa foram realizadas entrevistas semi-estruturada, pois segundo Ludke e Andre (1986, p. 34) a grande vantagem da entrevista sobre outras técnicas é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados enfoques.” Trivinos (2010, p.145-146, 152) destaca que a importância da entrevista semi-estruturada para as investigações de natureza qualitativa uma vez que ela:

ao mesmo tempo que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação. [...] para alguns tipos de pesquisa qualitativa é um dos principais meios que tem o investigador para realizar coleta de dados. [...] mantém a presença consciente e atuante do pesquisador e, ao mesmo tempo, permite a relevância na situação do autor. [...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também a sua explicação e a compreensão de sua totalidade, tanto dentro de uma situação específica como de situações de dimensões menores.

A partir desse aporte teórico-metodológico, para a realização das entrevistas foram selecionados 11 policiais, com base nos critérios: maior tempo de curso na rede ou maior número de cursos na rede, dados obtidos a partir o instrumento de coleta questionário. A entrevista foi aplicada a partir de um roteiro previamente elaborado, no qual constavam duas questões (apresentadas a seguir). Na sequência descrevemos, como ocorreu no campo, a etapa de coleta de dados, os procedimentos formais preliminares, as dificuldades e sua realização com a aplicação dos instrumentos supracitados.

3.5. Coleta de dados

Para o início desta etapa de pesquisa fiz um Ofício ao Comandante Geral da Polícia Militar do Piauí, apresentando os objetivos, lócus da pesquisa e instrumentos a serem utilizados e solicitando autorização para realizar a pesquisa. A

autorização foi encaminhada a Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa, a fim de que fosse confeccionada e publicada em Boletim Geral¹⁴ da Corporação a autorização para realização da pesquisa.

Quanto à fase da coleta de dados, propriamente dita, é preciso fazer algumas considerações relativas ao nosso percurso metodológico durante etapa. A princípio, após receber o documento de autorização planejei iniciar em meados de agosto de 2012, a pesquisa de campo, porém me deparei com um movimento de “greve”¹⁵, paralisação das atividades dos policiais denominado, “Movimento Policial Legal”, o qual tinha por objetivo reivindicar melhores condições de trabalho (equipamento, armamento, cursos específicos para motoristas de VTR operacional, redução da jornada de trabalho, entre outros).

Nesse sentido, como a legislação brasileira preceitua como crime militar, o ato de greve, os policiais passaram a se aquartelar (permanecer nos quartéis) sem sair, para o serviço de rua (policiamento ostensivo) cumprindo seu horário e serviço internamente. Além dessas medidas os policiais que haviam adquirido equipamentos, armamentos entre outros com seus próprios recursos iam para o serviço sem os mesmos (coturno, cinto de guarnição, capa de colete a prova de balas, entre outros).

A Justiça do Piauí decretou a ilegalidade do movimento e determinou o retorno imediato dos policiais ao serviço, que decidiram pela continuidade do protesto recorrendo da decisão judicial. O que culminou com o pedido de apoio da tropa da Força Nacional.

Em função desta situação, o nível de tensão que se estabeleceu no âmbito da instituição, demarcou um cenário de crise nas relações interpessoais entre os que apoiavam o movimento e pararam suas atividades profissionais e o reduzidíssimo grupo que permaneceu trabalhando.

Além da situação que ocorria tanto na capital quanto no interior do estado, um dos focos centrais de resistência do movimento foi justamente a Companhia RONE. Em decorrência desse cenário, julgamos pertinente aguardar, considerando que para as estruturas de uma instituição cujos alicerces são a hierarquia e a

¹⁴ Boletim (Geral – do comandante geral da Corporação ou interno – relativo às publicações dos Batalhões e Companhias independentes de policiamento) conforme o Manual de Correspondência do Exército Brasileiro (IG-1042) [...] “é um documento, próprio das instituições militares, uma espécie de “instrumento pelo qual o comandante, chefe ou diretor divulga suas ordens, as ordens das autoridades superiores e os fatos que devam ser de conhecimento da organização militar”.

¹⁵ A Constituição Brasileira veda a categoria e profissionais Militares, o direito constitucional de greve.

disciplina, as relações estavam polarizadas e o ambiente institucional afetado em todos os seus aspectos.

Em virtude desse cenário, e pela minha vivência a dezoito anos na corporação, (que me trouxe importantes reflexões diante do quadro que se apresentava) julguei oportuno aguardar o término do movimento e só posteriormente iniciei na segunda semana do mês de outubro a 1ª etapa da coleta de dados com um questionário reduzido, na sede da própria Companhia, no auditório, onde apresentei duas questões a 95 sujeitos, com o fim de identificar o tempo de acesso aos cursos na rede e a quantidade de cursos realizados, a intenção era: (a) obter esses dados preliminares e criar uma relação de proximidade com os sujeitos; (b) sentir a viabilidade de realização das etapas seguintes da coleta; (c) identificar o tempo de relação entre o sujeito e o objeto da representação social, relação significativa para construção da representação, e portanto para a continuidade da pesquisa.

A 2ª etapa, ou seja, o questionário para caracterização do perfil ocorreu no final do mês de outubro e início do mês de novembro de 2011, onde, num clima institucional menos tenso, foi possível aplicar o questionário em sua totalidade. O objetivo era o de traçar o perfil dos sujeitos da pesquisa, a fim de visualizar, identificar características dos sujeitos relativas a três eixos centrais que compunham sua estrutura.

As informações, portanto eram relativas a: (1) perfil do policial (faixa de idade, gênero, estado civil, nível de escolaridade, posto ou graduação na corporação, salário, tempo de serviço na corporação); (2) quanto a formação (Área, tempo em que não realiza cursos oferecidos pela corporação, cursos que já realizou oferecidos pela corporação, acesso diário as tecnologias); (3) questões relacionadas a rede EAD/SENASP (curso que mais chamou a atenção na rede, contribuições dos cursos realizados, as ocorrências para as quais os cursos realizados possibilitaram resolvê-las, dificuldades encontradas na rede, áreas para as quais os conhecimentos adquiridos nos cursos auxiliaram, as experiências de aprendizagem que resultam após o encerramentos dos cursos na rede e o grau de satisfação que atribuído aos cursos realizados na rede).

A amostra de 95 policiais militares foi selecionada aleatoriamente para aplicação dos questionários, com um total de 15 questões, distribuídas nos eixos temáticos acima descritos, que ocorreu na própria unidade policial. Após contatá-los previamente e terem aceitado participar, foi marcado data para aplicação

no Auditório o Instituto de Educação Antonino Freire, instituição com a qual, a Companhia Rone, dividi o espaço físico da unidade, onde lhes foi informado os objetivos e a natureza da pesquisa, apresentação e esclarecimentos quanto aos procedimentos para registro das respostas.

A 3ª e última etapa consistiu na aplicação das entrevistas semi-estruturadas. Discorrendo sobre as metodologias para coleta de dados em investigações sobre representações sociais Jodelet (2001, p.11) afirma que:

A pesquisa sobre representações sociais apresenta um caráter ao mesmo tempo fundamental e aplicado e recorre a metodologias variadas: experimentação em laboratórios e campo: enquetes por meio de entrevistas, questionários e técnicas de associação livre de palavras; observação; análise documental e de discurso etc. [...]

No que diz respeito a este instrumento de coleta de dados, no bojo dos procedimentos metodológicos da pesquisa, utilizá-la teve como finalidade: (1) identificar as representações sociais dos policiais militares quanto a educação a distância no âmbito da rede EAD/SENASP e (2) indicar as possíveis contribuições da rede EAD/SENASP para o processo de formação continuada desses profissionais. As duas questões da entrevista foram:

- 1) Fale um pouco sobre a rede EAD/SENASP;
- 2) A rede oferece uma vasta relação de cursos, com temáticas variadas. Fale um pouco da relação deles com o exercício da atividade de Segurança Pública.

Para esta etapa da pesquisa foram selecionados 11 policiais militares. O critério da amostra se deu em razão dos dados obtidos a partir das duas questões respondidas pelos policiais militares na 1ª etapa do questionário: (1) maior tempo de realização de cursos na rede e (2) quantidade de cursos realizados na rede.

A opção por esse critério para seleção da amostra para a 3ª etapa da pesquisa se deu em virtude das representações sociais exigirem uma relação de proximidade, de convivência do sujeito com o objeto da representação.

Em razão da relação de proximidade profissional com o campo e com os sujeitos da pesquisa, da posição que ocupo na hierarquia institucional em relação aos participantes da pesquisa tive o cuidado de não realizá-las fardada, bem como antes de iniciá-las emprendia um conversa preliminar explicando três itens principais: (1) os propósitos da entrevista e do trabalho: que se travava da segunda etapa da pesquisa, (2) que ele havia sido selecionado para a 2ª etapa da pesquisa,

(3) era apresentado a cada um, para leitura, o Termo de Livre Consentimento, e (4) explicitado que se tratava de um trabalho acadêmico, podendo os mesmos se sentirem a vontade quanto as suas manifestações verbais em relação ao objeto de estudo, garantindo aos mesmos a total preservação de suas identidades.

Os dados verbais coletados em cada uma das entrevistas foram registrados mediante “gravação direta” (LUDKE e ANDRE, 1986, p.37) no gravador de voz digital, especificando dia e horário, uma vez que segundo Trivinos (2010, p. 148) [...] “A gravação permite contar com todo o material fornecido pelo informante, o que não ocorre seguindo outro meio. [...]. Posteriormente foram transcritas, utilizando-se para identificação do conteúdo das entrevistas letras e números: S1 (Sujeito um); S2 (Sujeito 2)

Em todas as etapas houve um envolvimento dos sujeitos para responder aos instrumentos de coleta. Tanto a aplicação do instrumento de coleta de dados questionário, quanto da entrevista, foram precedidos de uma pré-testagem, onde foram aplicados, ambos com 10, outros policiais que não fizeram parte das etapas seguintes, a fim de confirmar a validade dos instrumentos em relação aos objetivos da pesquisa.

3.6. Análise dos dados

A análise, após a coleta de dados seguiu duas fases distintas: na primeira analisamos os dados obtidos a partir do questionário, que foram classificados, organizados, tabulados e construídos gráficos com base na leitura previa, aplicou-se a detecção das temáticas mais recorrentes nas respostas de todos os entrevistados.

Após esse procedimento, cada uma das repostas foi salva em arquivos de extensão PDF diferentes, assim possibilitando, através do software Foxit Reader, a quantificação dessas temáticas. Então, foi montada uma esquematização, no Microsoft Word 2010, dessas temáticas atribuindo-as ao seu autor, tendo em vista a facilitação da tabulação dos dados. A tabulação foi feita no Microsoft Excel 2010, onde foram produzidos dois gráficos (um para cada pergunta) da relação entre as temáticas mais recorrentes e a recorrência da mesma.

Optamos em apresentados relativos ao questionário organizando-os em categorias: a) a primeira diz respeito às questões do perfil dos profissionais; b) a

segunda, aos aspectos institucionais e profissionais; c) e a terceira questões relativas à rede EAD/SENASP.

Apesar de organizá-los nessas três categorias, para facilitar uma visão geral dos eixos que conduziram essa etapa da coleta de dados, os mesmos foram analisados a partir de uma discussão articulatória entre eles, a fim de estabelecer conexões e relações que possibilitassem situar melhor o objeto de estudo. O mesmo procedimento metodológico fora realizado com os dados obtidos a partir da entrevista, e ainda entre os dados obtidos a partir dos dois instrumentos (questionários e entrevistas), com vistas a ampliar o espectro de explicações e interpretações.

No que diz respeito às entrevistas, para o tratamento utilizamos as orientações metodológicas da análise de conteúdo qualitativa de Bardin (2004), através da análise qualitativa, procedemos à leitura flutuante e a descrição os dados, utilizando a técnica da análise categorial por meio da análise temática. Escolhemos a análise por temas, a partir o que nos explicita Franco (2008, p. 43) para quem:

O tema é considerado como a mais útil unidade de registro, em análise de conteúdo. Indispensável em estudos sobre propaganda, representações sociais, opiniões, expectativas, valores, conceitos, atitudes e crenças.

Nesse sentido, Bardin (1978) esclarece que na pesquisa qualitativa as inferências são fundamentadas na presença do índice, tema, palavra, personagem. No contexto desse trabalho, o tema foi o suporte para fundamentar as inferências quanto ao objeto de estudo. A seguir apresentamos a caracterização dos sujeitos da pesquisa a partir do perfil sócio, econômico e educacional, que como veremos adiante se torna fundamental para compreendermos a representação construída pelos policiais sobre a rede.

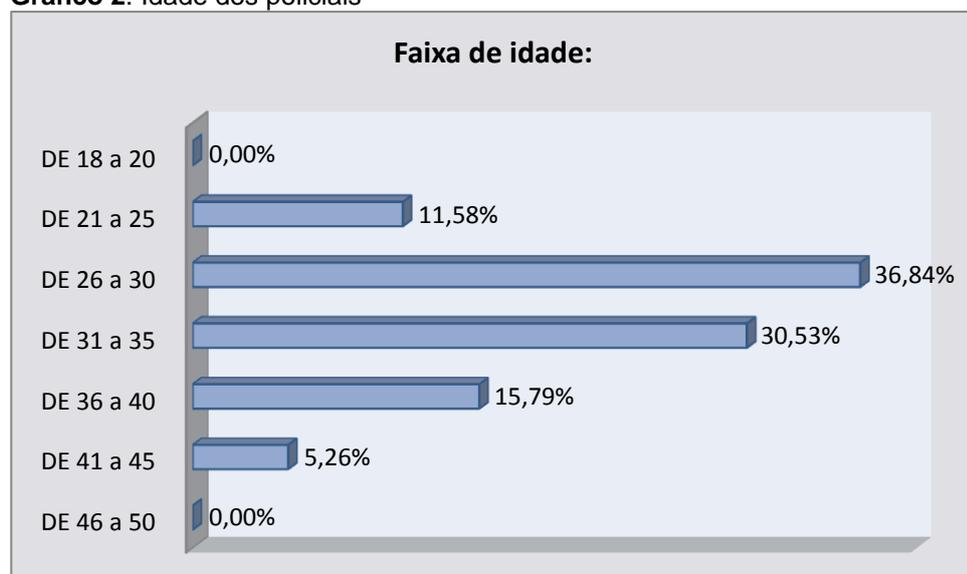
4 PERFIL SOCIAL, ECONÔMICO E EDUCACIONAL DOS ALUNOS-POLICIAIS: CENÁRIO DE CONSTRUÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Para a etapa de caracterização do perfil dos policiais-alunos, foram convidados a responder o questionário de perguntas abertas e fechadas 95 policiais que realizam suas atividades laborais administrativas ou operacionais na Companhia RONE.

Os policiais atuam em escalas diárias de 06 horas em policiamento ostensivo na região metropolitana e quando necessário no interior do estado em viaturas e motos. A construção desse perfil nos remete a possibilidade de aproximação quanto à realidade na qual estão situados esses profissionais a fim de compreendermos em qual cenário estão sendo construídas as representações e qual a relação entre o perfil desses profissionais e as representações elaboradas pelo grupo quanto à rede EAD/SENASP.

Nessa direção, quanto ao item, faixa etária, os dados apontam que 36,84% dos policiais que participaram da pesquisa possuem entre 26 e 30 anos de idade, seguidos de 30,53%, de 31 a 35 anos.

Gráfico 2: Idade dos policiais



Fonte: PMPI, Companhia de Rondas ostensivas de natureza Especial, pesquisa realizada com policiais militares em outubro de 2011.

Dado esse que nos remete a questões institucionais, uma vez que em meados de 2006, o então Comandante Geral a PMPI, CEL PM Francisco Prado

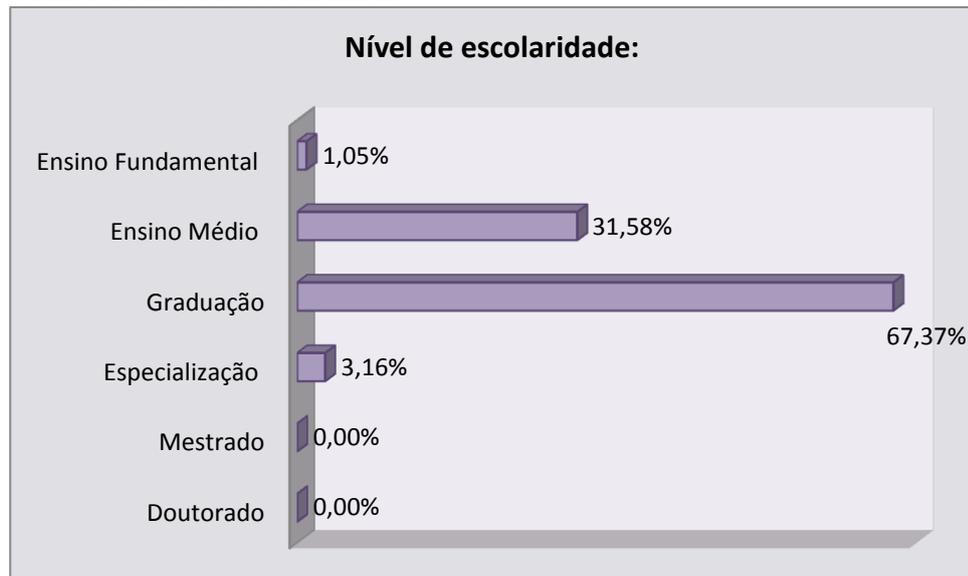
Aguiar, transferiu para a Companhia RONE um efetivo de 40 policiais da Subunidade Comando Águia e 100 Policiais da Companhia TIGRE, ambos os efetivos eram compostos por policiais que haviam entrado na corporação nos concursos dos anos de 2000 e 2004, portanto, policiais, recém-ingressos na corporação na contramão do restante do efetivo com maior tempo de serviço, que até 1994 acessavam os postos da PMPI com ensino fundamental II completo, o público transferido para a Companhia teve acesso às fileiras da instituição com o ensino médio completo. Em alguns estados, e mais especificamente no Distrito Federal, atualmente o concurso para soldado exige a formação em nível superior.

Segundo Kahn (2002, p. 84-85), entre outros fatores que contribuíram para democratização do país ocorrida na última década, principalmente para a redução da violência policial destaca-se:

[...] criação de ouvidorias de Polícia em vários estados, julgamento em tribunais civis dos crimes de homicídio cometidos por policiais militares, cursos de direitos fundamentais ministrados a policiais nas academias em conjunto com organizações não-governamentais [...], **a exigência de segundo grau para ingresso na carreira policial em alguns estados.** (grifo nosso) [...]

A faixa etária dos sujeitos se reflete diretamente nos dados relativos ao nível de escolaridade, uma vez que conforme consta no gráfico abaixo mais da metade, 67,37% dos sujeitos que responderam ao instrumento de coleta de dados possuem ensino superior, nas mais diferentes áreas: ciências humanas (direito, pedagogia, geografia, administração, sociologia, história, serviço social, psicologia), ciências da natureza (física, química, matemática).

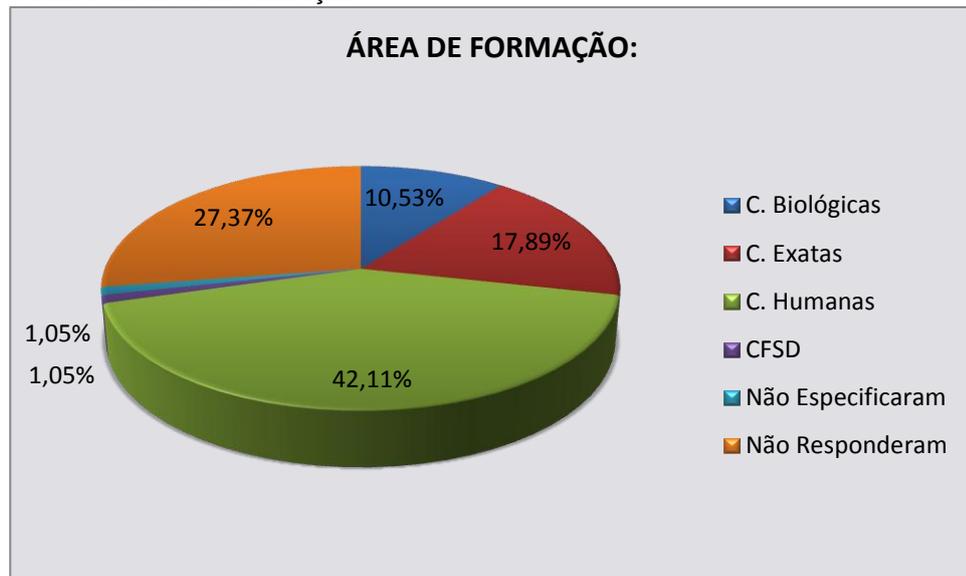
Nesse sentido, se pode afirmar que se trata de um grupo com um nível de escolaridade considerável. Percebe-se, porém, que 1,05% possuem o ensino fundamental esse percentual comprova o que afirmamos anteriormente quanto aos policiais que entraram na polícia, até 1988, quando era exigido apenas o ensino fundamental e que não deram sequência ao processo de ensino formal nas instituições escolares.

Gráfico 3: Nível de escolaridade

Fonte: PMPI, Companhia de Rondas ostensivas de natureza Especial, pesquisa realizada com policiais militares em outubro de 2011.

O dado revela que no âmbito dessa subunidade policial convivem sujeitos que se encontram nos mais variados níveis de formação escolar considerando também que 31,58% possuem o ensino médio e que 3,16% já possuem pós-graduação *latu sensu* a nível de especialização, superando o percentual que possui apenas o ensino médio. É possível inferir, que no que diz respeito à formação, 70,53% dos sujeitos concentram-se entre o ensino superior e a pós-graduação (especialização).

Esse nível acadêmico, de graduação pós, conforme consta no gráfico a seguir está concentrado em 42,11% na área das ciências humanas, revelando que um percentual significativo do efetivo dessa subunidade possui formação em nível superior em áreas onde se concentram conhecimentos voltados para áreas humanas que engloba cursos como História, Sociologia, Psicologia, entre outros, que se dedicam a tentar desvendar as complexas ligações que definem a própria humanidade, envolvem a sociedade contemporânea, bem como seus impactos na vida das pessoas.

Gráfico 4: Área de formação

Fonte: PMPI, Companhia de Rondas ostensivas de natureza Especial, pesquisa realizada com policiais militares em outubro de 2011.

Esse nível de formação sugere uma significativa relevância já que no exercício da atividade policial militar, ostensiva, fardada visando à preservação da segurança da sociedade o policial se depara com situações das mais diversas naturezas (violência doméstica, maus tratos a crianças e idosos, assaltos, roubos, furtos, sequestros, estupros, doentes mentais em crise, confronto entre gangues, entre outros). Operar com essa multiplicidade complexa requer um conhecimento que extrapole os limites da técnica e que situe o policial na compreensão da gênese dessas situações, enquanto cidadão integrante dessa sociedade e profissional responsável pela preservação da sua segurança e paz social.

Lima (2007), discorrendo acerca dos diversos perfis necessários para a atividade policial, a partir de estudos e pesquisas sobre análise ocupacional e perfis profissiográficos apresenta os seguintes itens como ideais para o policial:

- 1) autoridade; 2) atenção aos detalhes; 3) controle emocional; 4) resistência; 5) Inteligência; 6) Adaptabilidade; 7) Segurança; 8) Assertividade; 9) Sociabilidade; 10) Tônus vital; 11) Ambição; 12) Controle da agressividade; 13) Iniciativa; 14) integridade; 15) Sensibilidade interpessoal; 16) Capacidade de observação; 17) Capacidade de comunicação oral; 18) Impacto pessoal; 19) Confrontação com problemas; 20) Capacidade de recuperação; 21) Tolerância a tensões; 22) Vigilância.

Os itens apresentados são fruto da realidade com a qual convivem na atividade policial, expressam a realidade das ruas com suas nuances de criminalidade e violência, conflitos sociais com as quais operam no fazer laboral,

sem muitas vezes compreenderem a dinâmica dessa estrutura, suas origens, causas, e consequências.

A partir dos dados quanto a formação desses policiais e diante do perfil que requer o exercício da atividade, vale questionar, o que a instituição Polícia Militar tem feito, para utilizar a favor da sociedade, através das suas políticas de formação, valorização e execução da atividade fim, essa formação na área das ciências humanas? Essa é uma reflexão que deve ser considerada em detrimento de um silêncio que possa reverter-se em prejuízo para a sociedade, o que fazer no âmbito institucional para aliar a formação e atuação do profissional e planejar o aproveitamento desse conhecimento?

Para Goldestein (2003) o treinamento policial privilegia sobremaneira a prática em detrimento da formação. Ao tratar este tema Balestreri (2003, p. 35), defende a necessidade de um redirecionamento no processo de formação policial no Brasil, a partir das suas instituições de ensino a fim de abandonar os velhos paradigmas ditatoriais em detrimento de um processo formativo que privilegiasse:

[...] o estabelecimento de um “núcleo comum”, de conteúdos e metodologias na formação de ambas as polícias, que privilegiasse a formação do juízo moral, as **ciências humanísticas** (grifo nosso) e a **tecnologia** como contraponto de eficácia à incompetência da força bruta. (grifo nosso)

A indicação do ex-secretário Nacional de Segurança Pública, para a importância da formação policial para além da técnica profissional, que desse conta do viés humano, se faz notar pelos próprios policiais, alunos da rede quando relatam que nos cursos oferecidos pela rede EAD/SENASP:

S4 – [...] Você tem com relação aos cursos voltados para as minorias, o preconceito, como a gente agir de certa forma, então, pra mim esses cursos todos se enquadram dentro do serviço do dia-a-dia. [...].

S11 - Eu tenho observado também, não sei se é porque a minha formação é militar que os cursos que estão sendo desenvolvidos agora eles são muito mais, têm uma finalidade muito mais **humanística**, não que a polícia não seja isso, que a polícia militar hoje se aproxima, mas que ele aprofunda mais nesse lado da pessoa, do indivíduo.

Ou seja, há um direcionamento na política e nas práticas de formação de iniciativa da Secretaria Nacional de Segurança Pública no sentido do viés da formação humana para esses profissionais, tanto que ela se faz sentida pelos policiais. A partir desses dados é possível inferir que ensejando um processo lógico que nos é apontado por Pereira e Júnior (2012, p. 75), quando afirmam que:

[...] não se podem limitar as discussões sobre formação policial apenas no campo técnico profissional. É preciso alçar voos no sentido da totalidade do profissional enquanto ser, considerando as múltiplas competências exigidas para sua atuação na atualidade.

Direcionamento esse que já integra o objetivo geral da matriz curricular nacional para a formação do profissional de segurança pública quando específica (MCN, p. 10) que deve propiciar o desenvolvimento de atitudes desses profissionais para o: “respeito à lei, promoção humana e repúdio a qualquer forma de intolerância”. Sendo, portanto a rede uma modalidade de educação para formação policial, planejada e implementada pela Secretaria nacional, não poderia a mesma, seguir na direção contrária a essa política de formação.

Os dados tanto quanto ao nível de formação, quanto ao que dizem respeito à área de concentração da formação estão diretamente relacionados com o percentual de tempo de serviço dos policiais na PMPI, ou seja, conforme consta no gráfico abaixo entre os sujeitos do estudo, 44,21% estão na faixa entre 1 a 5 anos na instituição. Portanto, são policiais que entraram recentemente nas fileiras da corporação, com pouco tempo de serviço policial.

Gráfico 5: Tempo de serviço na corporação



Fonte: PMPI, Companhia de Rondas ostensivas de natureza Especial, pesquisa realizada com policiais militares em outubro de 2011.

Uma análise nos dados relativos ao posto ou graduação que ocupam na escala hierárquica institucional revela o tempo de serviço predominante entre o grupo uma vez que 92,63% são soldados, portanto, estão no limite da faixa etária,

que ficou entre 18 e 30 anos como pode-se visualizar no gráfico 2, referem-se aos soldados, 92,63%, pois com a exigência o ensino médio, muitos já adentram a corporação com ensino superior concluído ou em andamento.

O soldado na escala hierárquica funcional das corporações policiais, segundo consta no Estatuto dos Policiais Militares o Estado do Piauí (Lei nº 3.808, de 16 de julho de 1981) art 37. “Os cabos e soldados são, essencialmente, os elementos de execução.” Portanto, tem como função precípua a execução das atividades de policiamento ostensivo na sua forma mais prática

Gráfico 6: Distribuição do efetivo por postos ou graduações na escala hierárquica da corporação



Fonte: PMPI, Companhia de Rondas ostensivas de natureza Especial, pesquisa realizada com policiais militares em outubro de 2011.

Outro dado que constata o predomínio da graduação de soldados no grupo que participou da pesquisa, refere-se ao nível salarial já que 93,68% recebem de 2 a 3 salários mínimos, faixa salarial do soldado, que recebe, atualmente, algo em torno de R\$ 1,500 reais. Complementados com a bolsa do Projeto Bolsa Formação¹⁶ oferecida pelo Governo Federal através do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), que tem entre outras “v – valorização dos profissionais de segurança pública e os agentes penitenciários.” (art. 3º Lei nº 11.530 24/out/2007). O direcionamento do projeto esta voltado para “a qualificação profissional dos profissionais de segurança pública e justiça criminal,

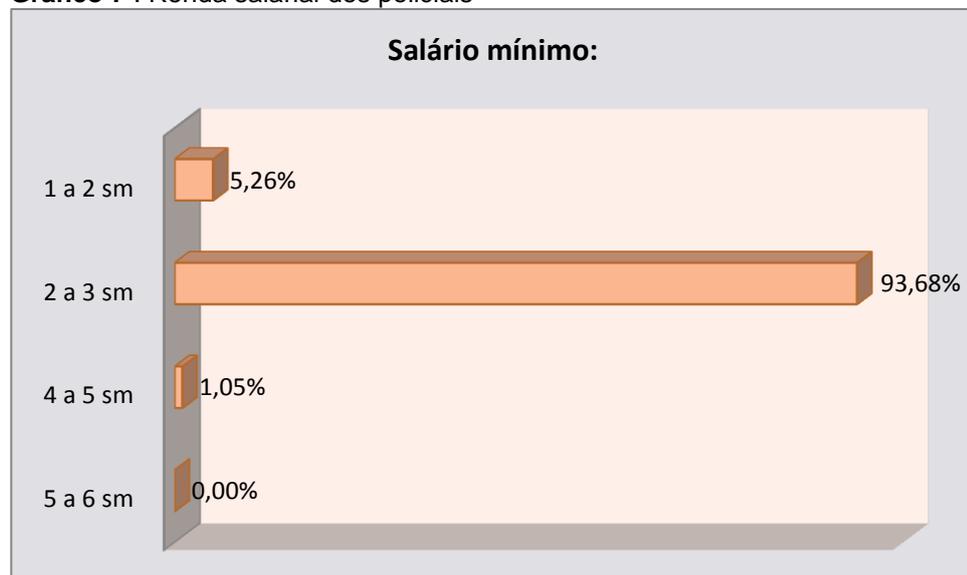
¹⁶ A bolsa formação foi instituída através da Lei 11.530, de 24 de outubro de 2007, regulamentada pelo Decreto nº 6.490, ambos de 19 de junho de 2008, que regulamenta os Projetos Mulheres da Paz e Bolsa-Formação.

contribuindo em sua valorização e o conseqüente benefício da sociedade brasileira.” (disponível em <http://portal.mj.gov.br/data/pages>).

O projeto prevê atualmente uma bolsa no valor de R\$ 443,00, distribuídas em 12 parcelas para policiais que recebem remuneração mensal bruta de até R\$ 1.700,00. Para fazer a bolsa o policial deve entre outros requisitos¹⁷ realizar pelo menos 1 curso a cada 12 meses, na rede EAD/SENASP. Os cursos habilitados para o recebimento da bolsa são os que fazem parte do “quadro de cursos de formação e educação continuada o Projeto Bolsa formação aqueles oferecidos pela SENASP na modalidade de educação a distância.” (disponível em <http://portal.mj.gov.br/data/pages>).

A predominância do efetivo na graduação de soldados evidencia-se também nos dados relativos a salário uma vez que 93,68% dos sujeitos recebem de 2 a 3 salários mínimos e fazem jus a receber a bolsa formação uma vez que o Piauí é um dos Estados contemplados pelo projeto.

Gráfico 7 : Renda salarial dos policiais



Fonte: PMPI, Companhia de Rondas ostensivas de natureza Especial, pesquisa realizada com policiais militares em outubro de 2011.

A bolsa formação a que fazem jus os policiais, nas condições acima descritas e que complementam o salário, traz algumas conseqüências negativas para o desenvolvimento dos cursos na rede, segundo o Sujeito 1:

¹⁷ 2. Não ter sido responsabilizado ou condenado pela prática de infração administrativa grave, nos últimos cinco anos; 3. Não possuir condenação penal nos últimos cinco anos e 4. Frequentar, a cada doze meses, ao menos um dos cursos oferecidos pela Secretaria Nacional de Segurança Pública ou pelo Departamento Penitenciário Nacional do Ministério.

“Primeiro eu vou falar sobre a questão da remuneração, o intuito inicial foi qualificar e ajudar os policiais militares com uma bolsa e assim foi muito bom, é muito bom, mas eu vi assim o pessoal deturpar um pouco. Por quê? Por que muita gente estava fazendo não pelo conhecimento, mas sim pela remuneração é tanto que hoje a gente vê hoje, antes era uma luta para você conseguir se inscrever num curso desse aí, porque era muita gente, o prazo curto. (S1)

Somado a essa realidade, convém ressaltar, quanto a questão salarial o que tem sido uma realidade nas instituições de segurança pública, principalmente na Polícia Militar, a realização do que se chama no meio do “Bico”, que é a prestação, nos horários de folga do policial de serviços de segurança privada, geralmente apaisana, armado, em casas lotéricas, bares, restaurantes, lojas de joias, postos de gasolina, entre outros como forma de prevenir e reprimir assaltos que ocorrem com frequência nesses estabelecimentos.

Quanto a essa situação Kahn (2002), a partir da tese de Álvaro a Silva Gullo (Gullo, 1992), sobre a caracterização do policial militar no Estado de São Paulo, encontra segundo ele, indícios dessa situação. A aludida pesquisa revelou que o “bico” garante “rendimentos iguais ou mesmo superiores aos auferidos na atividade policial. Em alguns casos a atividade policial se torna secundária em detrimento do bico.” (2002, p. 40).

O policial corre riscos nesse tipo de serviço uma vez que na maioria as vezes, se encontra sozinho (inferioridade numérica), sem os equipamentos e armamentos necessários e suficientes para realização da atividade, vários já tiveram suas vidas ceifadas ou adquiriram lesões permanentes realizando esse tipo de serviço complementar, no qual objetivam aumentar a renda salarial.

Para Kahn (2002) num primeiro exame o fato do policial realizar trabalhos de segurança privada não incorre em problema, já que ele desenvolve suas atividades laborais nessa área, e assim como em outras profissões, médicos, professores, que ministram aulas em escolas ou atendem em consultórios particulares em horários de folga do serviço público, porém, no caso dos policiais advém algumas complicações:

[...] os policiais são treinados durante meses pelo Estado – defesa pessoal , tiro, legislação, investigação, etc. – com o dinheiro público, e todo este treinamento é aproveitado pelas empresas privadas que utilizam essa mão-de-obra, sem que tenham de pagar nada por isso. [...] representa uma apropriação, privada de um “bem” público; [...] Há o problema do stress: os policiais, ao invés de repousar de uma atividade estressante, estão na rua exercendo mais uma vez uma atividade perigosa, de modo que voltam ao

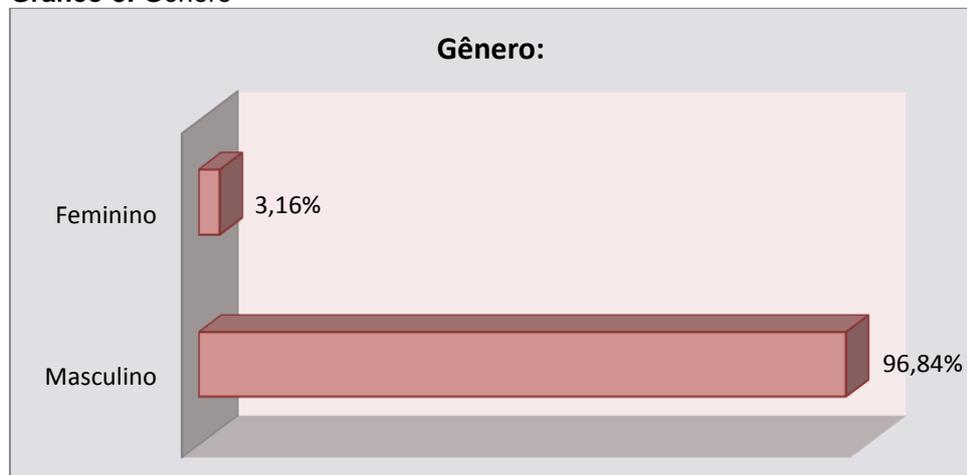
trabalho tão ou mais exaustos do que antes, prejudicando o trabalho policial. Existe também o problema das perversões, [...] casos de policiais que deixam de policiar determinadas áreas da cidade para se aproveitar da insegurança e oferecer proteção particular; uso de armamento, viatura e outros equipamentos públicos pelos policiais durante a atividade particular; extorsão pura e simples de dinheiro e comerciantes em troca de “proteção”; prestação de serviços de segurança a pessoas envolvidas em atividades ilegais, como “banqueiros do bicho”; uso de “informações privilegiadas”, como dados sobre criminalidade e operações policiais, para fins privados, etc.

Nesse sentido, assistimos entre o segundo semestre de 2011 e o primeiro de 2012 uma série de paralisação das atividades de policiais militares e civis por vários estados do Brasil (Piauí, Bahia, Ceará), tendo como reivindicação a melhoria salarial e das condições de trabalho, entre outros. Os homens e mulheres que compõe o efetivo da instituição se debruçam em jornadas exaustivas de trabalho, com equipamentos pesados (coletes com placas, coturnos, armamento de grosso calibre, cassetes, etc).

No que diz respeito a composição do efetivo em termos de gênero, do total de soldados que integram o efetivo do universo pesquisado apenas 3,16% são do sexo feminino, e 96,84% são do sexo masculino, afirmando a predominância de uma instituição de constituição eminentemente masculina.

A justificativa para a diferença no efetivo se da em razão da compleição física feminina. Essa presença reduzida de policiais femininas é consequência do que prevê a legislação vigente através do estatuto dos Policiais Militares, já que em seu art. 10 §3º prevê que “Às mulheres serão reservadas até 10% (dez por cento) das vagas oferecidas no concurso público.”, texto legal mantido na Lei Complementar nº 035, de 06 e novembro de 2003.

Gráfico 8: Gênero



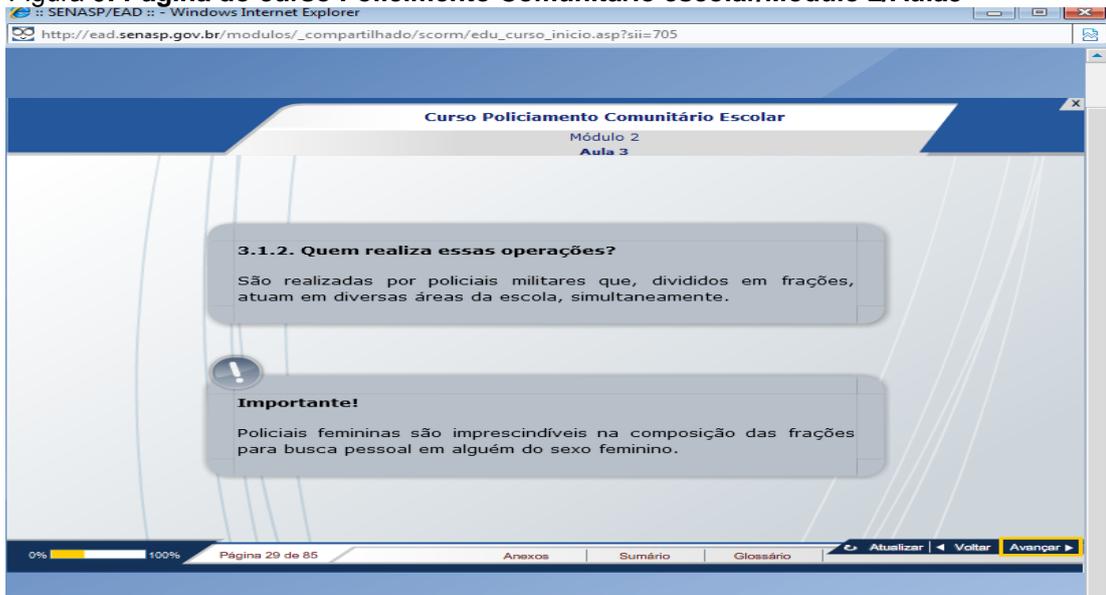
Fonte: PMPI, Companhia de Rondas ostensivas de natureza Especial, pesquisa realizada com policiais militares em outubro de 2011.

Porém, a presença feminina nas instituições policiais torna-se imprescindível, entre outros motivos, em decorrência do que preceitua a legislação de Direitos Humanos no que pertine a abordagem policial, uma vez que esse procedimento só pode ser realizado em mulheres por policiais do sexo feminino, por outro lado, tem sido constante a veiculação na mídia nacional do aumento do número de mulheres envolvidas em ilícitos, associação ao tráfico, sequestros, roubos, assaltos dentre outros delitos.

A necessidade desse efetivo já é reconhecida até mesmo no âmbito da rede. Recentemente, março de 2012, a rede ofertou um novo curso denominado Policiamento comunitário escolar, que tem por objetivo capacitar os policiais para compreensão e execução do policiamento preventivo/repressivo em áreas escolares a tela a seguir foi extraída desse curso o qual estamos realizando no momento e uma das orientações técnicas para execução desse policiamento vai na contra-mão do que preceitua a legislação para a composição do efetivo feminino nas fileiras da PMPI.

Na aula de nº 4, do módulo 2, há uma observação, grifada como importante que chama a atenção dos alunos-policiais justamente para a necessidade da presença feminina na composição das frações na execução dessa modalidade de policiamento.

Figura 9: Página do curso Policiamento Comunitário escolar/Módulo 2/Aula3

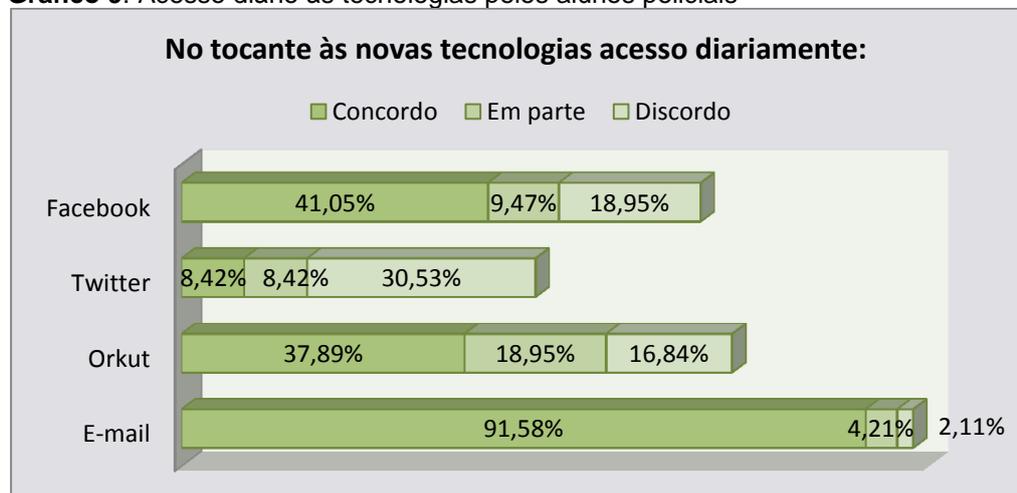


Fonte: Rede de Educação a distância da Secretaria Nacional de Segurança Pública

O percentual de homens e mulheres que compõe o universo, quanto ao estado civil estão entre solteiros e casados já que 49,47% afirmam serem casados e 43,16% são solteiros, e 5,26% são separados e divorciados 2,11%.

Quando questionados sobre o acesso diário às novas tecnologias, 91,58% acessa diariamente o correio eletrônico, via email e 41,05% afirma concorda que acessar a rede social facebook, 37,89% o orkut e 30,53% discorda quanto ao acesso diário ao twitter. Em relação ao desenvolvimento dos cursos na rede EAD/SENASP a caixa de email é utilizada com frequência pelos tutores e administradores da rede para comunicação e fóruns, chats e avisos de uma maneira em geral.

Gráfico 9: Acesso diário às tecnologias pelos alunos policiais



Fonte: PMPI, Companhia de Rondas ostensivas de natureza Especial, pesquisa realizada com policiais militares em outubro de 2011.

No que se refere ao processo de formação continuada, os resultados obtidos na pesquisa de campo nos permitem inferir, por meio das respostas dos policiais-alunos da rede, que há lacunas na política institucional, uma vez que conforme consta no quadro abaixo, quando questionados acerca dos cursos que realizaram, oferecidos pela corporação, 66 dos sujeitos, afirmaram terem realizado o curso de formação de soldados. Ocorre que esse curso não é curso de formação continuada, mas curso de formação inicial, exigido para exercício da profissão. Outro foi o curso de Promotor de Polícia Comunitária que não é oferecido pela Polícia militar, mas pela SENASP, o mesmo ocorre em relação aos 18 sujeitos que apontaram o curso de motopatrulhamento, foi realizado no ano de 2011.

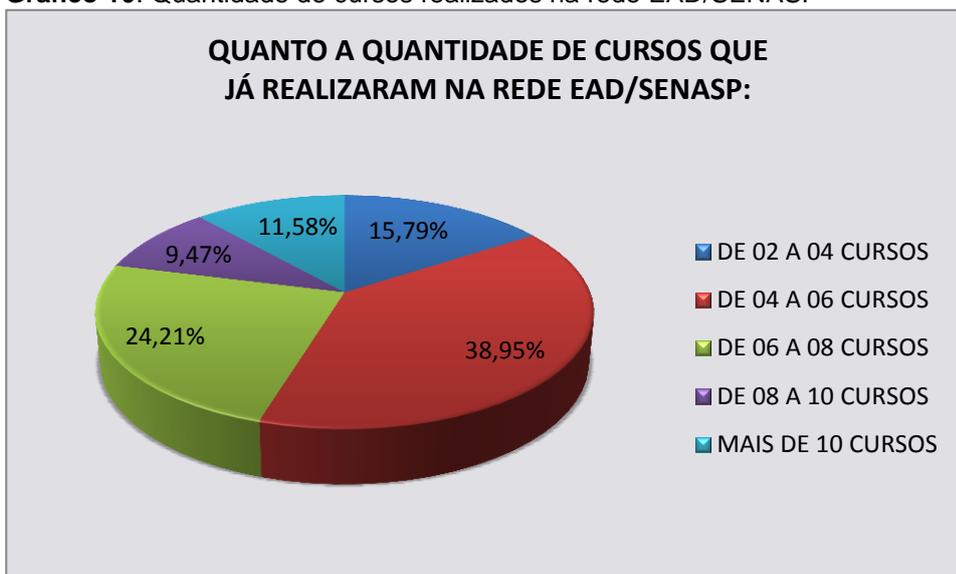
Quadro 2: Cursos realizados na corporação oferecidos pela Polícia Militar

Nº	CURSO/ESTÁGIO/TREINAMENTO	QUANTIDADE
01	Curso de Formação de Soldados – CFSD	66 sujeitos
02	Curso de Formação de Cabos – CFC	04 sujeitos
03	Curso de Formação de Sargentos – CFS	02 sujeitos
04	Curso de Promotor de Polícia Comunitária	18 sujeitos
05	Curso de ações de choque	04 sujeitos
06	Curso de Motopatrulhamento	13 sujeitos
07	Curso de Direção Ofensiva e Defensiva – DDO	06 sujeitos
08	Estágio de Patrulhamento de Alto risco/Urbano	05 sujeitos
09	Treinamento de Patrulhamento Urbano/Treinamento Patrulhamento em Alto Risco	05 sujeitos
10	Treinamento de Operações de Choque	04 sujeitos

Fonte: PMPI, Companhia de Rondas ostensivas de natureza Especial, pesquisa realizada com policiais militares em novembro de 2011.

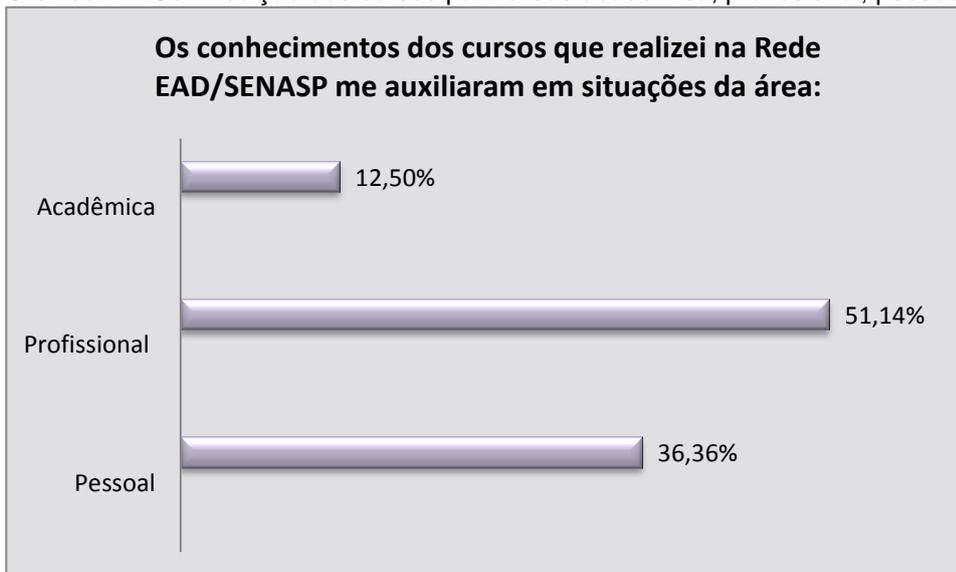
Somado a esse cenário, observa-se a partir do gráfico abaixo que 25,26% dos policiais que participaram do estudo estão a 3 anos sem fazerem cursos oferecidos pela corporação, 37,89% a 1 ano, vale ressaltar que esses correspondem aos policiais que adentraram a corporação no último Curso de formação de soldados, que não se configura como formação continuada, mas sim como formação inicial exigida para que o policial tome posse no cargo, bem como os policiais da que realizaram os Cursos de Moto-patrulhamento e de ações de choque, ambos financiados através de projetos do Ministério da Justiça através da Secretaria Nacional e Segurança pública.

No contexto desse processo formativo, a rede EAD/SENASP apresenta-se como oportunidade para o processo de formação policial, com abrangência em todo o país. Entre os sujeitos da pesquisa, o gráfico a seguir apresenta o número de cursos que os sujeitos da pesquisa já realizaram na rede. 38,95% realizaram de 4 a 6 cursos, 24,21% de 6 a 8, 15,79% de 2 a 4 cursos, 11,58% mais de 10 e 9,47% de 08 a 10 cursos.

Gráfico 10: Quantidade de cursos realizados na rede EAD/SENASP

Fonte: PMPI, Companhia de Rondas ostensivas de natureza Especial, pesquisa realizada com policiais militares em outubro de 2011.

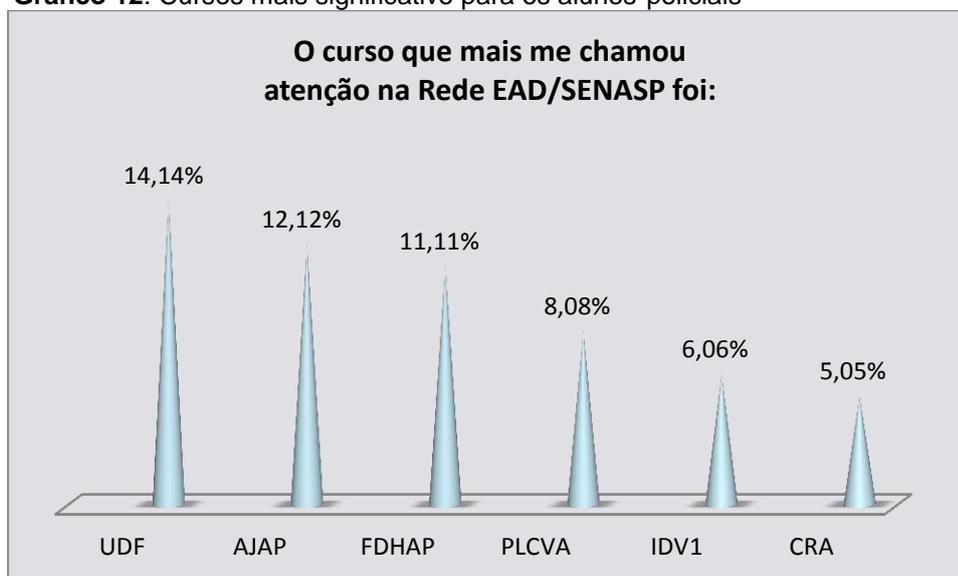
O percentual os cursos realizados assume contornos significativos no processo de formação desses profissionais quando analisamos os dados obtidos quanto às áreas para as quais contribuíram os cursos realizados na rede ofertados aos profissionais. Verifica-se que 51,14% apontam que os conhecimentos adquiridos através da rede contribuíram para a área profissional, enquanto 36,36% revelam conotações para a vida pessoal e 12,50% para contribuições acadêmicas.

Gráfico 11: Contribuição dos cursos para áreas acadêmica, profissional, pessoal

Fonte: PMPI, Companhia de Rondas ostensivas de natureza Especial, pesquisa realizada com policiais militares em outubro de 2011.

Essa contribuição para a formação profissional pode ser constatada também quando sinalizam os cursos que mais os chamaram atenção na rede já que os cursos apontados se referem a conhecimentos de natureza teórica e prática muito próximos das situações reais com que se deparam no exercício da atividade do profissional policial militar no desenvolvimento do policiamento ostensivo. 14,14% sinalizam para o curso de Uso diferenciado da força, 12,12% para aspectos jurídicos da abordagem policial, 11,11% fundamentos de direitos humanos aplicados a atividade policial.

Gráfico 12: Cursos mais significativo para os alunos-policiais



Fonte: PMPI, Companhia de Rondas ostensivas de natureza Especial, pesquisa realizada com policiais militares em outubro de 2011.

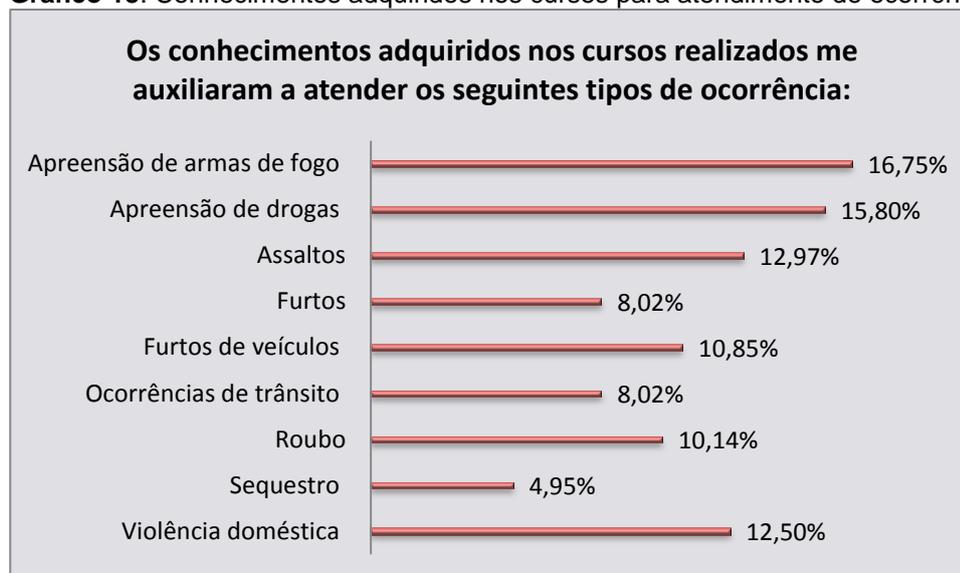
As contribuições da rede para a formação policial podem ser identificadas na aplicabilidade de seus conteúdos e conhecimentos no exercício da atividade de segurança pública. Os cursos acima (Uso diferenciado da força (UDF), AJAP Aspectos jurídicos da abordagem policial (AJAP), Filosofia de direitos humanos aplicado a atividade policial (FDHAP), Preservação de local de crime (PLCVA), Identificação veicular 1 (IDV1) e Crimes ambientais (CRA), possuem conteúdos curriculares voltados para as situações com as quais esses profissionais convivem diariamente no policiamento ostensivo que desenvolvem nos diversos bairros da capital e esporadicamente nos municípios do interior o estado.

Um exemplo, que podemos analisar é o curso de Uso diferenciado da força, que tem como conteúdo curricular, conforme consta na descrição do curso constante na rede: “Módulo I: as normas constitucionais, a legislação internacional e

a atuação policial; Módulo 2: aspectos jurídicos relacionados à abordagem policial e Módulo 3: parâmetros jurídicos que balizam a ação policial diante de alguns tipos de crime.” (disponível em <http://portal.mj.gov.br/data/pages>, acessado em: 23/01/2012).

Observa-se que há um certo equilíbrio quanto aos percentuais referentes a contribuição dos cursos para o atendimento de ocorrências na execução do policiamento ostensivo. No gráfico seguinte, 16,75% afirmaram que os conhecimentos dos cursos realizados propiciaram o atendimento de ocorrências que envolviam apreensões de armas de fogo, seguido de 15,80% para apreensão de drogas, 12,97% para ocorrências relativas a assaltos, 12,50% para violência doméstica, 10,85% furtos de veículos, 10,14% roubos, 8,02% dos respondentes para ocorrências de trânsito e sequestro e 4,95% para sequestros.

Gráfico 13: Conhecimentos adquiridos nos cursos para atendimento de ocorrências



Fonte: PMPI, Companhia de Rondas ostensivas de natureza Especial, pesquisa realizada com policiais militares em novembro de 2011.

Ao cruzarmos os dados relativos aos dois últimos gráficos, torna-se possível inferir que há uma relação de proximidade e reciprocidade entre as informações dos sujeitos uma vez que para o atendimento de ocorrências relativas a apreensão de armas de fogo, drogas, assaltos, violência doméstica, os policiais necessitam de competências que envolvem os conhecimentos relativos ao uso diferenciado da força, aos aspectos jurídicos da abordagem policial (quando, como, quem, com qual fundamentação legal abordar), é preciso também considerar as orientações quanto a filosofia e Direitos humanos durante o atendimento dessas

ocorrências, evitando constrangimentos desnecessários, respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana, preservação de local e crime, crimes ambientais.

De fato, conforme descreve Anemone (2002, p.151) “armas de fogo são utilizadas em 59% dos homicídios que ocorrem em Nova York e 90% dos assassinatos em São Paulo.” Esse quadro situacional, nacional e internacional, reproduz-se nas demais regiões do país, daí a importância dos conhecimentos de ordem legal, técnica, operativa da rede que possam fundamentar a atividade policial quando no atendimento de ocorrências que envolvam as armas de fogo, que são letais e podem causar danos físicos e psicológicos irreversíveis para o próprio policial, para o cidadão infrator e para a sociedade.

Convém ressaltar, que para os policiais os cursos da rede além de oferecerem a possibilidade de atualização, agregação de novas aprendizagens para a execução do serviço ostensivo policial, acabam oferecendo oportunidade de formação para o exercício das atividades administrativas que também são realizadas e que complementam as primeiras. A fala a seguir expressa essa dupla

S1 – Eu posso citar como um curso que eu mesmo fiz na rede EAD que nós podemos utilizar muito no dia-a-dia principalmente os policiais que estão diretamente na rua como o de identificação veicular, onde fornece dados e conhecimentos sobre identificação de veículos, conforme as normas do Código de trânsito, CONTRAN, DENATRAN, onde você pode identificar se o veículo é roubado, é clonado, se a placa foi adulterada, se há alguma adulteração em chassi, em placa em motor, né no vidro, dentre ou outros cursos. Outro curso que eu posso citar que nós podemos utilizar muito no dia-a-dia é o de Busca e apreensão, onde você tem os conceitos básicos do que é busca, apreensão, quais são os casos em que você pode fazer uma busca e apreensão, quais os casos que você precisa ou não do mandato de busca e apreensão então é de grande e extrema importância para o policial militar, pro policial civil, pro agente penitenciário, para quem trabalha com segurança pública **enfim, porque são conhecimentos que você pode utilizar o no dia-a-dia, no entanto, tem outros como curso de redação técnica pra quem trabalha na rua acho que não seria direcionado pra quem trabalha na rua acho e sim para o policial que trabalha interno (grifo nosso)** porque nós temos que ter o serviço interno, serviço burocrático é necessário todo órgão tem.

Na fala do Sujeito S1, identifica-se não apenas as contribuições da escola virtual na formação para área administrativa, mas a minuciosa descrição dos detalhes dos conteúdos dos cursos citados e sua relevância para a ação policial, a partir do que prescrevem as orientações técnicas, legais e éticas. No curso dessa discussão, percebe-se a afirmação dos dados constantes no gráfico nº 12, sobre os cursos que mais chamaram a atenção, já que o policial cita um dos seis cursos mais

apontados como os que mais chamaram a atenção: identificação veicular (IDV1) 6.6%.

É possível ainda identificar esse desdobramento dos conhecimentos ofertados para o exercício da atividade de segurança pública desenvolvida por esses agentes estatais quando afirmam que:

S2 – A rede EAD [...] ela fala do nosso cotidiano, do dia-a-dia, independente de onde que a gente esteja, o policial de qualquer região, todo mundo entende o que tá lá, é uma linguagem que é formal, que dá pra ter um bom entendimento, os cursos constantemente são atualizados com a nossa realidade eu acho que o que mais me chama a atenção é isso aí e sem falar das oportunidades que ela oferece pra gente em termos de qualificação. Pra mim a Rede EAD hoje, é o caminho que o Governo Federal pode investir com certeza pra atividade policial é um suporte que as instituições estaduais necessitam e que esse processo deve continuar porque tudo que é investido em prol da educação tem resultado e com o objetivo de melhorar o serviço prestado a sociedade esse é de crucial importância a nível de governo com apoio da rede EAD. [...]

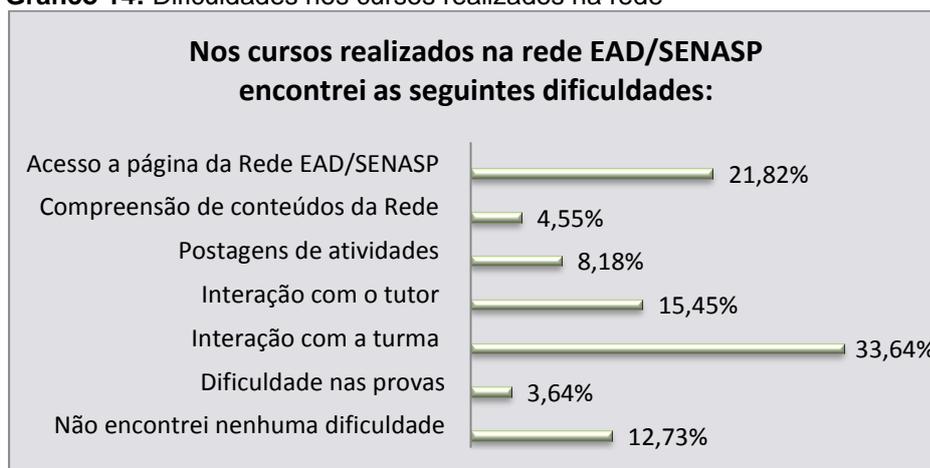
S4 – Pra mim foi, é um grande avanço com relação à formação, pra auxiliar os policiais no trabalho do dia-a-dia né que a gente tem serviço de rua pra melhorar a questão do conhecimento. [...] mas a meu ver é muito bom, muito bom. Você tem cursos lá que realmente lhe auxiliam e auxiliam muito no serviço do dia-a-dia, cursos como abordagem, aspectos jurídicos da abordagem, que a gente de vez em quando tem que estar fazendo, agindo ou pra ver até onde a gente pode ir, até onde a gente não pode, alguns posicionamentos. [...]

S5 – “Ela gera a facilidade, a flexibilidade de horário pra você ampliar seus horizontes seus conhecimentos na área em que a gente atua, que é a área e segurança pública, é isso a Rede EAD é muito boa eu gosto demais.” [...]

S10 - Eu vejo na rede de formação da SENASP um canal de ligação entre as pessoas que antes não existia, antes a gente não tinha relacionamento com outras pessoas de outros estados é não tinha conhecimento com essas pessoas então eu vejo uma importância muito grande a partir daí, além da formação que ela nos traz como pessoa, como profissional. [...]

A manifestação através das entrevistas acima transcritas expressam no discurso dos policiais os dados que foram coletados no questionário. Constatando que os conhecimentos compartilhados tem se configurado em formação para a execução da atividade laboral complexa e diversa da área da segurança pública.

Apesar de toda a congruência de significados relevantes da rede para a formação dos profissionais, inferidas a partir dos dados até aqui apresentados, os policiais também sinalizam para as dificuldades no processo de formação via educação a distância, a partir da sala de aula virtual.

Gráfico 14: Dificuldades nos cursos realizados na rede

Fonte: PMPI, Companhia de Rondas ostensivas de natureza Especial, pesquisa realizada com policiais militares em novembro de 2011.

Somado a esses entraves, emergiram nas entrevistas coletadas outras dificuldades, relativas à dificuldade de alguns colegas em acompanhar o nível do conteúdo dos cursos, entre outras críticas que são apontadas pelo sujeito e que serão apresentadas mais adiante.

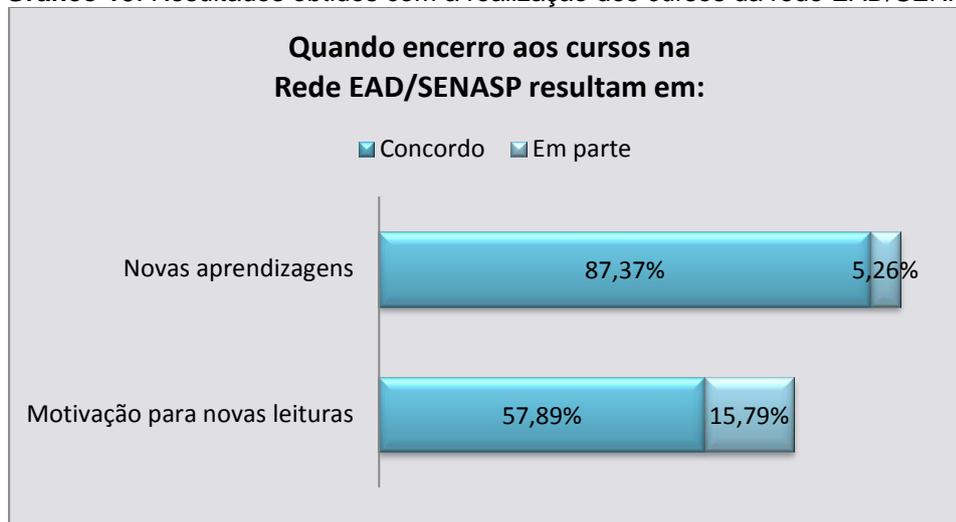
Uma provável causa dessa dificuldade, em acompanhar o conteúdo dos cursos, talvez seja, conforme já verificado no gráfico nº 03, a situação que ainda se encontra no quadro do efetivo da PMPI, quanto a policiais que possuem apenas o ensino fundamental o que provavelmente acaba convergindo para uma dificuldade na leitura, interpretação, compreensão e produção escrita, na sala de aula virtual:

S5 – A rede EAD/SENASP tá ai desde 2007 que eu venho fazendo os cursos interessantíssimos alguns dos cursos que eu fiz eu achei assim, até um pouco complexo, num nível intelectual, para alguns policiais nossos é, se torna até um pouco inviável pra eles entenderem por causa do nível técnico e alto que tem. Nós que já temos mais conhecimento educacional, mais facilidade de entender e aprender se torna mais fácil, mesmo tendo o tutor, monitor, sempre tendo apoio nos fóruns, os fóruns ajudam muito, mas tem policiais mais antigos que tem essa dificuldade. Eu vejo só isso ai que é uma pequena falha que eles poderiam usar uma forma mais simples de passar o conteúdo que o nível técnico está se tornando muito alto, mais fora isso ai essa oportunidade o quê que ela gera.

Apesar das dificuldades enfrentadas no processo ensino e aprendizagem mediatizado através de rede, 87,37% dos alunos-policiais apontam que ao encerrarem cursos no AVA da EAD/SENASP estes conhecimentos resultam em novas aprendizagens, 57,89% sinalizam que os conhecimentos servem como motivação para novas leituras, indicando que para os sujeitos que participaram da

pesquisa a rede funciona como espaço virtual de construção de novas aprendizagens.

Gráfico 15: Resultados obtidos com a realização dos cursos da rede EAD/SENASP

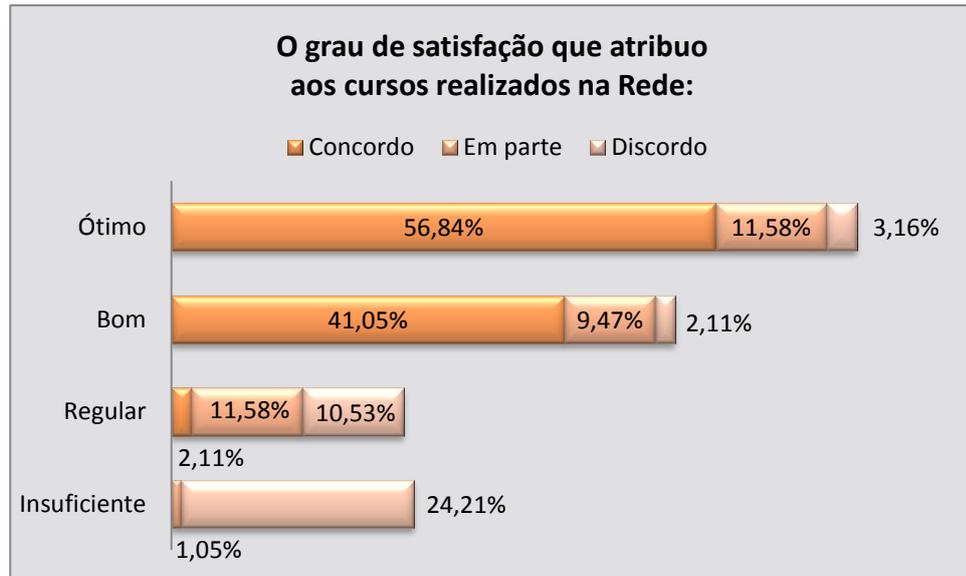


Fonte: PMPI, Companhia de Rondas ostensivas de natureza Especial, pesquisa realizada com policiais militares em novembro de 2011.

Esse dado pode ser melhor analisado observando-se o gráfico nº 11 relativo às áreas para as quais os conhecimentos dos cursos realizados na rede tem contribuído a esses profissionais. Como verificado esse percentual de novas aprendizagens oportunizado pela rede aos profissionais reveste-se em conhecimentos relevantes a área profissional 51,14%, a área pessoal, 36,36% e a área acadêmica, 12,50%. Ou seja, novas aprendizagens que alimentam o agir profissional, e numa outra via, colaboram para a aprendizagem intrapessoal e interpessoal dos profissionais, superando a formação profissional continuada, que segundo os documentos que fundamentam a rede é a sua finalidade, precípua. Os sujeitos nesse sentido, afirmam que na rede:

S11 - Eu venho conseguindo através do PRONASCI, conhecimentos tanto na área militar, como na área psicológica, cursos diversos que me tem sido muito útil, são úteis, pra mim, e para outros colegas. Na realidade, eu consegui conhecimentos que mesmo na minha vida acadêmica dentro de universidade, faculdade, até dentro da polícia eu não consegui.

Essas novas aprendizagens, que fortalecem competências cognitivas, atitudinais e operativas, conforme preceitua a matriz curricular nacional para o agir do profissional de segurança pública, a partir dos conhecimentos produzidos, debatidos, na sala de aula da rede através dos seus 67 cursos ofertados, apontados aqui como significativos para a área profissional e pessoal, é considerado como ótimo para 56,84% dos sujeitos, para 41,05% bom e pelos policiais.

Gráfico 16: Grau de satisfação dos policiais em relação aos cursos da rede

Fonte: PMPI, Companhia de Rondas ostensivas de natureza Especial, pesquisa realizada com policiais militares em novembro de 2011.

É possível afirmar, com fundamento nos dados até aqui apresentados que os índices de satisfação atribuídos aos cursos realizados na rede pelos policiais, são reflexo da contribuição que eles, a partir da rede EAD, têm fornecido para alimentar o processo de formação desses profissionais preparando-os para os desafios de uma profissão onde se opera constantemente com situações extremas de violência física e psicológica, crimes, catástrofes, onde não há limites entre a vida e a morte na preservação da ordem pública, da vida, etc.

O cenário real onde se situam esses profissionais reflete, em nível institucional uma corporação militar, baseada nos pilares da hierarquia e da disciplina, que tem por função constitucional, a preservação da ordem pública através do policiamento ostensivo. Orientados por leis e regulamentos próprios, estão expostos esses agentes estatais, as leis civis e militares podendo os mesmos responder no âmbito civil, militar.

As representações são construídas na efervescência da realidade em que se situa o sujeito, e são influenciadas ainda pela posição que eles ocupam no contexto social do qual fazem parte. No caso específico do nosso estudo investigativo, o soldado, elemento de execução, que tem como função precípua, mais detidamente agir nas ações de policiamento ostensivo, função esta que exige elevado nível de equilíbrio emocional, conhecimento e domínio de conhecimentos jurídicos, técnicos entre outros.

Esse é o cenário de perfil sócio econômico, acadêmico, institucional em que se inserem os sujeitos e o objeto desta pesquisa é na confluência de todas essas características e especificidades que procuramos identificar as representações que são construídas sobre a rede. No primeiro instrumento de coleta já foi possível compreender algumas evidências que se desnudam com maior vivacidade na segunda etapa da pesquisa, construída através da entrevista semi-estruturada. A seguir apresentamos as representações que esses sujeitos constroem em torno desse processo formativo virtual, destacando os sentidos, significados, críticas e sugestões em torno da educação a distância.

5 COM A PALAVRA OS POLICIAIS-ALUNOS: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A REDE EAD SENASP

“A representação não é uma cópia da realidade, um reflexo do mundo exterior, ela é a sua tradução, a sua reelaboração pelo sujeito, que é um sujeito ativo.[...] (Arruda,

O primeiro eixo temático das entrevistas tinha por objetivo identificar as representações elaboradas pelos sujeitos quanto à rede EAD SENASP. Segundo Jodelet (2001, p. 17):

na realidade, a observação das representações sociais é algo natural em múltiplas ocasiões. Elas circulam os discursos trazidos pelas palavras e veiculadas em mensagens e imagens midiáticas, cristalizadas em condutas e organizações materiais e espaciais. [...].

Nessa direção, a etapa de análise dos dados obtidos tanto através do questionário, quanto da entrevista, e o posterior tratamento quanto ao agrupamento dos temas constantes nas entrevistas permitiu identificar que as representações construídas pelos policiais estão ancoradas em uma concepção da rede de educação a distância como possibilidade de ‘formação profissional’ e ‘espaço de oportunidades’.

Os resultados evidenciam que o processo de representação elaborado pelos policiais, é construído a partir de um significado institucional, de caráter prático, através dos conteúdos veiculados na rede que contribuem para o exercício da profissão sinalizando uma compreensão da escola virtual como espaço de ‘formação e oportunidade’, na direção da realidade complexa, dinâmica, técnica, legal, e operativa com que se deparam cotidianamente no exercício da atividade de segurança pública, com suas exigências, peculiaridades, entraves e desafios.

Para além das representações do grupo quanto a rede EAD/SENASP desnudaram-se questões passíveis de questionamentos, dúvidas, inferências e certezas em relação ao estudo desenvolvido.

A emergência da representação dos policiais focalizando a formação e a oportunidade esta ancorada, nos aspectos, institucionais, profissionais, sociais e pessoais que caracterizam o grupo investigado. Onde o policial aluno da rede desenvolve suas atividades laborais? Com o que se depara quando executa as

ações de policiamento ostensivo? O que o exercício da profissão lhes exige quanto aos aspectos psicológicos, técnicos, institucionais e sociais?

Todas as questões acima, entre outras, são significativas para compreendermos porque formação e oportunidade são fundamentais para alimentar e retroalimentar o fazer desses profissionais e representam a rede para eles. O lugar de onde emergem as representações tem uma importância significativa, ou seja, conforme Almeida (2009, p. 724), a noção de representação social na perspectiva Doiseana baseia-se na noção de RS “como princípios geradores de tomadas de posição, ligados a inserções sociais específicas, organizando os processos simbólicos que interferem nas relações sociais.”

A maior ênfase a formação, como representação indica a percepção dos policiais para a construção de conhecimentos, atualizações e aprofundamentos dos conhecimentos profissionais e pessoais que a rede lhes oferece enquanto espaço virtual de formação para as atividades laborais. Estão, portanto, de acordo com a necessidades específicas do grupo.

Os sentidos e significados que os policiais imprimem a escola virtual, estão diretamente influenciados por dois fatores: 1) pela posição que ocupam tanto enquanto profissionais de segurança pública, quanto enquanto soldados, posição essa para a qual lhes é delegada a execução das ações do policiamento ostensivo na estrutura da instituição; 2) e pelas peculiaridades inerentes ao perfil sócio-econômico e educacional do grupo. Assim, torna-se imprescindível, ressaltar que as representações não são construídas de maneira solta, partem de um contexto situacional que segundo Lefevre e Lefevre (2010, p. 22):

As representações são influenciadas pelos atributos ou lugares de onde seus sujeitos portadores falam: nacionalidade, gênero, religião/crença, idade, condição social (lugar que ocupa na estrutura produtiva), nível de instrução, estrutura psíquica, traços de personalidade, profissão/ocupação, estrutura física (portador ou não de enfermidade), história de vida e assim sucessivamente.

Daí a importância de num primeiro momento situarmos os atores do nosso estudo para compreendermos o cenário de onde emergiam essas representações. Esse movimento possibilitou uma visão mais ampla das representações do grupo quanto ao objeto de estudo.

Representar a rede pela formação e pela oportunidade, como veremos adiante esta intimamente relacionado com o espaço em que se situam esses profissionais e todo o entorno que os envolvem social, educacional e institucionalmente. Doise enfatiza a importância da “necessidade e o interesse de se estudar as dinâmicas representacionais exatamente onde elas se produzem, ou seja, no contexto das relações sociais, sendo estas justificadas e antecipadas por aquelas”.

No que diz respeito à formação, a representação aparece com recorrência absoluta nos discursos de todos os sujeitos participantes da pesquisa, conforme consta no quadro nº 3. Interessante verificar que conforme discutido anteriormente, são policiais que possuem um nível de formação acadêmica significativa já que a maioria possui nível superior de ensino, o que lhes favorece uma análise e compreensão mais significativa dos processos de formação no âmbito da instituição e da rede.

Quadro 3: Representações dos policiais-alunos quanto à rede EAD/SENASP

POLICIAIS-ALUNOS	Nº DE POLICIAIS	RECORRÊNCIA
REPRESENTAÇÕES		
Relacionadas a Formação: Na área de segurança pública, com significado prático, voltado para o dia a dia na atuação profissional Vida Pessoal	11	10
Relacionadas a Oportunidade: Avanço, inovação, evolução; De estudo com comodidade, flexibilidade; De interação/relacionamento com outras instituições (PC, BM, GM) e com policiais de outros estados De exercício da docência;		11

Fonte: PMPI, Companhia de Rondas ostensivas de natureza Especial, pesquisa realizada com policiais militares em novembro/dezembro de 2011.

É recorrente nas falas a referência quanto a rede EAD/SENASP como espaço de construção de conhecimento laboral e sua aplicabilidade no fazer segurança pública, as falas a seguir extraídas das entrevistas, ilustram essa representação:

S2 - oportunidade é a abertura de novos caminhos, de novos horizontes onde a gente possa se qualificar, se atualizar por que a gente sabe que a sociedade evolui e com isso nossas técnicas, nossos ensinamentos tem que ser adaptados a atualidade e pela rede EAD a gente pode se atualizar, pode fazer todo esse aprimoramento e absorver aquilo de positivo pra dentro da nossa instituição. Acho que ela tem uma linguagem clara, ela fala

do nosso cotidiano do dia-a-dia independente de onde que a gente seja, o policial de qualquer região todo mundo entende o que tá lá, é uma linguagem que é formal, que dá pra ter um bom entendimento, os cursos constantemente são atualizados com a nossa realidade eu acho que o que mais me chama a atenção é isso aí [...].

S4 - Pra mim foi, é um grande avanço com relação a formação, pra auxiliar os policiais no trabalho do dia-a-dia né? Que a gente tem serviço de rua pra melhorar a questão do conhecimento. A meu ver é muito bom, muito bom você tem cursos lá que realmente lhe auxiliam e auxiliam muito no serviço do dia-a-dia, cursos como abordagem, aspectos jurídicos da abordagem que a gente de vez em quando tem que estar fazendo, agindo ou pra ver até onde a gente pode ir, até onde a gente não pode, alguns posicionamentos e também a questão do instrutor que está sempre, sempre se você incentivar ele, se você cobrar dele, ele estar sempre lhe auxiliando pra mim é muito bom.

Assim como na entrevista, nas respostas ao questionário essa ênfase dos sujeitos a formação que a rede favorece foi recorrente, ela está relacionada aos cursos que são oferecidos através da grade curricular dessa escola virtual, uma vez que conforme se verifica nas falas dos ela traz no bojo dos conteúdos dos cursos bases técnicas, jurídicas, humanas, que fundamentam ações do fazer profissional desses policiais.

Essa formação vem de encontro às necessidades tanto de formação continuada, quanto de aprofundamento da formação inicial a que são submetidos para investidura no cargo e exercício as funções. Essa representação formativa se verifica na descrição minuciosa dos conteúdos elencados pelos sujeitos como relevantes para eles durante os depoimentos nas entrevistas, afastando a suposição de que essa importância estivesse sendo atribuída apenas e tão somente em decorrência da bolsa que recebem para realização dos cursos.

S9 - a gente vê que o nosso trabalho do dia-a-dia do policial ele está sendo reforçado com a questão do conhecimento por esses cursos, exemplo um curso importante que eu vi é uso progressivo a força, você fazer um curso desse você vai ter conhecimento suficiente pra estar atuando na rua e sendo comedido no embate com o delinquente, enfim com a população em geral você vai saber, se você fizer um bom curso.

S11 - mas eu acredito pelo que eu já aprendi como realmente a peça desse quebra-cabeça é que ele facilita, ele dá suporte para que o policial, o indivíduo desenvolva melhor as suas funções.

Percebe-se uma relação estreita entre os dados obtidos no questionário, através do gráfico nº 12, com destaque para os cursos que mais chamaram atenção dos policiais na rede e as falas, construídas através das entrevistas, onde os cursos mais significativos são aqueles que estão mais diretamente relacionados com situações específicas, procedimentos, ou conhecimentos necessários para atender

as mais variadas ocorrências com que se deparam na execução do policiamento ostensivo.

Caruso, Moraes e Pinto, (2005, p. 5), em estudo realizado sobre as escolas de formação policial militar do Rio de Janeiro (PMRJ) e a prática policial constatam que, no caso estudado, “há uma fragmentação do conhecimento profissional de polícia”, respondendo essa formação apenas para o que elas chamam de situações emergenciais.

Tal situação não fica adstrita apenas a PMRJ daí o significado atribuído a rede, ela vem suprindo essa lacuna em termos de formação continuada, uma vez que atualmente não há na Polícia Militar o Piauí em execução uma política de formação continuada dos policiais militares. Estão ocorrendo cursos de formação, exigidos para investidura ou progressão nos postos e graduações, mas não estando o policial nessa situação, a instituição estadual não lhe tem proporcionado a formação de forma continuada. As consequências dessa lacuna, no âmbito da profissão policial é enfatizada por esses autores ao afirmarem que:

A implicação clara desta fragmentação dos procedimentos é que os policiais, no exercício diário de atendimento às demandas da população, operam sem um conjunto único de procedimentos que sustente seu trabalho; o que permite que cada um, isoladamente, crie as suas “próprias técnicas” sem dialogar com uma base comum de mecanismos profissionais, já que estes não estão previamente disponíveis.

A formação propiciada ao policial pode ser comparada a um equipamento de proteção ou segurança que ele utiliza no seu labor diário. Isso fica evidente na própria fala dos policiais quando eles explicam o que os conhecimentos vivenciados construídos na rede lhes possibilita.

S9 - a gente vê que o nosso trabalho do dia-a-dia do policial ele está sendo reforçado com a questão do conhecimento por esses cursos, exemplo um curso importante que eu vi é uso progressivo a força, você fazer um curso desses, você vai ter conhecimento suficiente pra estar atuando na rua e sendo comedido no embate com o delinquente, enfim com a população em geral você vai saber, se você fizer um bom curso, você vai ter aquela **segurança até de agir melhor numa ocasião dessa** (grifo nosso) e por aí vai são vários os cursos direcionados para a atividade policial, para a atividade fim da polícia que é o policiamento ostensivo e eu vejo que a rede ela foi muito feliz nisso em ofertar esses cursos que capacitam mais e mais ainda seus policiais.

S6 – [...] fica com argumento pra você trabalhar na rua, você fica com uma pisada sólida na direção de que está fazendo a coisa você pega mais

conhecimento teórico como a questão da abordagem, os parâmetros de uma abordagem legal ou não, a questão de resguardar o ambiente, o local onde aconteceu um crime e por aí vai, são diversos curso, a questão da prevenção da violência, o papel do policial cidadão com a sociedade então são vários os cursos que eu vejo que tem tudo a ver com a profissão.

A segurança que o policial necessita não se restringe ao uso de equipamentos modernos de alta tecnologia, é preciso saber fazer, saber ser, atuar nas situações complexas ter fundamentação técnica, legal para agir com segurança no atendimento das ocorrências com as quais convivem no exercício da profissão. E essa educação corporativa, pode ser desenvolvida tanto pela modalidade de educação a distância, quanto pela modalidade presencial.

Vale ressaltar, é claro que há alguns procedimentos, técnicos e metodológicos das ações policiais que exigem treinamento, contato físico, como defesa pessoal, tiro defensivo, direção defensiva e ofensiva, abordagem policial, entre outros, apesar de terem um conteúdo teórico, as simulações, treinamentos e orientações são fundamentais para o uso adequado dos mesmos.

Mas a representação, quanto a formação não esta ancorada apenas no aspecto da formação profissional, nas respostas fica explicito que além dos conteúdos profissionais a sala de aula virtual oportuniza conhecimentos que vão além da educação corporativa e estendem-se a formação para a vida pessoal. Se cruzarmos os dados obtidos no questionário, mais especificamente no gráfico nº 11, verificamos que na 1ª etapa da pesquisa eles já destacavam a contribuição da rede para a formação profissional e pessoal.

Ao responderem a esta questão, conforme vimos na análise dos dados referentes ao referido instrumento, 51,14% dos sujeitos afirmaram que a rede contribui para sua formação profissional, 36,36% para formação pessoal e 12,50% para formação pessoal.

É interessante, destacar que no conteúdo das entrevistas se observa os desdobramentos da aprendizagem da rede para questões de inter-relacionamento e formação psicológica. As falas a seguir comprovam esse aspecto.

S10 - Tem também um curso muito bom que foi de psicologia um curso excelente porque ele faz com que a gente abra a nossa mente pra vida pessoal, pra vida profissional e no trato com as pessoas. Então esses cursos, eles são muito bons pra nos preparar realmente no nosso trabalho, no dia-a-dia e não tem só esses não tem vários outros cursos lá que eu fiz e que me ajudaram bastante no meu trabalho aqui, na Polícia e fora no trato com os amigos no mundo civil, que a gente não tem amigo só polícia a gente tem amigo civil também, então no mundo civil. A questão a

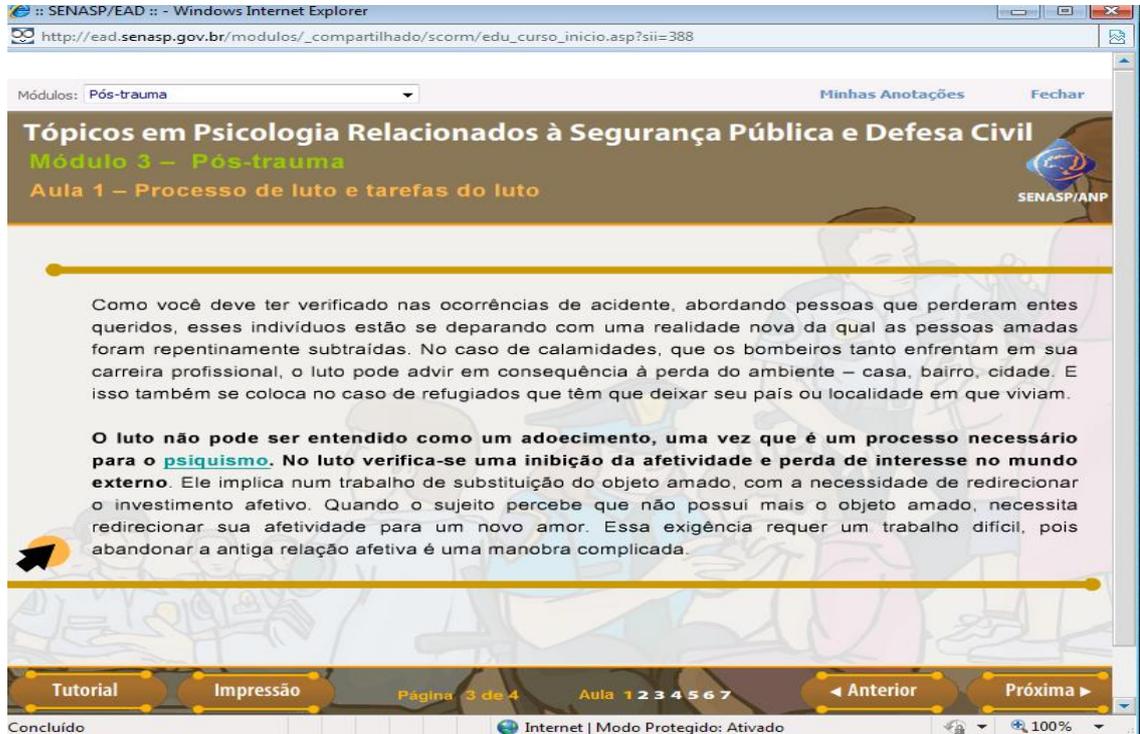
compreensão porque quando a gente é só civil a gente trata as pessoas de uma forma, quando a gente passa a ser polícia eu acho que quando agente vai tratar os civis a gente já quer tratar como militares a gente não aprende a diferenciar lá na formação militar eles não ensinam a gente a diferenciar, acham que a gente vai trabalhar só como polícia e com esse curso de psicologia da SENASP me ajudou bem nisso aí é deus lá no mundo civil nos meus amigos, porque às vezes eu ia jogar bola lá com os meninos, com o civil e dizia toca a bola muchiba, pera aí não tô trabalhando com polícia não, tô trabalhando com civil a partir daí a gente aprendeu a diferenciar, sabe? Civil com civil, militar com militar e assim vai.

O curso, de psicologia a que se refere o sujeito S10 – é referenciado por outro policial que afirma enfaticamente sua contribuição para a construção de conhecimentos que não são especificamente da área de segurança pública, mas que se tornam significativos para o seu processo de formação pessoal, suas vivências, alcançando de qualquer maneira o homem policial. A fala expressa de forma contundente essa abrangência da rede EAD.

S11 – [...] eu venho conseguindo através do PRONASCI conhecimentos tanto na área militar, como na área psicológica, cursos diversos que me tem sido muito útil, são úteis pra mim, e para outros colegas. Na realidade, eu consegui conhecimentos que mesmo na minha vida acadêmica dentro de universidade, faculdade, até dentro da polícia eu não consegui. Quando a gente fala eu participei de um curso que falava sobre a questão do luto e eu não tinha a ideia, quando a gente fala em luto a gente associa geralmente a pessoa que morreu e tudo, mas não, o luto na realidade é o espírito da gente adoecido, esse luto pode ser manifestado de várias formas e por vários motivos pela questão sei lá de um parente que venha a faltar, um problema que a gente tenha no trabalho, um ônibus que a gente deixa de pegar tudo aquilo que de alguma forma adoce o espírito da gente é uma forma de luto. Conhecimento esse que eu não adquiri em casa, eu não adquiri na minha vida acadêmica, não adquiri na polícia, adquiri através desses cursos da rede.

O conhecimento a que se refere o policial S11, consta no curso de Tópicos em psicologia relacionados à segurança pública e defesa social, oferecido através da rede, o conteúdo que ele expressa em sua fala pode ser verificado na página do curso abaixo transcrita que nos dá uma visão exata do que fora relatado na entrevista.

Figura 10: Página do curso Tópicos em psicologia relacionados à segurança pública e defesa civil. Módulo 3/Aula 1



Fonte: Rede de Educação a distância da Secretaria nacional de Segurança pública

Esse direcionamento para formação profissional e pessoal, esta em na direção do que prevê a matriz curricular nacional para a formação dos profissionais de segurança pública quando ressalta a necessidade de que as ações formativas privilegiem o desenvolvimento de “competências cognitivas, operativas e afetivas (MCN, p. 6).

À luz desses dados é possível afirmar que apesar da representação do grupo quanto a rede estar muito centrada na formação para a atividade policial sobrevêm, secundariamente, sentidos e significados da rede para além do aspecto profissional, ou seja, a rede é um espaço onde circulam conhecimentos que lhes orientam para a vida, para as relações pessoais, sociais, familiares, saúde física e psicológica.

Em vista desses sentidos e significados a escola pra eles, conforme afirmam, é um ‘caminho’ a ser percorrido na educação corporativa em segurança pública é um “canal’ que:

S2 – [...] sem falar das oportunidades que ela oferece pra gente em termos de qualificação pra mim a Rede EAD hoje é o **caminho** (grifo nosso) que o Governo Federal pode investir com certeza pra atividade policial é um

suporte que as instituições estaduais necessitam e que esse processo deve continuar porque tudo que é investido em prol da educação tem resultado e com o objetivo de melhorar o serviço prestado a sociedade esse é de crucial importância em nível de governo, com apoio da rede EAD.

Nas entrelinhas do discurso, é possível perceber a lacuna quanto à situação da formação continuada a nível local, tanto que o policial enfatiza a rede como suporte para os estados, situação essa reafirmada também quando entre as sugestões apontadas pelos policiais, em uma delas constata-se a indicação para inserção dos cursos da rede no ensino presencial, aproveitando-se os conteúdos para a formação policial nos centros de formação e academias de polícia.

S2 - eu acho que aquele método de ensino deles não deveria ser só a nível Federal, acho que no Centro de Formação dos Praças e Oficiais já devia se informatizar mais, dar um suporte maior e aproveitar bem esses cursos que são oferecidos no SENASP, porque as disciplinas que são cobradas no CFAP a gente muitas vezes a gente já tem pela SENASP e eles poderiam aproveitar isso através o sistema de informação para qualificar ainda mais o nosso aprendizado.

O que não deixa de ser algo possível uma vez que a matriz curricular (MCN, p.37) já prevê essa possibilidade, quando prevê e aponta suas possibilidades em relação a formação:

Por ter dentre seus objetivos a ampliação do conhecimento na área de Segurança Pública e o acesso à tecnologia, muitos centros de formação e academias estão utilizando os cursos da Rede Nacional de Educação a Distância como parte dos currículos das Ações Formativas que executam na modalidade presencial. Tais arranjos permitem uma dinamicidade ao currículo, possibilitam a integração dos profissionais, minimizam custos e promovem a unidade de pensamento e ação.

E mais, os policiais especificam o cliente para o qual essa formação repercutirá a partir da ação desse profissional, a sociedade. No bojo das entrevistas em diversas falas é possível identificar essa relação entre a formação policial e os seus resultados, a prestação do serviço de segurança pública à sociedade. Na fala do sujeito S5, verifica-se essa manifestação:

S5 – [...] quanto mais conhecimento a gente tiver melhor a atuação nossa na sociedade, melhor reflete na sociedade então essa ligação aí que eu faço, aumenta realmente o conhecimento, que facilita tudo tanto pra nós como pra sociedade em si, que a que mais necessita da nossa presença e da nossa atuação de forma correta.

Essa manifestação nos conduz a inferir na reafirmação da importância que a escola virtual representa e essa indicação de sugestões são produto do que os próprios alunos expressam em termos das fragilidades.

Nesse sentido, a análise dos dados permitiu identificar essas fragilidades em relação a rede, as quais precisam ser contornadas a fim de garantir a efetividade no processo de formação que vem sendo delineado. A questão da avaliação tanto docente, quanto discente, a frequência virtual pelo próprio aluno matriculado e não por outros, a seleção de tutores, foram aspectos apontados pelos sujeitos que precisam melhorar.

S2 - Eu queria criticar porque eu acho que de um ciclo para o outro, eu, por exemplo, nesse último ciclo mesmo eu perdi estava numa viagem e não teve como eu fazer minha matrícula e demora muito, 3 meses, chega 3 a 4 e se possível eu queria que a Rede EAD disponibilizasse mais cursos, mais ciclos num período curto de tempo porque eu acho que quando a gente começa a incentivar o estudo é um processo contínuo se a gente começa hoje, vai num ritmo e a gente chega a perder um ciclo e passa 8 meses parado isso prejudica o aprendizado e o estudo deve ser continuado sempre.

S5 - O único aspecto que eu vejo de negativo e que é até difícil de ser controlado, é a questão de muitos policiais dizerem que faz o curso e agente ver que são outras pessoas que estão fazendo.

S8 - O lado negativo que eu acho mesmo é esse negócio, teria que ter um controle maior eu não sei definir como seria a questão da prova presencial mesmo, pra mim a prova deveria ser presencial, sendo presencial ou você estuda ou não passa ou você cumpre todas as etapas ou você não passa na prova, pra mim tinha que ser presencial.

É importante destacar que nos dados coletados e analisados observou-se que, assim como emergiram as fragilidades relativas à questão da presencialidade pelo próprio aluno na rede, a polêmica quanto à avaliação da aprendizagem no ambiente virtual, o período curto para inscrições segundo o sujeito S2, entre outras, como se pode observar no gráfico nº 14 (acesso a rede, interação com a turma, interação com o tutor).

Em que pese os aspectos acima, a representação pela oportunidade, foi outra categoria evidenciada no estudo, conforme consta no quadro nº 3, que nos conduz a uma reflexão. Oportunidade, por quê? Não estaria sendo desenvolvido um processo de formação continuada através da política estadual de segurança pública? Assim, a rede seria esse espaço inovador, de realização de cursos significativos, de interação, discussão, de troca virtual, partilha de experiências sobre

os problemas, erros, acertos relativos a atuação profissional entre policiais das mais diferentes regiões do país, de exercício da docência por parte?

Essa oportunidade vem preencher um vazio formativo que não tem sido permanentemente proporcionado a esses profissionais. Sabe-se de casos em que o policial só foi à escola de formação policial quando da realização do curso de formação inicial. Tanto que um dos sujeitos no instrumento questionário ressalta como sendo uma iniciativa histórica, essa preocupação com a formação. Sinalizando para oportunidade de atualização, de interação com outros profissionais de segurança pública de outros estados, de troca de experiências,

S10 [...] então essa rede SENASP, e eu não sei nem se o objetivo do ministério da justiça se era esse porque ele trouxe pra nós essa oportunidade da gente interagir com os outros.

S18 - Pra mim é algo inédito na história das policias militares do Brasil essa preocupação com o bom desempenho da atividade policial militar aprendemos as coisas que não vimos nem no curso de formação.

Nas entrevistas, verifica-se também a representação da rede como oportunidade. Nas falas transcritas a seguir, os policiais participantes do estudo destacam os aspectos centrais dessa representação, alicerçados na oportunidade de qualificação, interação, da formação profissional flexível, cômoda, do aprofundamento dos conhecimentos adquiridos nos cursos e formação inicial.

S2 – oportunidade é a abertura de novos caminhos, de novos horizontes onde a gente possa se qualificar, se atualizar por que a gente sabe que a sociedade evolui e com isso nossas técnicas, nossos ensinamentos tem que ser adaptados a atualidade e pela rede EAD a gente pode se atualizar, pode fazer todo esse aprimoramento e absorver aquilo de positivo pra dentro da nossa instituição.

S4 – Durante o CFAP a gente aprendeu, tudo, todas aquelas teorias e nem tudo a gente vê no dia-a-dia e naqueles cursos lá a gente tem a oportunidade de estar aprendendo mais e aprimorando ainda mais, por isso que eu falei da questão de conhecimento [...]

S5 - Essa oportunidade, o quê que ela gera? Ela gera a facilidade, a flexibilidade de horário pra você ampliar seus horizontes seus conhecimentos na área em que a gente atua, que é a área de segurança pública, é isso a Rede EAD é muito boa eu gosto demais.

Machado (2010, p. 13), ao discorrer sobre a EAD, via internet, como é o caso da rede da SENASP, destaca algumas vantagens dessa modalidade de educação que se insere no contexto do campo representacional da oportunidade, construído pelos sujeitos ao destacar que a EAD:

[...] É mais flexível quanto aos horários e locais de acesso; pode ser utilizada desde a formação continuada e, até mesmo, para cursos de

graduação e pós-graduação, oferecendo um amplo aspecto de ensino; a possibilidade de interação entre os envolvidos (professores, alunos, tutores etc) [...]

Em contrapartida, sobrevieram ainda, em relação a educação a distância desconfianças quanto a seus resultados. Dois entre os 11 policiais que participaram da etapa das entrevistas admitiu ter inicialmente uma descrença quanto à efetividade dessa modalidade de ensino. Algo esperado já que no âmbito social, educacional há nos dias atuais questionamentos, inferências afirmações das mais variadas, que envolvem a efetividade, validade, qualidade do processo ensino e aprendizagem em seu contexto.

S3 – Eu acho que a Rede EAD é produtiva que ela está funcionando. Inicialmente eu não acreditava muito e hoje eu vejo que realmente é um trabalho responsável porque quem faz o estudo é o aluno, o aluno é que se interessa, claro tem muita coisa pra ser melhorada, o acompanhamento, eu acredito que tem muita forma de burlar esse estudo, mas eu vejo que o aluno que se interessa, que realmente quer aprender, que quer informações com certeza ela é válida.

S6 - uma coisa que você começa sem acreditar tanto, mas que no final você vê um resultado bem agradável. Acho eu por isso é a questão da competência.

Algo esperado, já que no âmbito social, educacional há nos dias atuais questionamentos, inferências afirmações das mais variadas, que envolvem a efetividade, validade, qualidade do processo ensino e aprendizagem em seu contexto. Essa desconfiança, segundo Teperino (2006, p. 19) revela que:

O preconceito em relação a cursos a distância é, também, um desafio cultural que vem mudando na medida em que os cursos vão sendo implantados, e que deles participam professores e pesquisadores com muita respeitabilidade na comunidade educacional. Os resultados das pesquisas sobre EAD vêm contribuindo muito nesse sentido, pois sinalizam a seriedade e a boa qualidade na produção dos materiais e no acompanhamento dos alunos que, por sua vez, revelam satisfação com o nível de exigência dos cursos. Entretanto, não se pode desconhecer que ainda existem pessoas que vêem essa modalidade de educação com reservas e questionam a estratégia de aumentar a inclusão, visando à redução de custos com a educação.

Assim, apesar das dúvidas iniciais, observa-se em ambos os posicionamentos que houve uma mudança de concepção quanto a educação mediada através do ambiente virtual de aprendizagem, a validade quanto a efetividade na participação discente e a produção de resultados, segundo eles foram fatores que contribuíram para essa mudança de postura em relação a rede.

É importante destacar que foi possível identificar entre os sujeitos posicionamentos como o comentado por Teperino na citação acima. Entre os 11 entrevistados, 01 afirmou preferência pela educação presencial e justifica sua afirmativa afirmando que:

S3 – Eu vejo que com certeza nada melhor do que o presencial pra nós da Segurança pública os cursos oferecidos porque com certeza teriam um aproveitamento muito maior se fossem presencial né? Porque exige prática, mas enfim a parte teórica e até a questão de demonstrações que agora eles estão fazendo algumas representações, figuras e tudo acredito que funcione, mas nada que substitua o presencial pra Segurança Pública acho que o presencial seria o ideal.

A opção do policial reflete a importância do contato presencial para o desenvolvimento do conhecimento prático inerente ao fazer, ao operar, que alguns conteúdos exigem para o desenvolvimento de algumas competências, tais como as práticas de abordagem, tiro defensivo, defesa pessoal entre outros. Vale ressaltar que Lévy, (2006, p.19) faz um comentário relevante acerca do meio ser virtual ou presencial, para ele:

É preciso colocar as pessoas nessa situação de curiosidade, nessas possibilidades de exploração. Não individualmente, não sozinhas, mas juntas, em grupo. Para que tentem se conhecer e conhecer o mundo a sua volta. Uma vez compreendido esse princípio básico, todos os meios servem. Os meios audiovisuais interativos, os mundos virtuais, os grupos de discussão, tudo o que quisermos.

Esse “conhecer e conhecer o mundo a sua volta”, nada mais é do que a modalidade de ensino, com a metodologia que seja e o docente que esteja mediando, consigam favorecer um processo ensino e aprendizagem significativo para esse aluno. Não será o espaço da sala de aula virtual ou da sala de aula presencial, com seus possíveis aparatos tecnológicos que garantiram a efetividade desse processo educativo, mas os sentidos e significados que se dê a eles.

Além da representação construída em torno do objeto, EAD/SENASP, a investigação possibilitou atingir um dos objetivos delineados para o estudo, identificar as contribuições da rede para o exercício da atividade de segurança pública, quando entrevistados, os policiais foram convidados a falarem um pouco da relação entre os cursos oferecidos na rede e a prática profissional por eles desenvolvida. Os resultados, categorizados, analisados e organizados conforme no quadro a seguir apontam para o resultado efetivo desse processo formativo via ambiente virtual de aprendizagem.

Quadro 4: Contribuições dos cursos da Rede EAD/SNASP para o exercício da atividade profissional

POLICIAIS-ALUNOS	Nº DE POLICIAIS ENTREVISTADOS	RECORRÊNCIA
CONTRIBUIÇÕES		
No âmbito profissional: Conhecimento legal Conhecimentos técnicos Conhecimentos para a atividade administrativa Base para as ações do dia-a-dia Consciência dos seus direitos Segurança no exercício da função Melhora o relacionamento com seus pares e demais profissionais Melhora no relacionamento com a sociedade	11	11
No âmbito pessoal: Melhora a convivência com as pessoas: no trabalho, em casa e com a sociedade Conhecimento para saúde física e psicológica		04
No âmbito social: PoliciaI qualificado/serviço de segurança prestado com qualidade		03
No âmbito institucional: Transformações na estrutura das instituições policiais Oportunidade para o exercício da docência		02

Fonte: PMPI, Companhia de Rondas ostensivas de natureza Especial, pesquisa realizada com policiais militares em novembro/dezembro de 2011

Essas contribuições abrangem a formação para atuação profissional, 11 entre os 11 entrevistados, ressaltam que a rede contribui para construção de conhecimentos legais, jurídicos, de base para as ações do dia-a-dia; 04 policiais enfatizam resultados no âmbito da vida pessoal; 03 para o social e 02 para o institucional. As falas comprovam o que já ficou evidente nas respostas ao questionário, quando foram interrogados quanto às contribuições que os cursos da rede tinham oferecido, onde foi possível afirmar que essa formação transcende o aspecto da formação profissional e se desdobra em conhecimentos para a vida pessoal e até mesmo acadêmica.

S1 – Eu posso citar como um curso que eu mesmo fiz na rede EAD que nós podemos utilizar muito no dia-a-dia principalmente os policiais que estão diretamente na rua como o de identificação veicular onde fornece dados e conhecimentos sobre identificação de veículos conforme as normas do Código de trânsito, CONTRAN, DENATRAN, onde você pode identificar se o veículo é roubado, é clonado, se a placa foi adulterada, se há alguma adulteração em chassi, em placa em motor, no vidro, dentre ou outros cursos. Outro curso que eu posso citar que nós podemos utilizar muito no dia-a-dia é o de Busca e apreensão, onde você tem os conceitos básicos do

que é busca, apreensão, quais são os casos em que você pode fazer uma busca e apreensão, quais os casos que você precisa ou não do mandato de busca e apreensão então é de grande e extrema importância para o policial militar, pro policial civil, pro agente penitenciário, para quem trabalha com segurança pública enfim, porque são conhecimentos que você pode utilizar o no dia-a-dia,

S5 – Eu vou citar um exemplo de um curso que eu fiz, que é Técnica de abordagem policial, que é o que diariamente a gente faz e com certeza melhorou muito isso aí, melhorou muito o nível do meu conhecimento, é também Aspectos jurídicos, porque muitas vezes o nosso preparo no curso de formação, tá certo deu uma base mais quanto mais conhecimento a gente tiver melhor a atuação nossa na sociedade, melhor reflete na sociedade então essa ligação aí que eu faço, aumenta realmente o conhecimento, que facilita tudo tanto pra nós como pra sociedade em si, que a que mais necessita da nossa presença e da nossa atuação de forma correta.

Nas falas ficam expressas as contribuições dos cursos para o exercício da atividade policial, os cursos fornecem conhecimentos, técnicos, legais que fundamentam suas ações e que segundo eles, se reflete na qualidade do serviço prestado à sociedade. São conhecimentos práticos, que auxiliam nas ações diárias e que por isso mesmo são significativos para a representação que eles constroem da rede enquanto formação e oportunidade como já fora discutido.

Entre os entrevistados, no que diz respeito às contribuições no âmbito profissional chama atenção para o posicionamento do sujeito S8 quanto a essa questão revelando que a rede também contribui para formação crítica do policial em relação ao conhecimento quanto aos direitos que lhe são devidos.

S8 - pra mim eu utilizo muita coisa que eu vejo lá é Direitos humanos, o respeito às leis que existem até a questão de você cobrar também do sistema de Segurança pública, **certos direitos que você achava nem que tinha mas que lá o curso lhe diz que você tem e que deve ser respeitado.** (grifo nosso).

A rede auxilia também nas situações da vida pessoal através dos cursos como já descrito, os policiais destacam conhecimentos que tem favorecido seus relacionamentos institucionais, familiares, pessoais.

S10 – Olha dos cursos que eu já fiz, foram vários cursos eu tenho feito tem um conteúdo muito bom e que ajuda a gente lá na hora o trabalho nosso no dia-a-dia, na convivência com as pessoas, no trato com as pessoas, no trato com os companheiros de trabalho, no nosso relacionamento pessoal em casa eles tem um trabalho muito bom.

S28 - Melhoramento na vida social e profissional;

S54 - Mais esclarecimentos no tocante ao desenvolvimento profissional e pessoal.

S57 - Melhorou o meu perfil profissional e a relação social em determinadas situações;

Nesse espectro a rede favorece, segundo eles, no aspecto social através da qualificação policial, pois esse processo formativo melhora a qualidade do serviço prestado a sociedade, assim como no relacionamento com a mesma.

S5 – [...] quanto mais conhecimento a gente tiver melhor a atuação nossa na sociedade, melhor reflete na sociedade então essa ligação aí que eu faço, aumenta realmente o conhecimento, que facilita tudo tanto pra nós como pra sociedade em si, que a que mais necessita da nossa presença e da nossa atuação de forma correta.

Por fim, sobrevieram ainda as contribuições na sala de aula virtual para o próprio ambiente institucional, através da transformação na estrutura da instituição policial ir além de favorecer a oportunidade para que os policiais desenvolvam atividades como tutor da rede já que no nível das escolas de formação estaduais os soldados, não podem atuar como instrutores nos cursos de formação nos centros de formação e nas academias de polícia.

Todas as contribuições da rede elencadas pelos policiais nos levam a refletir em torno o que afirma Balestreri (1988, p.28):

O agente de Segurança Pública é, contudo, um cidadão qualificado: emblematiza o Estado, em seu contato mais imediato com a população. Sendo a autoridade mais comumente encontrada tem, portanto, a missão de ser uma espécie de “porta voz” popular do conjunto de autoridades das diversas áreas do poder. Além disso, porta a singular permissão para o uso da força e das armas, no âmbito da lei, o que lhe confere natural e destacada autoridade para a construção social ou para sua devastação. O impacto sobre a vida de indivíduos e comunidades, exercido por esse cidadão qualificado é, pois, sempre um impacto extremado e simbolicamente referencial para o bem ou para o mal-estar da sociedade.

Nesse cenário de responsabilidades, poderes e repercussão da atuação desses agentes, é que se pode compreender a dimensão da importância que eles atribuem a rede de formação virtual, elaborando representações que circundam o agir profissional.

As representações construídas quanto à rede e a contribuição dos cursos para a atividade dos policiais movimentam-se de forma dinâmica no âmbito das relações institucionais e a partir da posição funcional e social que esses policiais ocupam. Formação, oportunidade, esta representada a partir dos sentidos e

significados da rede para esses policiais, auxiliando na formação de conhecimentos que contribuem para a atuação profissional, para as vivências pessoais, institucionais e sociais que fazem parte do cotidiano deles.

Os resultados obtidos mediante a pesquisa possibilitou identificar não só os objetivos orientadores do estudo, mas contribuiu para sinalizar aspectos significativos para a formação policial, tanto através da própria rede, quanto em relação ao ensino presencial, os pontos críticos e revelou que a educação a distância necessita ser investigada com maior profundidade na perspectiva dos alunos que a integram.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação a distância, assim como a formação policial representam um desafio ao sistema educacional brasileiro. A educação corporativa torna-se fundamental para a formação do profissional de segurança. Independente da modalidade de educação, o policial necessita atualizar seus conhecimentos para o desenvolvimento das competências imprescindíveis ao exercício da profissão.

Nesse sentido, o estudo desenvolvido permitiu identificar que a representação da rede é construída pelos policiais a partir da posição funcional e institucional que eles ocupam na escala hierárquica da instituição, daí a representação da rede por meio da formação e da oportunidade, onde se destaca conhecimentos técnicos, legais para o exercício da atividade o que revela resultados significativos quanto à escola virtual, no que diz respeito ao grupo investigado, uma vez que na perspectiva deles ela vem cumprindo sua finalidade precípua, proposta no âmbito dos seus objetivos, enquanto escola virtual de formação continuada.

Essas representações se tornam essenciais, por que desnudam na perspectiva dos sujeitos que convivem com o objeto suas nuances, seus problemas, importantes para nortear estudos, pesquisas, implementar mudanças em torno não só da rede, mas de forma mais abrangente no âmbito institucional do qual fazem parte.

A pesquisa aponta não só para a importância que a rede assume enquanto espaço de formação profissional continuada, mas principalmente como ambiente de construção do conhecimento que transpõe os limites do conhecimento técnico profissional revelando seus desdobramentos na formação de homens e mulheres e, sobretudo para a qualificação da prestação do serviço de segurança pública à sociedade, revelando um papel social de extrema relevância da rede EAD, pelo menos no que diz respeito aos sujeitos participantes da pesquisa.

Em que pesem as representações se situarem num polo positivo, vale ressaltar que não deixaram de vir a tona, as deficiências, apontando que a rede não é um espaço de ensino e aprendizagem perfeito, mas ao contrário, possui fragilidades para as quais é preciso pensar, aprofundar, estudos, pesquisas científicas, metodologias e iniciativas que otimizem seus resultados na formação corporativa dos profissionais de segurança pública.

Ainda assim, para um estado, como é o caso do Piauí em que atualmente há uma escassez significativa de formação continuada, a rede quando bem utilizada, pelos docentes e discentes revela-se como uma escola virtual produtiva, com reflexos na formação e atuação desse profissional.

A pesquisa desenvolvida permite afirmar que é preciso pensar urgentemente numa política de formação continuada estadual que dê conta de manter uma estrutura de formação dinâmica, ativa, constante para os policiais militares já que as mudanças na estrutura social em todos os seus aspectos também acompanha esse movimento ensejando a necessidade de que esses agentes estatais estejam constantemente atualizados, ampliando e construindo conhecimentos acerca das questões técnicas, humanas, legais, institucionais, entre outras, que contornam as ações e que são primordiais para a orientação, fundamentação e segurança na tomada de decisão inerente às ações da prática ostensiva.

Visualiza-se a partir dos resultados a necessidade de ampliar esse estudo com vistas a identificar as semelhanças e diferenças dessas representações e contribuições em relação aos demais profissionais de segurança pública, policiais civis e bombeiros militares que também frequentam as salas de aula virtual da rede nesse processo de formação, considerando as especificidades laborais, institucionais próprias dessas corporações, o que lhes confere posições profissionais e sociais diferentes dos policiais militares e que, portanto, podem interferir na representação construída e nas contribuições da rede.

No caso específico dos sujeitos participantes do estudo foi possível visualizar a importância que a EAD/SENASP tem no contexto da formação desses agentes e mais que eles próprios reconhecem a necessidade dessa formação e de oportunidades como as que a rede lhes oferece, constatando que é possível aprender virtualmente com relevância e resultados efetivos.

Portanto, na contra mão dos discursos que ainda persistem em se estabelecer no cenário educacional quanto à efetividade ou não da modalidade de educação a distância, o estudo aqui desenvolvido nos permite afirmar que é preciso intensificar os estudos sobre representações e educação a distância. Na medida em que qualquer julgamento generalizante pode tornar-se inapropriado e desprovido de validade considerando os resultados aqui apresentados.

A educação corporativa de homens e mulheres que compõe o efetivo dessa instituição seja na modalidade presencial ou distância confere a segurança pública a possibilidade de associar a um conjunto de outras medidas qualificar esses profissionais para o desafio da preservação da ordem pública tão necessária e tão essencial nos dias atuais, a qual não poderá ser mantida sem esforços conjuntos entre a sociedade e as instituições públicas, na busca da paz social tão desejada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **História da instrução pública no Brasil** (1500 – 1889). Tradução e Antonio Chizzotti, - São Paulo: EDUC; Brasília, DF: INEP/MEC, 1989.

ALVES, João Roberto Moreira. A história da EAD no Brasil. In: LITTO, Frederic M.; FORMIGA Marcos (org). **Educação a Distância: o estado da arte**. São Paulo. Pearson Education do Brasil, 2009, p. 2.

ANEMONE, Louis. Como Nova York reduziu as armas ilegais. In: **Insegurança pública: reflexões sobre a criminalidade e a violência urbana**. São Paulo: Nova Alexandria, 2002, p. 149.

ANÁDON, Marta. A pesquisa dita “qualitativa”: sua cultura e seus questionamentos. UNEB/QAC. 2005, p 11.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO E EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA, 2008. Coordenação Fábio Sánchez, 4 ed. São Paulo: Instituto Monitor, 2008. Disponível em: http://www.abraead.com.br/anuario/anuario_2008.pdf. Acessado em: 13/01/2011 22:34.

ARRUDA, Angela. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. **Cadernos de pesquisa**. N.117, p. 127-147, novembro, 2002, p. 129.

AZEVEDO, Rosanete Alves de; BIAGIOTTI, Luiz Claudio Medeiros; RESENDE, Regina L. S. de. Implantação do ensino a distância via WEB na Marinha do Brasil. In: RICARDO, Eleonora Jorge. (Org.). **Educação corporativa e educação a distância**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005, p. 183.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1994.

BARATO, Jarbas Novelino. **Educação profissional: saberes do ócio ou saberes do trabalho**. São Paulo: SENAC, 2004, p. 229.

_____. **Escritos sobre tecnologia educacional e educação profissional**. São Paulo: SENAC, 2002.

BAYMA, Fátima (Org.). Educação a distância e educação corporativa. In: **Educação corporativa: desenvolvendo e gerenciando competências**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004, p. 22, 25, 55.

BALESTRERI, Ricardo Brizola. **Direitos humanos coisa e polícia**. Rio Grande do Sul, CAPEC, 1988, p.28.

BIANCHETTI, Lucídio; QUARTIERO, Elisa Maria. A expansão dos espaços tempos da educação: à guisa de apresentação. In: **Educação corporativa: mundo o trabalho e do conhecimento aproximações**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; São Paulo: Cortez, 2005, p. 9-18.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. Características da investigação qualitativa. In: *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto, 1994, p. 50.

BRASIL, SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA/SENASP. **Matriz Curricular Nacional para as ações formativas dos profissionais da área de Segurança Pública**. Disponível em: <<http://www.senasp.gov.br>> Acesso em 20 de maio de 2010.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: a era da informação economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e terra, 2009, p. 69.

CAMPOS, Fábio Gonçalves; FILHO, Jorge Ramos e Lima; SILVA, Jeane N. F. 2009. Monografia. **Impactos dos cursos da EAD da SENASP no Batalhão de Choque da Polícia Militar da Bahia**. 23f.(Curso de Especialização em prevenção da violência, promoção da segurança e cidadania). Escola de Administração, Núcleo e Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2009.

COSTA, Danyelle Monte F. da Costa. Violência e família um estudo psicossociológico.http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRA_PSO/.pdf. Acessado em 05/05/2011 22:30.

COUTINHO, M^a Penha *et al.* **Depressão um sofrimento sem fronteiras: representações sociais entre crianças e idosos**. In: *Psico-UFS*, v.8, n.2, p. 183-192, jul/dez 2003, p.186.

DELORS, J. A educação para o século XXI: questões e perspectivas. Porto Alegre Artmed, 2005.

DUVEEN, Gerard. O poder das ideias. In: MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003, p.15.

EBOLI, Marisa. Educação corporativa no Brasil: mitos e verdades. São Paulo: Editora Gente, 2004, p. 63.

FAZENDA, Ivani. FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17^a ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p. 157.

FERREIRA, Olívia Galvão Lucena *et al.* **Significados atribuídos ao envelhecimento: idoso, velho e idoso ativo**. *Psico-USF*, v.15, n.3, p. 357-364, set/dez, 2010. p. 359.

FLAMENT, Claude. Structure et dynamique des representations sociales. In: JODELET, Denise. (org). **Les représentations sociales**. Paris: Press Universitaires de France, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17^a ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p. 157.

FRANCO, Maria Laura P. B. **Análise de conteúdo**. Brasília, 3ª ed: Liber Livro, 2008, p. 43.

FORMIGA, Marcos. A terminologia da EAD. In: LITTO, Frederic M.; FORMIGA, Marcos (org). **Educação a Distância: o estado da arte**. São Paulo. Pearson Education do Brasil, 2009, p. 39.

GADOTTI, M. O ciberespaço da formação continuada: educação à distância com base na internet. In: GADOTTI, M. (Et All). **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000, p. 249-265.

GIL, Antonio Carlos. Pesquisa social. In: Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. E ed. São Paulo: Atlas, 2006, p. 44.

GUARESCHI, Pedrinho A. “Sem dinheiro não há salvação”: ancorando o bem e o mal entre neopetencostais. In_____ GUARESCHI, Pedrinho A; JOVCHELOVITCH, Sandra. (Org). **Texto em representações sociais**. 8.ed. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 212.

HABERMAS, J. **Técnica e ciência como “ideologia”**. Lisboa: Edições 70, 2006, p. 45-92.

JODELET, Denise. Representações sociais um domínio em expansão. In_____ JODELET, Denise (Org.) **As representações sociais**. Rio de Janeiro. Ed Uerj, 2001. p. 11 -17, 21 – 23, 25,26, 35, 41.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações Sociais e esfera pública:a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 59, 63.

KAHN, Tulio. Cidades Blindadas: ensaios de criminologia. São Paulo. Brasiliense e Associados: Sicurezza, 2002, p. 84-85.

KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. Campinas – SP: Papyrus, 2007. p, 23, 28, 42, 82.

LANDIM, C. M. das M. P. F. **Educação à distância: algumas considerações**. Rio de Janeiro: [s.n], 1997. 146p. 1997.

LANE, Silvia Tatiana Maurer, Usos e abusos do conceito de representação social. IN_____ SPINK, Mary Jane (Org). **O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 2004 p. 59, 63.

LEME, Maria Alice V. da Silva. O impacto da teoria das representações sociais. IN_____ SPINK, Mary Jane (Org). **O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LITTO, Frederic M. O retrato frente/verso da aprendizagem a distância no Brasil 2009. **ETD – Educação Telemática Digital**, Campinas, v.10, n.2, p.108-122, jun. 2009.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, Mari E. D. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986, p. 37, 48, 146-147.

MANUAL DE INSTRUÇÕES GERAIS PARA A CORRESPONDÊNCIA, AS PUBLICAÇÕES E OS ATOS ADMINISTRATIVOS NO ÂMBITO DO EXÉRCITO. IG 10-42. Portaria nº041, de 18 de fevereiro de 2002. Ministério da defesa – Exército Brasileiro. EGGCF, 2002, p. 42.

MANUAL DO TUTOR REDE EAD/ SENASP.setembro 2008. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/Senasp/data/Pages/MJE9CFF814ITEMIDD9B26EB2E3CD49B79C0F613598BB5209PTBRIE.htm>. Acessado em 12/07/210.

MEISTER, Jeanne. **Educação corporativa**. São Paulo: Makron Books, 1999, p. 8.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: _____ GUARESCHI, Pedrinho A; JOVCHELOVITCH, Sandra. (Org). **Texto em representações sociais**. 8.ed. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 108.

MOORE, Michael, KEARSLEY, Greg. Conceitos básicos. In: **Educação a distância uma visão integrada**. São Paulo: Cenage Learning, 2008, p. 2.

MORAES, Silvia Elizabeth. Interdisciplinaridade e transversalidade mediante projetos temáticos. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP)**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Vol 86 Maio-Dez 2005, p. 39.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. Estudos de currículo: avanços e desafios no processo de internacionalização. **Cadernos de pesquisa**, v.39, n.137, p. 367-381, maio/ago, 2009, p. 368, 369.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2003 p. 181.

MUNDIM, Ana Paula F. Uma experiência de capacitação tecnológica dos profissionais do processo de desenvolvimento de produtos. In: RICARDO, Eleonora Jorge. (Org.). **Educação corporativa e educação a distância**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005, p. 183.

NUNES, Ivônio Barros. A história da EAD no mundo. In: LITTO, Frederic M.; FORMIGA Marcos (org). **Educação a Distância: o estado da arte**. São Paulo. Pearson Education do Brasil, 2009.

NEVES, Pedro Roberto Ivo das. **A representação do mestre na educação a distância: um estudo de caso baiano**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2003.

PEREIRA, Benôni Cavalcanti; JUNIOR, José Policarpo. A formação policial para além da técnica profissional: reflexões sobre formação humana. In: **Revista brasileira de segurança pública**. São Paulo, v. 6, n. 1, 74-88 fev/mar 2012, p. 75.

PERRENOUD, P. A formação dos professores no século XXI. In: PERRENOUD, P.; THURLER, M. G. **As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação**. Porto Alegre: Artmed, 2002, p. 11-34.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2006, p. 28.

PONCIONI, Paula. Tendências e desafios na formação do policial no Brasil. In: **Revista brasileira de Segurança Pública**. ano 1 edição 1, 2007, p.27.

PRADO, M. E. B. B.; ALMEIDA, M. E. B. Formação de educadores: fundamentos reflexivos para o contexto da educação à distância. In: VALENTE, J. A.; BUSTAMANTE, S. B. (Org.). **Educação à distância: práticas e formação do profissional reflexivo**. São Paulo: Avercamp, 2009, p. 15-35.

QUARTIERO, Elisa Maria; CERNY Roseli Zen. Universidade Corporativa: uma nova face da relação entre mundo do trabalho e mundo da educação. In: QUARTIERO, Elisa Maria; BIANCHETTI, Lucídio (org). **Educação corporativa: mundo o trabalho e do conhecimento: aproximações**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; São Paulo: CORTEZ, 2005, p. 10-11.

RELATÓRIO SENASP/CGPLAN. Relatório Estatístico 2010 elaborado pela equipe CGPLAN. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/htm>> Acessado em: 16/12/2010, 19:34:10.

RICARDO, Eleonora Jorge (Org.). Educação Corporativa a distância: algumas reflexões. In: **Educação corporativa e educação a distância**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005, p. 183.

RICHARDSON, R. J. et. al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: 2000.

SÁ, Celso Pereira de. Representações Sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: ____ SPINK, Mary Jane. (Org). **O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 26, 32, 42, 100.

SANTOS, Valter Joaquim dos. **Evasão no ensino a distância: formação continuada dos agentes de segurança pública** .2007. Dissertação de Mestrado. Universidade Tecnológica Intercontinental, Assunção ,Paraguai. 2007.

SANTOS, João Vianney Valle dos. **As representações sociais da educação a distância: uma investigação junto aos alunos do ensino superior a distância e a alunos do ensino superior presencial**. Tese de doutorado. Programa de pós-graduação interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2006.

SENGE, Peter. **Quinta Disciplina: arte, arte, teoria e prática da organização da aprendizagem**. 11 ed., São Paulo: Best Seller/Círculo do Livro, 1996.

SPERBER, D. L. 'etude anthropologie des representations: problèms et perspectives. In: JODELET, Denise. **Les representations sociales**. Paris, PUF, 1989.

SILVA, João Batista da. Os novos parâmetros educacionais das Polícias Militares brasileiras: um exercício de análise a partir da formação profissional dos soldados d Polícia militar do rio Grande do Norte, na primeira década do século XXI. In: **Revista brasileira de segurança pública**. São Paulo v6, n.1, 48-73 fev/mar 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 11-154.

SILVA, Wilson Martins. **Análise da prática de tutores em cursos a distância para adultos: identificando requisitos para ambientes virtuais de ensino**. 2009. 160 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Computação) – Centro e Informática, Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2009.

SPINK, Mary Jane Paris. O estudo empírico das representações sociais. In: ____SPINK, Mary Jane. (Org). **O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p.13.

TEPERINO, Adriano Silveira; GUELFY, Bernardo Kipnis. **Educação a distância em organizações públicas: mesa redonda de pesquisa-ação**. Brasília: ENAP, 2006, p.19.

TORI, Romero. Educação a distância ou sem distância? In: **Educação sem distância: as tecnologias interativas na redução de distâncias em ensino e aprendizagem**. São Paulo. SENAC São Paulo, 2010, p. 26.

TRIVINOS, A. **Introdução à Pesquisa em ciências Sociais: a Pesquisa Qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 2010, p. 99, 145-146, 148.

VADE MECUM DE SEGURANÇA PÚBLICA. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Coordenação: Alexandre Augusto Aragon. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública 2010. Disponível em: <http://www.slideshare.net/mana5066/2010-vademecum-segpub>. Acessado em 07/05/2010 as 23:55.

VALENTE, J.A. **O “estar junto virtual” como uma abordagem de educação à distância**: sua gênese e aplicações na formação de educadores reflexivos.

VALENTE, J. A.; BUSTAMANTE, S. B. (Org.). **Educação à distância**: práticas e formação do profissional reflexivo. São Paulo: Avercamp, 2009, p. 37-62.

VOLTOLINI, Rinaldo. Educação a distância: algumas questões. **ETD – Educação Telemática Digital**, Campinas, v.10, n.2, p.123-139, jun. 2009.

YIN, Robert K. Introdução: quando usar estudos de caso como método de pesquisa. In: **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2010, p. 39.

YOUNG, Michael. Os estudos do currículo e o problema do conhecimento: atualizar o iluminismo? In: **Currículo, formação e saberes profissionais: a (re) valorização epistemológica da experiência**. SÁ, Maria Roseli Gomes Brito; FARTES, Vera Lúcia Bueno (orgs). Salvador: EDUFBA, 2010.

APÊNDICES

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO PARA CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA



INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO PARA CARACTERIZAR OS SUJEITOS DA PESQUISA

Prezado Colega,

Sou mestranda em Educação a Universidade Federal do Ceará (UFC). Estou desenvolvendo um projeto de dissertação que tem por objetivo investigar as representações sociais de educação a distância. Considerando que a formação do profissional de Segurança Pública é de grande relevância para o exercício das suas atividades profissionais na Polícia Militar do Piauí, convido-lhe para responder de acordo com o seu perfil as questões abaixo. Ressaltamos que será resguardado por questões éticas a identificação e todas as informações prestadas. Informo ainda que os dados serão apresentados no Curso de Mestrado em Educação bem como em eventos e/ou produções científicas.

1 QUANTO AO PERFIL DO POLICIAL

1.1 Faixa de idade

- 18 a 20
- 21 a 25
- 26 a 30
- 31 a 35
- 36 a 40
- 41 a 45
- 46 a 50

1.2 Gênero

- Masculino

Feminino

1.3. Estado Civil

Solteiro

Casado

Viúvo

Separado

Divorciado

1.4 Nível de Escolaridade

ensino Fundamental

Ensino Médio

Graduação

Mestrado

Doutorado

1.5 Posto ou Graduação na Corporação

Capitão

1º Tenente

2º Tenente

Subtenente

1º Sargento

2º Sargento

3º Sargento

Cabo

Soldado

1.6. Salário

1 a 2 sm

2 a 3 sm

4 a 5 sm

5 a 6 sm

1.7. Tempo de Serviço na Corporação

1 a 5 anos

6 a 10 anos

11 a 15 anos

16 a 20 anos

21 a 25 anos

26 a 30 anos

2. QUANTO A FORMAÇÃO

2.1 Área de formação

2.2 Gosto de efetuar leituras em:

- Ficção
- Romance
- Literatura
- Livros didáticos
- Jornais
- Revistas

2.3 Costumo adquirir livros

- Todos os meses
- A cada 6 meses
- A cada 1 ano
- Não costumo adquirir livros

2.4 Faço cursos oferecidos pela corporação desde:

- 1 ano
- 2 anos
- 3 anos
- 4 anos
- 5 anos
- 6 anos
- 7 anos
- 8 anos
- 9 anos
- 10 anos

2.5 Os cursos que realizei na corporação oferecidos pela Polícia Militar foram:

2.6 No tocante às novas tecnologias acesso diariamente outro

- Email
- Orkut
- Twitter
- Facebook
- MSN
- Lindken

2.7 Quanto ao domínio do uso da internet s mídias digitais e novas tecnologias da informação e comunicação considero-me com:

- Ótimo domínio

- Bom domínio
- Regular domínio
- Insuficiente domínio

2.8 Já realizei na Rede EAD/SENASP : () de 1 a 2 cursos

- de 3 a 4 cursos
- de 5 a 6 cursos
- de 7 a 8 cursos
- de 9 a 10 cursos
- de 11 a 12 cursos
- de 13 a 14 cursos
- de 15 a 16 cursos
- de 17 a 8 cursos
- de 19 a 20 de 3 em 3 e acima do último

2.9 O curso que mais me chamou atenção na Rede EAD/SENASP foi:

Por quê?

2.10 Os cursos que realizei na EAD/SENASP trouxeram as seguintes contribuições:

2.11 Os conhecimentos adquiridos nos cursos realizados me auxiliaram a atender os seguintes tipos de ocorrência:

- Apreensão de armas de fogo
- Apreensão de drogas
- Assaltos
- Furtos
- Furtos de veículos
- Ocorrências de trânsito
- Roubo
- Sequestro
- Violência doméstica
- Outras contribuições

2.12 Nos cursos realizados na rede EA/SENASP encontrei as seguintes dificuldades:

- Acesso a página da Rede EAD/SENASP
- Compreensão de conteúdos da Rede

- Postagens de atividades
- Interação com o tutor
- Interação com a turma
- Dificuldade no entendimento das questões de prova disponibilizadas no ambiente

Outras:

2.13. Os conhecimentos dos cursos que realizei na Rede EAD/SENASP me auxiliaram em situações da área:

- Pessoal
- Profissional
- Acadêmica

2.14 As experiências de aprendizagens quando encerro aos cursos na Rede EAD/SENASP resultam em:

- Novas aprendizagens
- Motivação para novas leituras no assunto estudado
- Melhor desempenho profissional

2.15 O grau de satisfação que atribuo aos cursos realizados na Rede:

- Sim
- Não
- Parcialmente

APÊNDICE B – ROTEIRO PARA ENTREVISTA



INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS - ENTREVISTA

Sou mestranda em Educação a Universidade Federal do Ceará (UFC). Estou desenvolvendo um projeto de dissertação que tem por objetivo investigar as representações sociais de educação a distância. Considerando que a formação do profissional de Segurança Pública é de grande relevância para o exercício das suas atividades profissionais na Polícia Militar do Piauí, convido-lhe para responder de as perguntas abaixo. Ressaltamos que será resguardado por questões éticas a identificação e todas as informações prestadas. Informo ainda que os dados serão apresentados no Curso de Mestrado em Educação bem como em eventos e/ou produções científicas.

Obrigada.

ASSINATURA DA PESQUISADORA

ROTEIRO DE QUESTÕES:

1. Eu gostaria que você falasse um pouco sobre a rede EAD/SENASP.
2. A rede oferece cursos com as mais variadas temáticas. Agora eu gostaria que você falasse um pouco sobre a relação entre esses cursos e o exercício da sua atividade profissional de segurança pública.

ANEXOS

ANEXO A – TRANSCRIÇÃO DAS QUESTÕES ABERTAS DO QUESTIONÁRIO

QUESTÃO 2.10 - Os cursos que realizei na EAD/SENASP trouxeram as seguintes contribuições

- S1** - Me ajudaram na vida profissional para atender as ocorrências;
- S2** - Informação;
- S3** - Atualização dos conhecimentos, novos aprendizados e material para pesquisa e estudo;
- S4** - Capacitação profissional e informações adicionais;
- S5** - Conhecimento adquirido;
- S6** - Esclarecimentos sobre leis e formas de atuação mais adequadas a profissão;
- S7**- Melhor compreensão assuntos abordados nos cursos e capacidade para resolver conflitos existentes nas áreas abordadas pelos mesmos;
- S8**- Um aperfeiçoamento na atividade policial;
- S9**- Melhor conhecimento das técnicas policiais;
- S10**- Conhecimento em áreas de atuação na segurança pública;
- S11**- Na atividade prática de policiamento bem como me auxiliaram nos cursos e graduação;
- S12**- Conhecimentos na minha área de atuação acadêmica;
- S13**- A usar a força e a gerenciar crises;
- S14**- Conhecimentos mais amplos sobre a atividade que nós policiais exercemos no dia-a-dia;
- S15**- Maior conhecimento e preparo profissional;
- S16**- Favoreceu a realização de trabalho dentro daquilo que a lei determina e orienta, qualificando a ação policial. Colaborou para um serviço com menos dúvidas e mais acertos; Pra mim é algo inédito na história das policias militares do Brasil essa preocupação com o bom desempenho da atividade policial militar aprendemos as coisas que não vimos nem no curso de formação.
- S17**- Qualificação profissional;
- S18**- Tornando mais comunicativo com a sociedade e mais tolerante no princípio dos direitos da comunidade;
- S19**- Trouxeram um aprimoramento das atividades realizadas no dia-a-dia, um melhor serviço prestado a sociedade e também na minha vida pessoal;
- S20**- Mais desempenho nas minhas ações;

- S21-** As leituras que obtive nesses cursos me trouxeram mais conhecimentos sobre os assuntos abordados fazendo com que em me aperfeiçoe pessoal e profissionalmente;
- S22-** Melhoria técnica. Maior confiança e segurança na realização da atividade;
- S23-** Contribuições profissionais;
- S24-** Contribuição sim existiu em vários aspectos, mas é importante ressaltar os conhecimentos direcionados a área policial que podemos utilizar no dia-a-dia;
- S25 -** Experiência profissional, dedicação e empenho;
- S26 -** Melhoramento na vida social e profissional;
- S27-** Mais conhecimentos para a atividade policial;
- S28-** Conhecimento técnica e aprendizagem;
- S29-** Mais atenção e disposição no dia de luta;
- S30-** Novos conhecimentos que ajudam no atendimento das ocorrências;
- S31-** Conhecimentos de como lidar em situações com criança e adolescente. Local de crime, técnica de redação e outros.
- S32-** Ajudaram a melhorar os meus conhecimentos na área científica de segurança pública;
- S33-** O aproximamento o profissional de segurança pública junto aquela realidade mais carente;
- S34-** Aprimoramento profissional visão periférica extendida na abordagem e o acumulo de conhecimento relativo ao trabalho;
- S35-** Melhor desempenho profissional, maior conhecimento técnico e jurídico na área de segurança pública, melhor convivência com os colegas da polícia civil;
- S36-** No serviço policial do dia-a-dia, conhecimentos estudados nos cursos que realizei;
- S37-** Melhor entendimento na hora de tomar decisões;
- S38-** Conhecimento, qualificação, interação e uma nova didática na área de segurança pública;
- S39-** Conhecimento técnico e conhecimento jurídico;
- S40-** Muito na minha vida profissional;
- S41-** Na minha formação técnico profissional;
- S42-** Conhecimento profissional;
- S43-** Nova visão, motivação para uma nova leitura sobre o assunto;
- S44-** Mais conhecimentos aos procedimentos de rua policial;
- S45-** Na identificação de CRLV adulterado;
- S46-** Ajudaram no meu conhecimento profissional;
- S47-** Embasamento legal, segurança no desempenho da atividade fim;
- S48-** Esclarecimentos na forma dos procedimentos da abordagem policial;
- S49-** Funcionam como facilitadores nos entendimentos de problemas sociais que geram violência e suas causas;

- S50-** Melhor qualificação profissional, atualização de técnicas, táticas e doutrinas policiais;
Me auxilia na execução do serviço de policia;
- S51-** Mais esclarecimentos no tocante ao desenvolvimento profissional e pessoal;
- S52-** Contribuíram para o aumento do meu conhecimento em várias áreas;
- S53-** Melhorou o meu perfil profissional e a relação social em determinadas situações;
- S54-** Para desenvolver melhor meu serviço no dia-a-dia;
- S55-** Abrangência de meus conhecimentos, melhorou de uma certa forma minha atuação profissional;
- S56-** Melhoria da prestação de serviço;
- S57-** Mais experiência no trabalho;
- S58-** Melhor atendimento ao público;
- S59-** Melhor desempenho profissional, consegui esclarecer algumas dúvidas em determinadas áreas;
- S60-** Na atividade profissional;
- S61-** Qualidade de vida no trabalho, mais conhecimentos em direitos humanos e na atuação policial militar;
- S62-** Maior habilidade na área profissional, desenvolvimento e maior capacidade de raciocínio em determinadas situações profissionais;
- S63-** Melhorar o meu serviço, melhor atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica;
- S64-** Auxilia no meu serviço;
- S65-** No desempenho as funções diárias;
- S66-** Bom conhecimento na atividade policial;
- S67-** Conhecimento;
- S68-** Conhecimento na área profissional, pessoal e acadêmica;
- S69-** Conhecimento específico da área;
- S70-** Desempenho na atividade policial e conhecimento nas atitudes a serem tomadas na ocorrência;
- S71-** Conhecimentos pessoais e profissionais;
- S72-** Aumentaram meu conhecimento na área policial;
- S73-** Mais conhecimentos adquiridos;
- S74-** Melhor conhecimento na área policial melhor discernimento de situação cotidiana motivação constante;
- S75-** Conhecimentos específicos em diversas áreas, interatividade com outras pessoas;
- S76-** Me deram os conhecimentos necessários e que eu não tinha para a resolução das ocorrências policiais;
- S77-** Várias;

- S78-** Melhor bagagem de conteúdos;
- S79-** Profissional, pessoal e científico;
- S80-** Contribuíram para o dia-a-dia como policial;
- S81-** Atualização; Respeito aos direitos humanos;
- S82-** Reforçam os conhecimentos previamente adquiridos;
- S83-** Conhecimento;
- S84-** Aperfeiçoamento em conceitos e doutrinas concebidas durante a formação, além da concepção de novos aprendizados ligados ou não a área policial militar;
- S85-** Todos os cursos foram bons para mim;
- S86-** Alertaram-me dos problemas de saúde que podem ocorrer na atividade policial e a falta de apoio da corporação quando esses problemas surgem;
- S87-** Aperfeiçoamento profissional e motivação para continuar atuando na área;
- S88-** Capacitação nas mais diversas áreas, atualização, acesso à educação como tutor participando do processo de aprendizagem;
- S89-** Qualificação profissional;
- S90 –** Aprendizagem para o dia-a-dia policial
- S91-** Ajudaram a entender o serviço da polícia e minha vida pessoal também;
- S92-** Atualização e novos conteúdos que não tinha visto antes sobre a profissão;
- S93 –** Eu aprendi muito na EAD, principalmente para o serviço que a gente faz na rua
- S94 –** Novos conhecimentos policiais
- S95-** Muitas aprendizagens sobre polícia e sobre como lidar com a sociedade

ANEXO B – TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

Pergunta nº 1 - Eu gostaria que você falasse um pouco sobre a rede EAD/SENASP.

S1 – Eu vou falar sobre dois ângulos: oportunidade, tá ligado a qualificação como eu falei antes. Que muitos policiais militares e agentes penitenciários por todo o Brasil tem a oportunidade de se qualificar, de ter uma melhoria na prestação do próprio serviço DE SEGURANÇA PÚBLICA né público nos diversos cursos que tem. A outra oportunidade coisa que nossa polícia não nos dá, de que as pessoas que tem um conhecimento mais profundo, que já se qualificou um pouco mais de repassar esses conhecimentos como por exemplo, nos casos de tutoria, que hoje eu sou aluno e sou tutor da rede EAD/SENASP, coisa que a nossa polícia é meio falha porque a oportunidade não é uma oportunidade para todo mundo, ou seja, não é por qualificação e sim por outros meios é mais ou menos isso. Primeiro eu vou falar sobre a questão da remuneração, o intuito inicial foi qualificar e ajudar os policiais militares com uma bolsa e assim foi muito bom é muito bom, mas eu vi assim o pessoal deturpar um pouco. Porque? Por que muita gente estava fazendo não pelo conhecimento, mas sim pela remuneração é tanto que hoje a gente vê hoje, antes era uma luta para você conseguir se inscrever num curso desse aí, porque era muita gente o prazo curto. Muitas turmas eram formadas, às vezes turmas extras eram formadas e hoje não, hoje o tutor é que tá correndo atrás do aluno vamos se inscrever, vamos se inscrever pra formar turma. Por que Porque não tem essa remuneração, porque infelizmente na nossa sociedade, no nosso sistema de segurança pública tem essa questão, as pessoas estão pensando mais no financeiro do que no conhecimento, no entanto existem muitos policiais militares que a gente vê no nível de participação dos fóruns, como por exemplo, os oficiais, tem muito oficial que não tem direito a bolsa e mesmo assim participa do curso, tem muitos policiais da polícia civil que ganham salário acima do teto que participam dos cursos, mesmo assim participam dos cursos e também diversos outros que participam por que, porque estão em busca de conhecimento de qualificação e de engrandecimento pessoal por que o conhecimento trás engrandecimento pessoal pro homem.

S2 – oportunidade é a abertura de novos caminhos, de novos horizontes onde a gente possa se qualificar, se atualizar por que a gente sabe que a sociedade evolui e com isso nossas técnicas, nossos ensinamentos tem que ser adaptados a atualidade e pela rede EAD a gente pode se atualizar, pode fazer todo esse aprimoramento e absorver aquilo de positivo pra dentro da nossa instituição. A primeira vez que eu tive contato com a rede EAD foi ainda no período de 2007, eu estava na Força Nacional e o pessoal começou a comentar sobre cursos que a gente podia fazer gratuitos da área policial. Naquela época eu comecei a ter contato com ele e eu achava de difícil acesso até porque pra gente encontrar, pra saber das inscrições dos cursos, hoje não já tenho facilidade de acesso, acho que ela tem uma

linguagem clara, ela fala do nosso cotidiano do dia-a-dia independente de onde que a gente seja, o policial de qualquer região todo mundo entende o que tá lá, é uma linguagem que é formal, que dá pra ter um bom entendimento, os cursos constantemente são atualizados com a nossa realidade eu acho que o que mais me chama a atenção é isso aí e sem falar das oportunidades que ela oferece pra gente em termos de qualificação pra mim a Rede EAD hoje é o caminho que o Governo Federal pode investir com certeza pra atividade policial é um suporte que as instituições estaduais necessitam e que esse processo deve continuar porque tudo que é investido em prol da educação tem resultado e com o objetivo de melhorar o serviço prestado a sociedade esse é de crucial importância a nível de governo com apoio da rede EAD.

S3 – É uma forma prática pra pessoas que não têm muito tempo de dispor presencialmente num local e adequar o seu estudo num horário que lhe convém entendeu desde que tenha um planejamento e que seja rotineiro também eu acredito que funcione. Eu acho que a Rede EAD é produtiva que ela está funcionando. Inicialmente eu não acreditava muito e hoje eu vejo que realmente é um trabalho responsável porque quem faz o estudo é o aluno, o aluno é que se interessa, claro tem muita coisa pra ser melhorada, o acompanhamento, eu acredito que tem muita forma de burlar esse estudo, mas eu vejo que o aluno que se interessa, que realmente quer aprender, que quer informações com certeza ela é válida.

S4 – Durante o CFAP a gente aprendeu, tudo, todas aquelas teorias e nem tudo a gente vê no dia-a-dia e naqueles cursos lá a gente tem a oportunidade de estar aprendendo mais e aprimorando ainda mais, por isso que eu falei a questão de conhecimento, fazer um curso de técnica de abordagem você vê algumas coisas que você não viu no curso de formação, alguns detalhes a mais ou algum questionamento, posicionamento, de estrutura até realmente então é isso. Pra mim foi, é um grande avanço com relação a formação, pra auxiliar os policiais no trabalho do dia-a-dia né que a gente tem serviço de rua pra melhorar a questão do conhecimento. Tem algumas falhas? Tem né, na avaliação, tem gente que outras pessoas é que fazem, tem gente que realmente não tem acesso, não tem aquele comprometimento de estar acompanhando, mas a meu ver é muito bom, muito bom você tem cursos lá que realmente lhe auxiliam e auxiliam muito no serviço do dia-a-dia, cursos como abordagem, aspectos jurídicos da abordagem que a gente de vez em quando tem que estar fazendo, agindo ou pra ver até onde a gente pode ir, até onde a gente não pode, alguns posicionamentos e também a questão do instrutor que está sempre, sempre se você incentivar ele, se você cobrar dele, ele estar sempre lhe auxiliando pra mim é muito bom.

S5 – Por que é o seguinte a oportunidade que nós estamos tendo de ampliar nosso conhecimento na nossa área de Segurança pública que juntamente com as outras palavras uma forma de aprender em que o aprendizado se torna mais simples aí nós temos essa oportunidade em mãos e inclusive muitas pessoas não aproveitam essa

oportunidade, muitas das vezes a gente não tem tempo pra fazer determinadas tarefas ou um curso específico, às vezes a própria instituição falha nesse ponto e é aí onde aí supre as necessidades da gente ter esse conhecimento e isso aí se torna uma grande oportunidade da gente melhorar. A rede EAD/SENASP tá aí desde 2007 que eu venho fazendo os cursos interessantíssimos alguns dos cursos que eu fiz eu achei assim, até um pouco complexo, num nível intelectual, para alguns policiais nossos é, se torna até um pouco inviável pra eles entenderem por causa do nível técnico e alto que tem. Nós que já temos mais conhecimento educacional, mais facilidade de entender e aprender se torna mais fácil, mesmo tendo o tutor, monitor, sempre tendo apoio nos fóruns, os fóruns ajudam muito, mas tem policiais mais antigos que tem essa dificuldade. Eu vejo só isso aí que é uma pequena falha que eles poderiam usar uma forma mais simples de passar o conteúdo que o nível técnico está se tornando muito alto, mais fora isso aí essa oportunidade o quê que ela gera? Ela gera a facilidade, a flexibilidade de horário pra você ampliar seus horizontes seus conhecimentos na área em que a gente atua, que é a área e segurança pública, é isso a Rede EAD é muito boa eu gosto demais.

S6 – competência que me refiro é quanto ao leque de oportunidades que ela abre e você ingressa naquele leque e a cada hora aparece uma oportunidade nova, algo novo tudo com muita responsabilidade, muita competência tanto na área de segurança, quanto na área de educação. Quando você se dedica um pouco não precisa nem se dedicar tanto quilo ali, mas é auto-didata aquilo ali que você se dedica um pouco que a sua satisfação no final é plena porque é uma coisa que você começa sem acreditar tanto, mas que no final você vê um resultado bem agradável acho eu por isso é a questão da competência.

S6 – Eu acho que a SENASP foi muito feliz quando optou pra fazer esses cursos EAD é uma nova modalidade que chegou pra ficar já tem muitos cursos superiores nessa área e acho que ele foi muito feliz nesse sentido e os policiais e seus agentes de segurança que tem a oportunidade de fazer saem muito satisfeitos com os cursos que são feitos, bem elaborados, bem planejados. Tudo tem algumas falhas, como tudo na vida, mas as falhas são mínimas, cada ciclo procuram se aperfeiçoar mais, melhorando inclusive o conteúdo dos cursos se adaptando mais a realidade da polícia, da segurança, no caso específico, então eu acho que é muito positivo. Eu vou comentar uma falha aqui de cunho pessoal que eu acho a questões de tutores, a questão da escolha, como é feita assim, não aprecem os parâmetros, não são tão abertos como deveriam ser, existe um gestor estadual, um não sei o quê estadual e isso e aquilo, eu sei que fica uma coisa muito parece que direcionada, meio panelinha, tipo isso, mas de maneira geral eu só tenho que elogiar, mas eu acho que esse é ponto de vista particular que é um pouco centralizado em uma direção só em panelinha só não é muito abrangente eu só tenho essa queixa.

S7 – O Conhecimento imediato embora você não tenha o contato visual de professor e aluno mas tem as ferramentas que é esse acesso que facilita e faz com que o

próprio aluno se sinta mais participativo ou exige que se torne mais participativo e busque se qualificar mais, instigando os questionamentos as dúvidas mesmo com a ausência do professor no seu dia-a-dia ali, olho a olho eu acho que a aprendizagem é satisfatória e só veio pra contribuir e dar o incentivo no que você busca, no que você almeja eu acredito também que é uma ferramenta também, ela dá um leque de opções pra você buscar aquela que você se identifica mais no seu dia-a-dia, no seu trabalho no que você executa no seu trabalho diário. No meu ponto de vista ela veio pra, como eu disse antes foi uma inovação, uma inovação não só pra nós que somos da área militar, e como pra comunidade de um modo geral, acredito eu assim que ela veio pra somar, tirar aquela deficiência, deficiência assim de que muitos não tem a questão de tempo, de oportunidade então ela veio pra suprir essa deficiência fazer com que todos se insiram nessa oportunidade de evolução, de conhecimento, de experiências e acreditar que no amanhã, que o amanhã possa ser bem melhor, digamos assim com mais oportunidade o que outros tempos que não tinham essa ferramenta que hoje é tão importante pra nós acredito eu também e espero que ela possa evoluir cada vez mais. Uma das coisas pra um curso que a carga horária seja menor pra dar uma sustentação, uma credibilidade mais assim, pra um curso que está sendo ofertado e que tenha um respaldo onde você possa precisar, que esse curso seja válido, a questão da carga horária aumentar mais flexibilidade também, embora já seja uma ferramenta que o objetivo dela é ser mais flexível mas se tornar mais simples embora ela tenha surgido com esse intuito ela ainda tem uma certa dificuldade par as pessoas leigas ainda então acredito ainda que faltam esses detalhes que eu acredito que logo, logo vai ser suprido.

S8 – Capacitação seria a oportunidade da pessoa adquirir mais conhecimentos na sua própria residência, no seu local de trabalho sem ter que ir até um colégio. A rede é um sistema, é um projeto assim no meu ver muito bom a base dela agora pra que, eu acredito que estaria faltando alguns incrementos assim na parte de fiscalização, fiscalização até da efetividade da pessoa estar fazendo mesmo os cursos, se realmente é aquela pessoa que faz, porque os cursos são bons, a maioria os cursos são muito bons, mas requer um comprometimento por parte da pessoa, por que eu estou no dia-a-dia né e eu vejo que muitas pessoas chegam na última semana, nos três últimos dias, simplesmente passa o curso, e faz a prova, passa o material ai não tem muita utilidade, mas pra outras pessoas sim eles tratam a coisa com seriedade, vão fazendo semana a semana, participam da forma como deve ser , mas assim tava faltando algum mecanismo, um tempo atrás fizeram a questão de você pegar uma turma de 50 alunos e você selecionar 5, selecionar 10 pra fazer a prova presencial, isso era uma coisa excelente ou até aumentar metade pra forçar a pessoa a fazer o curso de acordo com o que deve ser. O lado positivo pra mim é a oportunidade mesmo, quando você de fato quer se profissionalizar é uma boa oportunidade, de você adquirir novos conhecimentos é um custo praticamente zero. O lado negativo que eu acho mesmo é esse negócio, teria que ter um controle maior eu não sei definir como seria a questão da prova presencial mesmo, pra mim a prova deveria ser presencial, sendo presencial ou você estuda ou não passa ou

you fulfill all the steps or you don't pass the exam, for me it had to be presencial.

S9 – Por que através do ambiente a gente consegue capacitar nossos policiais e de certa forma a gente está agregando conhecimento a esses policiais porque os conteúdos são os mais variados possíveis e uma coisa importante é que eles não são superficiais a gente nota que os conteúdos são bem complexos de forma que o agente de segurança que consegue ser capacitado através de um curso desse ele tem capacidade de aumentar muito, mas muito mesmo o seu conhecimento profissional. Como eu falei das cinco palavras eu consigo ver uma ligação bem forte da rede com o capacitado, aquela pessoa que está buscando o conhecimento de forma rápida, a questão do próprio tutor que é o elo de ligação da rede com aquele que está sendo capacitado e a questão também do tutor com o pessoal que está mais acima que são os gestores, então eles dão bem subsídios pra você para você ter um bom curso, material então eu vejo assim a rede em si o que é positivo dela ela tá com o material pronto disponibilizando para os agentes de segurança e cômodo, de forma cômoda em sua casa você consegue fazer seus cursos, quando você entra em contato com os tutores você consegue não é uma coisa que é uma via de mão única você vê sempre a contrapartida da rede em si que são seus gestores, que são seus tutores. Já existem os centros, por exemplo, ali no Sacy na polícia civil porque muitos policiais não tem o computador, a ferramenta de acesso e que por falta desses centros assim muitos policiais recorrem a terceiros para estarem fazendo seus cursos e desvirtua de certa forma o sistema porque se ele tivesse o acesso e a capacitação pra tá ele mesmo fazendo o seu curso de forma mais fácil, dentro da própria polícia a gente sabe que se destinasse assim um local, aquele ali vai ser o local onde os policiais vão tá lá, mesmo que ele não tenha conhecimentos na área de informática mas ele vai receber uma capacitação mínima para ele poder acessar e fazer suas aulas de forma que ele não recorra a terceiros pra tá fazendo seus cursos porque a gente sabe que isso acontece infelizmente.

S10 – A formação pra mim de acordo com o que a rede nos traz, porque ela envolve tudo o conhecimento e o relacionamento com as outras pessoas então ele vai melhor nos preparar, a gente como policial a gente como civil isso aí pode se aberto também pra outras pessoas então essa formação não é só formação profissional é formação pessoal também pra gente, então por isso é que eu acho que essa é que seria a palavra mais importante. Eu vejo na rede de formação da SENASP um canal de ligação entre as pessoas que antes não existia, antes a gente não tinha relacionamento com outras pessoas de outros estados é não tinha conhecimento com essas pessoas então eu vejo uma importância muito grande a partir daí, além da formação que ela nos traz como pessoa, como profissional, nós como tutores principalmente que a gente vai levar essa formação pra outras pessoas e ali a gente tem a chance de interagir com pessoas do Brasil todo, que antes não existia e que eu acho que é por isso que agora a Polícia está mais organizada, as pessoas estão mais organizadas estão tendo um conhecimento por causa desse relacionamento,

então essa rede SENASP, e eu não sei nem se o objetivo do ministério da justiça se era esse porque ele trouxe pra nós essa oportunidade da gente interagir com os outros então eu acho que a partir daí foi que houve uma maior organização das policias em si, das organizações militares, das organizações de segurança, público em geral. O principal fato ai que eu acho que eles estão falhando é na questão da avaliação porque eles usam alguns critérios onde eles vão avaliar o tutor pela participação do aluno, né se o aluno desiste o prejudicado é o tutor, se o aluno dá evadido recaí sobre o tutor essa avaliação eles poderiam melhorar a partir daí dando pro aluno a responsabilidade dele participar não é? E também a questão da parte presencial porque a gente tem telecentros aqui no Piauí e em todos os estados tem telecentros, mas eu acho que é pouco usado essa parte porque nós mesmos tutores a gente não é chamado para participar desses telecentros, os alunos são pouco selecionados para participarem para irem fazer uma palestra pessoal e tem alguns cursos que eles requerem algum contato maior, um contato presencial como tutor.

S11 - É a forma de transmissão não é nem de transmissão é o contato é o feedback, é a informação que a gente manda e volta, que vai e volta. Porque quando são ministrados os cursos através das ferramentas da rede, como o email, como a caixa postal, como o próprio chat que é criado, a gente tem um contato embora esteja distante do aluno a gente consegue ter um contato com ele a gente consegue mandar informações e receber essas informações, por isso que eu acho que é interativo, apesar de não estar próximo. Objetivo principal na realidade é a captação de conhecimento. Por que eu não citei antes o conhecimento? Citei interatividade antes de conhecimento? Porque eu tenho experiência com colegas e com alunos que em virtude do monitor, daquela pessoa que está instruindo de certa forma não estar próximo, muitas vezes o curso não é levado da maneira como deveria ser, então embora o conhecimento seja o objetivo principal, que é adquirir, captar esses conhecimentos, é, eu vejo assim até certo ponto um pouco falho por que isso depende do indivíduo que está aprendendo e não do que está transmitindo. Interatividade, por que de uma forma ou de outra a partir o momento que o indivíduo se propõe a fazer aquele curso da melhor maneira possível ou não ele vai ter que manter contato com o outro elemento, com o outro sujeito, que é o instrutor, monitor, então querendo ou não ele vai ter que pedir informações e essas informações vão ter que ter uma resposta. Os cursos por experiência própria minha como monitor e como aluno eu vejo muito gratificante a iniciativa que embora a gente vê que é uma modalidade que não é tão nova essa questão de ensino a distância acho que ela tá ficando muito forte e o PRONASCI ele vem intensificando muito, muitos conhecimentos que eu não consegui dentro da minha instituição de trabalho, da Polícia Militar, eu venho conseguindo através do PRONASCI conhecimentos tanto na área militar, como na área psicológica, cursos diversos que me tem sido muito útil, são úteis pra mim, e para outros colegas. Na realidade, eu consegui conhecimentos que mesmo na minha vida acadêmica dentro de universidade, faculdade, até dentro da polícia eu não consegui. Quando a gente fala eu participei de um curso que falava sobre a questão do luto e eu não tinha a ideia, quando a

gente fala em luto a gente associa geralmente a pessoa que morreu e tudo, mas não, o luto na realidade é o espírito da gente adoecido, esse luto pode ser manifestado de várias formas e por vários motivos pela questão sei lá de um parente que venha a faltar, um problema que a gente tenha no trabalho, um ônibus que a gente deixa de pegar tudo aquilo que de alguma forma adoce o espírito da gente é uma forma de luto. Conhecimento esse que eu não adquiri em casa, eu não adquiri na minha vida acadêmica, não adquiri na polícia, adquiri através desses cursos da rede.

Pergunta nº 2 - A rede oferece cursos com as mais variadas temáticas. Agora eu gostaria que você falasse um pouco sobre a relação entre esses cursos e o exercício da sua atividade profissional de segurança pública.

S1 – Eu posso citar como um curso que eu mesmo fiz na rede EAD que nós podemos utilizar muito no dia-a-dia principalmente os policiais que estão diretamente na rua como o de identificação veicular onde fornece dados e conhecimentos sobre identificação de veículos conforme as normas do Código de trânsito, CONTRAN, DENATRAN, onde você pode identificar se o veículo é roubado, é clonado, se a placa foi adulterada, se há alguma adulteração em chassi, em placa em motor, né no vidro, dentre ou outros cursos. Outro curso que eu posso citar que nós podemos utilizar muito no dia-a-dia é o de Busca e apreensão, onde você tem os conceitos básicos do que é busca, apreensão, quais são os casos em que você pode fazer uma busca e apreensão, quais os casos que você precisa ou não do mandato de busca e apreensão então é de grande e extrema importância para o policial militar, pro policial civil, pro agente penitenciário, para quem trabalha com segurança pública enfim, porque são conhecimentos que você pode utilizar o no dia-a-dia, no entanto, tem outros como curso de redação técnica pra quem trabalha na rua acho que não seria direcionado pra quem trabalha na rua acho que não seria bem direcionado pra quem trabalha na rua e sim para o policial que trabalha interno porque nós temos que ter o serviço interno, serviço burocrático é necessário todo órgão tem.

S2 – Lá pelos cursos que eu já pude observar muitos são pra realidade da gente, outros não, tá certo, mas os da atividade policial por exemplo como direitos humanos, Polícia comunitária, esses cursos eles abrem de certa forma os olhos da gente, eles dão a qualificação necessária que exige pra nossa atividade policial e então eu não tenho nem como questionar o trabalho deles porque o suporte deles foi essencial e eu acho que aquele método de ensino deles não deveria ser só a nível Federal, acho que no Centro de Formação dos Praças e Oficiais já devia se informatizar mais, dar um suporte maior e aproveitar bem esses cursos que são oferecidos no SENASP, porque as disciplinas que são cobradas no CFAP a gente muitas vezes a gente já tem pela SENASP e eles poderiam aproveitar isso através o

sistema de informação para qualificar ainda mais o nosso aprendizado. Eu queria criticar porque eu acho que de um ciclo para o outro, eu, por exemplo, nesse último ciclo mesmo eu perdi estava numa viagem e não teve como eu fazer minha matrícula e demora muito, 3 meses, chega 3 a 4 e se possível eu queria que a Rede EAD disponibilizasse mais cursos, mais ciclos num período curto de tempo porque eu acho que quando a gente começa a incentivar o estudo é um processo contínuo se a gente começa hoje, vai num ritmo e a gente chega a perder um ciclo e passa 8 meses parado isso prejudica o aprendizado e o estudo deve ser continuado sempre quando a gente termina um ciclo a gente já tem interesse em outro muitas vezes pelo fato de ser apenas 2 ou 3 dias a matrícula a gente perde esse prazo por questões diversas e se eles disponibilizassem por mais vezes esses ciclos, eu agradeceria.

S3 – É uma forma prática também de se atualizar, do policial se atualizar. Eu vejo que com certeza nada melhor do que o presencial pra nós da Segurança pública os cursos oferecidos com certeza teriam um aproveitamento muito maior se fossem presencial né, porque exige prática, mas enfim a parte teórica e até a questão de demonstrações que agora eles estão fazendo algumas representações, figuras e tudo acredito que funcione, mas nada que substitua o presencial pra Segurança Pública acho que o presencial seria o ideal.

S4 – Se a gente for observar todos os cursos lá tem haver com o serviço do dia-a-dia seja aquele Português instrumental, não pode dizer assim o que é que o Português instrumental vai ter haver com o dia-a-dia policial? Questão de se expressar melhor. Ai você tem os cursos relacionados a abordagem, crimes ambientais que a gente não vê tanto, na nossa Companhia, não está tanto assim, a gente não trabalha tanto com isso mas que pode qualquer hora a gente presenciar. Você tem com relação aos cursos voltados para as minorias, o preconceito, como a gente agir de certa forma, então, pra mim esses cursos todos se enquadram dentro do serviço do dia-a-dia pode ser que num determinado momento você esteja numa companhia num batalhão que não trabalhe diretamente com aquilo ali, mas você pode se deparar, com uma determinada ocorrência que envolva, então é uma relação vamos dizer assim, pra mim íntima né, porque a gente vê lá na teoria e tá trabalhando, vê na prática durante o dia-a-dia, durante o serviço então é uma relação muito boa, não deixa tanto a desejar.

S5 – Eu vou citar um exemplo de um curso que eu fiz, que é Técnica de abordagem policial, que é o que diariamente a gente faz e com certeza melhorou muito isso aí, melhorou muito o nível do meu conhecimento, é também Aspectos jurídicos, porque muitas vezes o nosso preparo no curso de formação, tá certo deu uma base mais quanto mais conhecimento a gente tiver melhor a atuação nossa na sociedade, melhor reflete na sociedade então essa ligação aí que eu faço, aumenta realmente o conhecimento, que facilita tudo tanto pra nós como pra sociedade em si, que a que mais necessita da nossa presença e da nossa atuação de forma correta. O único

aspecto que eu vejo de negativo e que é até difícil de ser controlado, é a questão de muitos policiais dizerem que faz o curso e agente ver que são outras pessoas que estão fazendo, às vezes é por interesse pela bolsa formação, aquele auxílio né? Mas fora isso aí eu só tenho a elogiar a Rede de formação a distância, eu não tenho nada a criticar, só, critica mesmo é só de quem usufrui da oportunidade de forma incorreta.

S6 – Eu vejo de duas formas os cursos. Eu vejo os cursos que são direcionados totalmente para área de segurança e vejo aqueles cursos que não direcionados a vida pessoal de certa forma e particular depende de cada profissão, exemplo, é o curso de espanhol básico, módulo I e módulo II, são dois cursos de espanhol eu acho essencial principalmente pra mim que sou da área de espanhol, que faço curso superior na área de espanhol, na área de segurança já tem outros que eu acho excelente como abordagem veicular e outros muitos que tem na área de segurança são essenciais pra quem trabalha nessa área e outros da área da pedagogia também que são excelentes também, então eu acho que eles estão divididos nesses dois pontos e todos os dois pontos são excelentes pro cidadão, independente da profissão, pra qualquer cidadão esses cursos são excelentes. Ele abrange tudo, ela abrange tanto pra área de segurança quanto pra diversas outras áreas, da educação. Exemplo na atividade fim de segurança pública, acredito, tenho certeza que muitos cursos são direcionados, você pega conhecimento, você fica com argumento pra você trabalhar na rua, você fica com uma pisada sólida na direção de que está fazendo a coisa você pega mais conhecimento teórico como a questão da abordagem, os parâmetros de uma abordagem legal ou não, a questão de resguardar o ambiente, o local onde aconteceu um crime e por ai vai, são diversos curso, a questão da prevenção da violência, o papel do policial cidadão com a sociedade então são vários os cursos que eu vejo que tem tudo a ver com a profissão.

S7 – Bom, eu digo por experiência própria, pelos diversos cursos que eu já tive a oportunidade de fazer posso citar ai a redação técnica, português instrumental, técnicas de abordagem, cursos que estão voltados para o nosso dia-a-dia como policial militar, embora sejam cursos de fácil interpretação, mas no meu ponto de vista ainda fica um pouco a desejar porque é uma teoria que esta ainda totalmente ainda distante da prática, a prática é uma coisa e a teoria outra, ótimo porque todos os cursos se percebe, são voltados para a área de direitos humanos é bem louvável, mas o problema é que em muitos momentos esses direitos humanos dão muita liberdade para os outros e os nossos fazendo com que dentro do conhecimento que são repassados pra nós no EAD a gente percebe uma certa, é como é que eu posso dizer aqui, não é nem repressão, mas é insegurança na execução do seu trabalho no dia-a-dia.

S8 - Dentre os cursos que o SENASP, a rede EAD, ela disponibiliza, eu acredito que 90% dos cursos oferecidos são utilizados no nosso dia-a-dia a maioria dos cursos,

Polícia Comunitária, é Busca e apreensão, se você analisar, identificação veicular é um curso técnico, mas se você analisar todo mundo precisa pra mim a maioria dos cursos 90%, 95% são de fato é direcionados para nossa atividade é importante. A questão de você ter uma informação, as vezes você é um policial militar, mas tem a informação só um conceito, uma teorizinha muito distante e com os cursos é a oportunidade de você ter aquele conhecimento até mais a questão da praticidade, de você tá um mês, um mês e meio fazendo aquele curso e batendo na mesma tecla Policiamento comunitário, o quê que é? Qual a finalidade? E os princípios? Como você deve se comportar? Isso tudo ajuda no dia-a-dia da pessoa é usado de fato, muitas coisas é usado quando você faz o curso, você adquirir novos conhecimentos, pra mim eu utilizo muita coisa que eu vejo lá é Direitos humanos, o respeito às leis que existem até a questão de você cobrar também do sistema de Segurança pública, certos direitos que você achava nem que tinha mas que lá o curso lhe diz que você tem e que deve ser respeitado.

S9 – Eu vejo que a rede foi muito feliz na escolha dos cursos e na oferta dos cursos porque a gente vê que o nosso trabalho do dia-a-dia do policial ele está sendo reforçado com a questão do conhecimento por esses cursos, exemplo um curso importante que eu vi é uso progressivo a força, você fazer um curso desse você vai ter conhecimento suficiente pra estar atuando na rua e sendo comedido no embate com o delinquente, enfim com a população em geral você vai saber, se você fizer um bom curso, você vai ter aquela segurança até de agir melhor numa ocasião dessa e por ai vai são vários os cursos direcionados para a atividade policial, para a atividade fim da polícia que é o policiamento ostensivo e eu vejo que a rede ela foi muito feliz nisso em ofertar esses cursos que capacitam mais e mais ainda seus policiais.

S10 – Olha dos cursos que eu já fiz, foram vários cursos eu tenho feito os que estão relacionados com a área policial militar eu acho que eles tem ajudado muito a gente no conhecimento, por exemplo, na questão da Polícia comunitária não é que a gente faz que tem um conteúdo muito bom e que ajuda a gente lá na hora o trabalho nosso no dia-a-dia, na convivência com as pessoas, no trato com as pessoas, no trato com os companheiros de trabalho, no nosso relacionamento pessoal em casa eles tem um trabalho muito bom. Tem também um curso muito bom que foi de psicologia um curso excelente porque ele faz com que a gente abra a nossa mente pra vida pessoal, pra vida profissional e no trato com as pessoas. Tem outros cursos da área policial, Gerenciamento de crises, um curso muito bom também e que nos ensina como tratar e como gerenciar uma crise num momento de tensão, como a gente deve se comportar nesse momento. Então esses cursos, eles são muito bons pra nos preparar realmente no nosso trabalho, no dia-a-dia e não tem só esses não tem vários outros cursos lá que eu fiz e que me ajudaram bastante no meu trabalho aqui, na Polícia e fora no trato com os amigos no mundo civil, que a gente não tem amigo só polícia a gente tem amigo civil também, então no mundo civil. A questão a compreensão porque quando a gente é só civil a gente trata as pessoas de uma

forma, quando a gente passa a ser polícia eu acho que quando agente vai tratar os civis a gente já quer tratar como militares a gente não aprende a diferenciar lá na formação militar eles não ensinam a gente a diferenciar, acham que a gente vai trabalhar só como polícia e com esse curso de psicologia da SENASP me ajudou bem nisso ai é deu lá no mundo civil nos meus amigos, porque às vezes eu ia jogar bola lá com os meninos, com o civil e dizia toca a bola muchiba, pera aí não to trabalhando com polícia não, tô trabalhando com civil a partir daí a gente aprendeu a diferenciar, sabe? Civil com civil, militar com militar e assim vai. Eu fiz uns cursos bom o de análise criminal, curso que eu fiz que é muito bom pra gente trabalhar, aspectos jurídicos a abordagem que é um curso que vai nos ensinar a legalidade da abordagem, o que que a gente deve o que que a gente não deve fazer na hora de uma abordagem. Eu fiz também um curso de saúde ou doença, que vai nos ensinar dentro do nosso ambiente, não é só doença física, doença psicológica também a gente aprendeu muito sobre isso, outro curso muito bom que eu fiz foi relacionamento com menores, tráfico de seres humanos, saber diferenciar quando é que um menor está sendo prostituído, quando é que ele não está, o que é que o adulto tá fazendo com a criança, então são inúmeros cursos a rede SENASP que nos ajudam.

S11 – Alguns cursos infelizmente eles se tornam assim, mas no campo teórico até porque realmente não dá pra se aprofundados eles dão aquela, o que eu verifico é que os cursos tema finalidade de dar uma base para que o indivíduo se aprofunde. Eu tenho observado também, não sei se é porque a minha formação é militar que os cursos que estão sendo desenvolvidos agora eles são muito mais, têm uma finalidade muito mais humanística, não que a polícia não seja isso, que a polícia militar hoje se aproxima, mas que ele aprofunda mais nesse lado da pessoa, do indivíduo. Eu acho assim, que com esse desenvolvimento até na concepção das polícias com o conhecimento há uma interação, na realidade eu acho está aproximando mais a função da Polícia militar, do policial, seja ele militar, seja ele civil com o mundo atual, com o que realmente está acontecendo, que demorava antigamente a conhecer na mentalidade da gente dia após dia a gente ia aprendendo e tudo às vezes até de uma forma osmótica a gente ia se inserindo esses cursos eles vem muito mais rápido é como se fosse um catalisador eles aceleram esse processo. Isso vai depender muito do indivíduo, como eu falei inicialmente alguns cursos eles se tornam um pouco teóricos, não tem como dar aquela prática toda, alguns cursos são realmente deficientes, eles dão base para o indivíduo procurar. Agora sobre o fato de como realmente eles vão, se o policial ele vai utilizar ele como ferramenta, interagir vai depender muito do indivíduo, mas eu acredito pelo que eu já aprendi como realmente a peça desse quebra-cabeça é que ele facilita, ele dá suporte para que o policial, o indivíduo desenvolva melhor as suas funções.